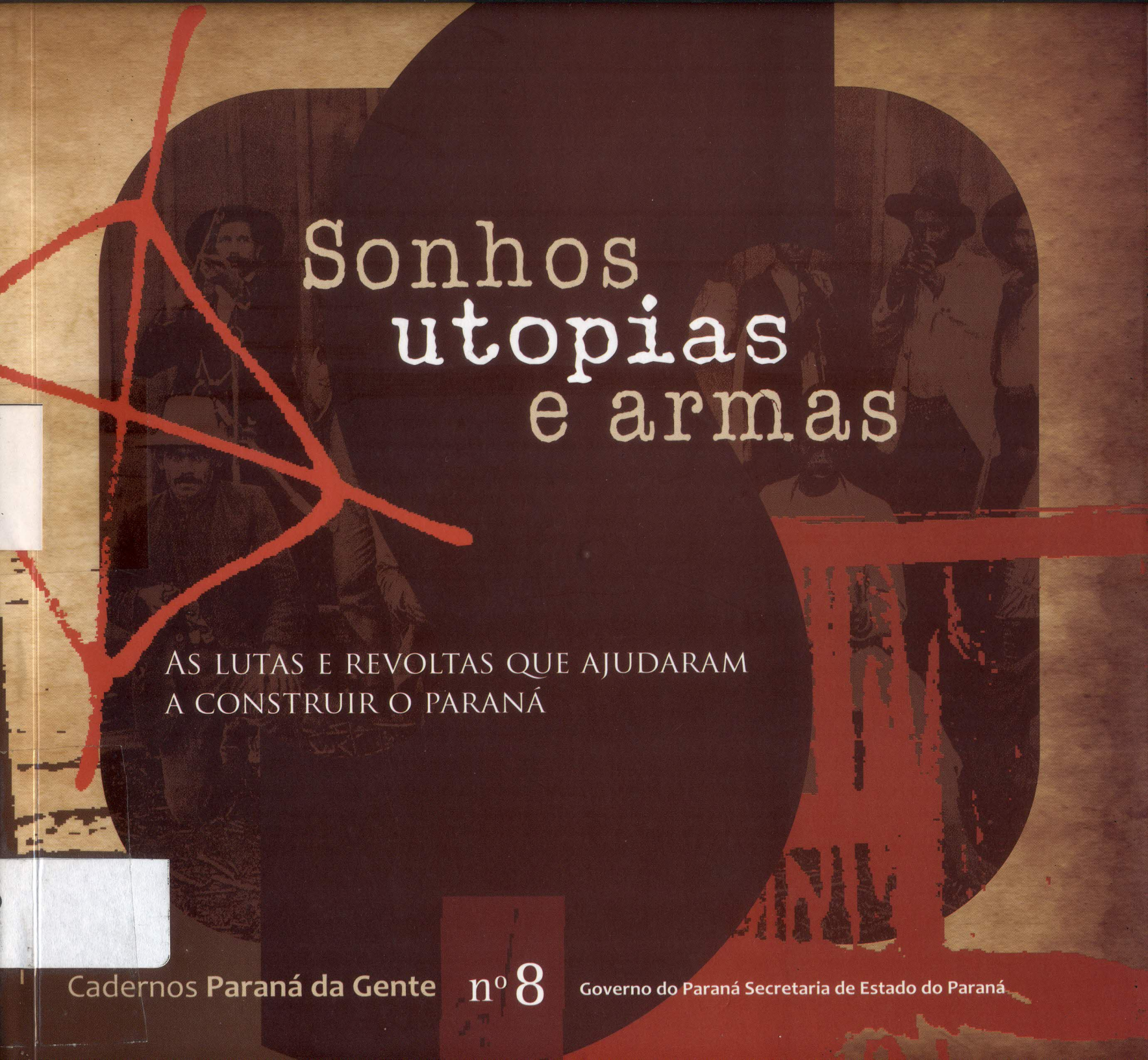


Sonhos utopias e armas

As lutas e revoltas que ajudaram a construir o Paraná

Cadernos Paraná da Gente nº 8

Governo do Paraná Secretaria de Estado do Paraná



Sonhos utopias e armas

AS LUTAS E REVOLTAS QUE AJUDARAM
A CONSTRUIR O PARANÁ

Orlando Pessuti
Governador do Estado do Paraná

Vera Maria Haj Mussi Augusto
Secretária de Estado da Cultura

Sonia Hamamoto Shigueoka
Diretora Geral da Secretaria de Estado da Cultura

Rita Solieri Brandt
Coordenadora do Centro de Desenho Gráfico

Rosemeire Odahara Graça
Coordenadora do Projeto Paraná da Gente

Sonhos, utopias e armas : as lutas e revoltas que
ajudaram a construir o Paraná / Luiz Manfredini, redação ; Aimoré
Índio do Brasil Arantes, pesquisa e organização das ilustrações ;
Myriam Sbravati, pesquisa. - Curitiba, PR :
Secretaria de Estado da Cultura, 2010.
168 p. : il. ; 24 x 24 cm. - (Cadernos Paraná da gente ; 8)

1. Paraná – História. I. Manfredini, Luiz. II. Arantes,
Aimoré Índio do Brasil. III. Sbravati, Myriam. IV. Paraná. Secretaria da Cultura.

CDD
981.62

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

Governo do Paraná
Secretaria de Estado da Cultura



Sonhos utopias e armas

AS LUTAS E REVOLTAS QUE AJUDARAM A CONSTRUIR O PARANÁ

Cadernos **Paraná da Gente** nº 8 Curitiba 2010

07
Apresentação

08
Introdução

11
O brado de Bento Viana, o capitão das milícias

49
Greve geral, operários em cena

55
Sangue nas matas do Oeste

63
No Paraná se decidiu o triunfo da Revolução de 1930

117
Um pente, o estopim da guerra

123
1968: a rebelião nas ruas

133
Diretas Já! Curitiba sai na frente

17
Voluntários para o front

25
Dor e sangue no rastro de pica-paus e maragatos

33
Pelados contra peludos na guerra camponesa do Contestado

79
Iguaçu, a utopia separatista

89
Fogo e sangue sobre a terra roxa

97
Fronteira em armas

141
Em ano de impeachment, estudantes enfrentam a PUC

163
Referência

Pesquisa
Aimoré Índio do Brasil Arantes
Luiz Manfredini
Myriam Sbravati

Texto
Luiz Manfredini

Mapas
Aimoré Indio do Brasil Arantes

Fotos
Carlos Roberto Zanello de Aguiar (Macaxeira)
(Capítulo: Diretas Já! Curitiba sai na frente)

Projeto Gráfico
Mª Helena Fontana Cabral Adonis

Revisão
Aline Teigão de Albuquerque

A conquista do território paranaense e a construção da sociedade que nele se estabeleceu, os processos civilizatórios aqui ocorridos e seus nexos com o desenvolvimento histórico brasileiro, tudo transcorreu com conflitos e lutas sociais, até mesmo guerras interiores, diferentemente do que faz crer uma percepção superficial e ingênua da nossa história,

As bases da identidade paranaense – construção histórico-cultural ainda em curso – forjaram-se na dialética desse amálgama de brasileiros de todos os rincões e estrangeiros de todos os continentes que buscaram no jovem território espaços de realização pessoal e coletiva e aqui percorreram os remansos e os confrontos próprios do curso da história.

Das lutas pela emancipação política aos cenários sangrentos da Revolução Federalista do final do século XIX, da Guerra do Contestado às revoltas camponesas de Porecatu e do Sudoeste do Estado, das súbitas e ingentes lutas sociais espontâneas (as guerras da carne e do pente, por exemplo) à resistência à ditadura e ao movimento pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello, passando por numerosas outras pequenas e grandes convulsões, a sociedade paranaense construiu-se pulsando os relevantes momentos da história local e nacional.

Um pouco dessa rica e complexa trajetória é o que pretende mostrar este volume da coleção *Cadernos Paraná da Gente*, que a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná vem editando desde 2005. Mostrá-la para contribuir, ainda que sumariamente, para a reafirmação daquilo que nos distingue, mas que também nos insere no rico universo brasileiro. E o faz por entender que assim – e, sobretudo assim – se aprofunda o exercício da mais ampla e soberana cidadania.

Vera Maria Haj Mussi Augusto
Secretária de Estado da Cultura

Introdução

Os temas aqui descritos fazem parte da história de nosso Estado, que por questões várias, nunca foram colocadas à mostra nos diferentes tipos de publicações, inclusive as didáticas, entre outras formas de divulgação. Em parte porque alguns acontecimentos são recentes e outra porque nunca estiveram na pauta de discussão dos pesquisadores.

Com a Nova História, o historiador ficou livre das amarras que o impediam de pesquisar a história recente por ser objeto e monopólio da sociologia. A partir de década de 1970, aparece uma História voltada a pesquisar e compreender os fatos passados e contemporâneos com o compromisso de revelar os acontecimentos sob novas perspectivas de abordagem, objetos e problemas.

Por falta de uma pedagogia moderna e reveladora, a História do Paraná ficou relegada ao esquecimento. Várias gerações de discentes ficaram tolhidos desse conhecimento. Foi preciso uma lei estadual para implementar o ensino de História do Paraná em nossas salas de aula. Por esse motivo, entre outros, identificamos a falta de conhecimento sobre a formação histórica do Paraná, praticamente em todos os setores da nossa sociedade. Quando muito, a história repassada foi aquela representada por uma parte muito pequena da população. A história dos nobres e grandes proprietários de terras, militares de altas patentes, religiosos, entre outros. Faltou sempre a história dos agentes dos acontecimentos, da massa que movimentou e deu origem a fatos relevantes e determinantes para o desenvolvimento da sociedade. Muitos deles, até o momento ainda não foram revelados por causarem constrangimentos

àqueles que participaram contra, ou mesmo a favor. Essas histórias ficaram restritas aos seus núcleos. Nesse sentido, é compreensível o senso comum de que o Paraná é um território livre de conflitos, onde os povos de todos os cantos do mundo encontraram um espaço ideal para criar e fixar raízes.

Aos poucos, por intermédio de projetos como o *Paraná da Gente* e ações concretas de valorização, dentro de um processo de educação patrimonial, nossa história, usos e costumes estão sendo revelados.

Ao contrário do que já foi pregoado sobre a pouca importância histórica do Paraná no âmbito nacional, é importante expor e reafirmar sempre o seu valor e apresentar exemplos, como: foi nesse território que os mamelucos paulistas encontraram os primeiros sinais de ouro no Brasil e farta mão-de-obra indígena para trabalharem em suas fazendas; é dada aos curitibanos a tarefa de suprir a falta de transporte, alimento e outros gêneros das Minas Gerais, transformando-os em tropeiros; a partir do século XIX, mais efetivamente, o Paraná contribuiu economicamente com a nação através da exploração extrativista da erva-mate e da madeira, e posteriormente com o café; a primeira universidade do Brasil foi pensada e implantada aqui, mesmo antes dos grandes centros; a questão do território contestado, maior conflito civil do século XX do país acontece em território paranaense.

É importante ressaltar, também, o esforço hercúleo de historiadores e outros pesquisadores nativos que estão revelando um Paraná integrante das mesmas contendas pertinentes ao processo histórico que se inicia no século XVI em todo o continente americano.

Aimoré Índio do Brasil Arantes
Historiador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural
da Secretaria de Estado da Cultura



O brado de Bento Viana, o capitão das milícias

Reunidos em praça pública, em 15 de julho de 1821, o povo e autoridades de Paranaguá, incluindo a tropa ali aquartelada, juraram diante do juiz de fora Antônio Azevedo Melo e Carvalho fidelidade à constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Logo após a solenidade, o inesperado: o capitão Floriano Bento Viana, comandante da guarda do Regimento de Milícias, dirigiu-se ao juiz. E o povo, autoridades e a tropa ali reunidos, ouviram-no clamar pela separação da comarca de Curitiba e Paranaguá da capitania paulista. Que o magistrado nomeasse um governo provisório independente de São Paulo.

O pronunciamento de Bento Viana havia sido combinado com líderes emancipacionistas de Paranaguá que, no dia anterior, o procuraram. Rogavam por seu apoio e enunciaram razões, assim resumidas pelo historiador Ruy Wachowicz:

A – A ignorância e o despotismo dos comandantes militares da comarca, que não procuravam o bem do povo.
B – A falta de justiça, devido à dificuldade que havia em impetrar recursos perante as autoridades de São Paulo.
C – O fornecimento, pela comarca, de grande número de praças de guerra às milícias portuguesas, sobretudo para as entradas que desbravavam nossos sertões, ficando muitas famílias na miséria.
D – A falta de moeda na comarca, devido às grandes somas que eram remetidas, como impostos, para São Paulo.
E – O abandono em que se encontrava a comarca pela administração de São Paulo, surda que era aos apelos e queixas populares.

Diante do apelo dos emancipacionistas, Bento Viana não titubeou: "Conheço demais o que me expõem, e se em mim está o bem da minha pátria, amanhã, às horas competentes, darei o brado de convite para nossa separação de São Paulo, contanto que não me enganem".

E bradou, o capitão, ao que de pronto – e para espanto geral - retrucou o juiz: "Ainda não é tempo. Com vagar se há de representar à sua majestade". Mesmo surpreso, o militar não se intimidou. Respondeu: "O remédio logo se aplica ao mal quando este aparece e, portanto, não há ocasião melhor, nem mais oportuna". Mas os que lhe haviam prometido solidariedade se calaram. Solitário em sua proclamação, Bento Viana só livrou-se de punições pela ousadia cometida porque a Coroa reconhecia seu valor e sua lealdade.

O brevíssimo episódio ficou conhecido como a "conjura separatista". As tentações emancipacionistas da comarca, no entanto, não começaram – tampouco se encerrariam – ali, na audácia do capitão das milícias traído por conspiradores amedrontados.

Sonho permanente

Criada em 1660, a capitania de Paranaguá foi extinta em 1710 e incorporada aos territórios da capitania de São Vicente e Santo Amaro, formando com estes, mais tarde, a capitania de São Paulo, dividida em duas comarcas, a do sul sediada em Paranaguá. Em 1812, a sede foi transferida para Curitiba e a comarca passou a denominar-se "de Curitiba e Paranaguá".

Antes, porém, em 1811, um primeiro movimento emancipacionista constituiu-se em Paranaguá, que ambicionava o antigo status de capitania. Sob a liderança de Pedro Joaquim Correia de Sá, o movimento expressava o anseio de políticos, comerciantes, empresários e membros de várias classes interessados em livrar-se do pesado jugo paulista. Apoiado pela câmara local, Correia de Sá fez várias tentativas junto à Corte, no Rio de Janeiro. Mas nunca obteve sucesso.

Após a "conjura separatista" de 1821, as câmaras municipais de vários municípios da comarca reclamaram autonomia, em oportunidades diversas, recebendo sempre negativas do governo imperial. Duas personalidades se destacaram: o tropeiro Francisco de Paula e Silva Gomes, muito bem relacionado na Corte, e o coronel da Guarda Nacional Manuel Francisco Correia Júnior. Ambos articularam uma campanha na imprensa carioca e paulista para difundir os ideais emancipacionistas.

A Revolução Farroupilha, desencadeada no Rio Grande do Sul em 1835 contra o governo imperial, seguida por movimentos semelhantes em Minas Gerais e São Paulo, facilitou o trabalho dos separatistas de Paranaguá e Curitiba. Caso a comarca se aliasse às forças do Império, o governador de São Paulo, Barão de Monte Alegre, prometeu lutar por sua emancipação, promessa ratificada pelo Duque de Caxias, comandante do Exército imperial. As partes cumpriram o acordo. Manoel Francisco Correa Júnior chegou a criar e manter com recursos próprios um batalhão que lutou ao lado dos legalistas. E em julho de 1842, antes mesmo que a guerra dos farrapos terminasse, Monte Alegre solicitou ao governo imperial que a comarca de Curitiba fosse elevada à condição de província.

Na Câmara dos Deputados, o paulista Carneiro de Campos apresentou projeto criando a nova província. Mas somente 11 anos depois, em 29 de agosto de 1853, 32 anos após o solitário brado de Bento Viana, o capitão das milícias, e o resultado de intensas articulações parlamentares com forte campanha dirigida por Paula Gomes e Correia Júnior e ainda o decidido e decisivo apoio de baianos e mineiros (interessados em reduzir a força de São Paulo), o imperador D. Pedro II sancionou a lei número 704, criando a província do Paraná, instalada em 19 de dezembro do mesmo ano. Seu primeiro presidente foi justamente um baiano, Zacarias de Góes e Vasconcelos, que havia governado as províncias do Piauí e Sergipe, e exercido os cargos de deputado provincial e ministro da Marinha.

1821

Em Paranaguá, mais um brado
pela emancipação paranaense de São Paulo.




Cujus Separatista 1821
Wenceslao Freyesleben
1963



Conde D'Eu (mãos na cintura) junto ao comando brasileiro na Guerra do Paraguai



Voluntários para o front

Na tépida manhã de dois de março de 1865, Curitiba saiu às ruas para aclamar a 1ª Companhia de Voluntários da Pátria do Paraná. Registrava, então, o jornal Dezenove de Dezembro:

"São 80 moços cheios do maior entusiasmo que inscrevem seus nomes e mais tarde escreverão seus feitos nas páginas da história brasileira. É uma plêiade brilhante que ilumina o horizonte da terra de Santa Cruz com a luz vivificante das virtudes cívicas".

Logo os jovens partiriam para o front de uma guerra devastadora iniciada meses antes, e que nos cinco anos seguintes destruiria um país – o Paraguai – e deixaria os três outros contendores (Brasil, Argentina e Uruguai) exauridos e soterrados por dívidas.

Eram jovens civis das comarcas de Curitiba, Castro e Guarapuava, um pouco voluntários, um pouco recrutados, aos quais se somaram 18 soldados e músicos da Força Policial da Província. Outras pequenas levas partiram para a guerra, mas o primeiro corpo completo de voluntários da Pátria constituído no Paraná formou-se em maio de 1865, com efetivo de 17 oficiais, 250 praças e 22 mulheres. Seguiu em junho para Santa Catarina, onde se incorporou ao 25º Batalhão de Voluntários da Pátria.



Combate Naval do Riachuelo
(Victor Meirelles, 1872)



Serviço de guerra

A guerra explodiu em novembro de 1864. País em ascensão, tido então como o mais desenvolvido do continente, o Paraguai colocou em ação 85 mil soldados bem treinados e equipados, sob o comando do general Solano Lopes, presidente da República. O efetivo paraguaio era assustador frente aos pouco mais de 18 mil homens do Exército brasileiro, disseminados pelo vasto território do Império, onde não havia obrigatoriedade do serviço militar, nem plano de mobilização, nem reservas, sem qualquer grande unidade bem organizada e instruída.

A Marinha possuía 29 navios a vapor e 13 à vela, artilhados com 239 canhões e tripulados por 3.800 praças. Situação mais confortável. Mas suas embarcações possuíam calado excessivo para navegar nos rios, onde a guerra naval se travaria. Assim, o governo imperial tratou de mobilizar os corpos de polícia provinciais para constituir os batalhões de voluntários da Pátria, instituição criada em janeiro de 1865 para receber "todos os cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos que, voluntariamente, se quiserem alistar".

Na época, a Companhia da Força Policial da Província do Paraná, criada 11 anos antes (com a emancipação política do Estado, em 1853), contava com 71 homens, dos quais 16 músicos e dois corneteiros. Um efetivo disperso pela província. A guarnição do Exército em Curitiba contava com 153 praças e nove oficiais. A Guarda Nacional, incapaz de enfrentar uma guerra (por isso nem foi convocada), resumia-se a pouco mais de 400 homens espalhados pela província.

Não podendo, portanto, transformar a Força Policial por si só num corpo de voluntários da Pátria (como ocorreu em várias outras províncias), o recurso foi chamar os civis. Oriundos da Companhia da Força Policial, somente 65 voluntários lutaram ao longo do conflito.

Militares, policiais e civis voluntários ou recrutados partiram para a guerra, deixando para trás um ainda mais reduzido efetivo da Companhia da Força Policial como a única guarnição policial e militar da província. Eram soldados incapazes de servir como voluntários da Pátria. Em Paranaguá, apenas nove praças cuidavam da cadeia, da alfândega e da segurança pública. Em Antonina, quatro. E assim por diante. Para que Curitiba não ficasse sob o tacão do crime, dez empregados da secretaria da província se ofereceram como voluntários para a ronda urbana. Mais tarde, empregados da Secretaria do Governo seguiram o exemplo.



Combatentes fotografados após o conflito

A volta

A guerra terminou em março de 1870, com a morte de Solano Lopez em Cerro-Corá. No dia 16 a notícia chegou à Curitiba. A cidade parou. Registrou o *Dezenove de Dezembro:*

"Subiram ao ar por muito tempo de diferentes pontos da cidade inúmeros foguetes; e os sinos da matriz repicaram até de tarde.

A banda de música da companhia de polícia tocou o Hino Nacional em palácio, percorreu todas as ruas e dirigiu-se ao paço da Assembléia, onde, sendo recolhida a uma das ante-salas, executou o Hino Nacional ...".

À noite houve uma iluminação sem igual e de novo a banda de música percorreu a cidade acompanhada por grande número de pessoas, entre as quais quase todos os membros da Assembléia Provincial".

Em 27 de abril, os voluntários paranaenses por fim chegaram. Desembarcados em Paranaguá, subiram a serra precedidos pela banda de música Capricho Morretense. Era final de tarde e os voluntários marcharam para o centro da cidade. O *Dezenove de Dezembro* não foi econômico ao relatar a festa:

"O trânsito foi difícil, tal era o apertão do povo que se precipitava em ondas impetuosas para o entrecruzamento das ruas marcadas no programa. Dos arcos e das janelas dos particulares uma chuva de flores em grossos borbotões recebia os denodados filhos da província no seu glorioso regresso ao seio natal".

"À noite a cidade se iluminou toda".

"Os quatro ângulos da praça [da Matriz] eram fechados por arcos, dos quais pendiam transparentes com dísticos patrióticos. O pavilhão, o coreto, as árvores e os arcos cobriam-se de lanternas de variadas côres, fechando o círculo da iluminação as casas todas da praça, em cujas frentes se viam quantidade prodigiosa de lanternas chinezas dispostas caprichosamente e descrevendo ângulos, retas e curvas graciosas".

"Terminadas as manifestações de regozijo e os vivas, fez-se ouvir uma salva de artilharia além das descargas dadas pela guarda de honra posta no lugar, dirigindo-se em seguida todos, a convite da comissão, à casa da câmara, onde foi servido um explêndido lanche que durou até mais de 4 horas da tarde, no meio da maior animação e ao som de duas bandas de música colocadas, uma ao centro do edifício e contíguo à sala de festejos, e a outra na sala da frente".

"À noite apresentou-se a cidade novamente iluminada. Às 7 horas chegaram os voluntários ao pavilhão, precedidos da banda de música da polícia e da particular de Morretes".

"Finalmente, ambas as bandas de músicas, deixando a praça, percorreram as ruas da cidade em sentidos opostos e acompanhadas de intenso povo".

Tragédia

A Guerra do Paraguai foi uma das maiores tragédias – senão a maior – do vasto continente sul-americano. Cerca de 400 mil combatentes se enfrentaram. O Paraguai perdeu 80% de sua população masculina. Até hoje controvérsias pairam sobre aquela carnificina. Mas há fatos indesmentíveis.

"O Paraguai, desde os anos 30, vinha chamando a atenção por seu modelo de desenvolvimento que, além de ser autônomo, era bastante original para os padrões das ex-colônias latino-americanas. Apoiado em um sólido e numeroso campesinato livre (mestiço em grande parte) e numa política econômica estimuladora da auto-suficiência interna agrícola e industrial, o crescimento econômico paraguaio avançava às custas dos interesses dos latifundiários e de seus sócios externos, os comerciantes e financistas ingleses" (TEIXEIRA, 1993).

Sem analfabetos, possuidor de portos, estaleiros, arsenais, ferrovias e fundições, o Paraguai vivia um surto de progresso que fez o cônsul norte-americano em Assunção afirmar, já em 1846: "o Paraguai é a nação mais poderosa do novo mundo, depois dos Estados Unidos". Talvez isso não soasse bem aos ingleses, então hegemônicos. Como diria Edward Thornton, embaixador britânico e assessor especial do governo de Buenos Aires: o Paraguai "é um mau exemplo para os demais latino-americanos". O que viria depois, seria mera consequência desses juízos e desses interesses.



Combatentes federalistas



Alto comando legalista, tendo à frente o general Carneiro e o coronel Joaquim Lacerda

"Eram colunas inteiras
De inimigos que caíam
Eram homens e cavalos
Que, mortos, os campos cobriam".

[De um cantador de nome Pedro,
sobre o cerco da Lapa]



Dor e sangue no rastro de pica-paus e maragatos

A mais bárbara guerra civil brasileira – a Revolução Federalista – ensanguentou os estados do Sul por pouco mais de dois anos, entre fevereiro de 1893 e julho de 1895. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram palco da inusitada selvageria de um confronto que, como regra, não deixava prisioneiros, uma vez que as partes em conflito praticavam à larga degolas e fuzilamentos. Centenas de combatentes rendiam-se sob a promessa de vida e, ainda assim, eram exterminados com inaudita ferocidade. Políticos presos eram levados aos cemitérios, obrigados a cavar suas próprias covas e, em seguida, sumariamente fuzilados. Guerra de saques, assaltos e destruição da qual nem mesmo hospitais restavam a salvo.

Desencadeada no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista opôs duas facções políticas radicalmente divergentes e irreconciliáveis. De um lado, os legalistas, chamados de pica-paus, devido ao armamento que usavam. De outro, os federalistas, apelidados de maragatos, termo pejorativo de origem castelhana que se refere à gente desqualificada, mercenária. Os legalistas, sob a liderança de Júlio de Castilhos, eram adeptos do positivismo, republicanos

históricos e presidencialistas. Apoiavam o governo forte e centralizador do marechal Floriano Peixoto. Os federalistas, tendo à frente Gaspar Silveira Martins, autoproclamavam-se liberais, republicanos e parlamentaristas. Os pica-paus expressavam os interesses de uma nova elite política, concentrada no litoral e na serra gaúcha, que recebera extensos contingentes de imigrantes e que pretendia substituir, no governo estadual, a antiga elite dominante. Essa elite dominante e tradicional, com origens no Império, reunia sobretudo os estancieiros da campanha. Os maragatos, vocalizaram sua insatisfação diante do centralismo florianista e o de Júlio de Castilhos, presidente do Estado, embora formassem uma miscelânea de tendências díspares, onde coexistiam – nem sempre harmoniosamente - idéias parlamentaristas, monárquicas, separatistas e até mesmo interesses meramente caudilhescos.

A primeira constituição republicana do Rio Grande do Sul foi promulgada em 14 de julho de 1891. Seu viés centralizador – o anteprojeto foi quase todo redigido por Júlio de Castilhos – conferia largos poderes ao executivo, relegando ao legislativo a aprovação de matéria financeira, fato que adicionou mais combustível ao tradicional confronto entre as facções que disputavam o controle político do Estado. A instabilidade era tal que, desde a proclamação da República até novembro de 1893, quando da eleição de Júlio Castilhos, 17 governos se sucederam no Rio Grande do Sul.

Começa a guerra

A inevitável radicalização aconteceu em dois de fevereiro de 1893, quando 400 maragatos, sob o comando do estancieiro Gumercindo Saraiva, invadiram o Estado a partir do Uruguai, onde haviam se organizado. O objetivo proclamado era resistir ao controle exercido pelo Governo Federal sobre os estados, o que pareceu aos revoltosos ferir os princípios republicanos e federalistas.

Floriano, já alcunhado de Marechal de Ferro, pôs-se ao lado dos pica-paus, contando ainda com o apoio político e financeiro de São Paulo e de sua Força Pública, ou seja, da oligarquia cafeeira.

Em setembro do mesmo ano a situação se complicou, com a sublevação, na baía de Guanabara, da armada, então chefiada pelo almirante Custódio de Mello, que em seguida obteve o apoio do respeitado almirante Saldanha da Gama. A Revolução Federalista saltara, assim, as fronteiras gaúchas. A situação de Floriano tornara-se crítica, impedido de abastecer por mar suas tropas no Sul e obrigado a manter o grosso da força militar no Rio de Janeiro, acossado pelos revoltosos da marinha. Temia-se pela restauração da monarquia.

Custódio de Mello deixou a capital da República com alguns vasos de guerra, navegou para o Sul e ocupou Desterro, atual Florianópolis, sem resistência significativa. Pelo interior, colunas federalistas avançavam, embora sua retaguarda fosse constantemente fustigada pela Divisão do Norte, força militar composta por tropas do exército e do coronelismo gaúcho que se mantiveram leais ao governo. Tinha à frente o senador Pinheiro Machado. Vitoriosos em Santa Catarina, os revolucionários avançaram sobre o Paraná.

O Paraná em cena

Sob estado de sítio – decretado por Floriano para os três estados do Sul em fins de 1893 – o Paraná preparava-se para resistir aos maragatos que já lhe batiam às portas. O estancieiro Juca Tigre, um dos comandantes federalistas, cuja ferocidade em combate tornou-se legendária, aproximava-se da Lapa, vindo de São Bento. De Campos Novos, Gumercindo Saraiva marchava para Rio Negro. Mas é em janeiro de 1894 que o Paraná incorpora-se, de fato, ao cenário da guerra.

10 e 11 de janeiro – Em Paranaguá, à noite, a tropa de 100 homens do I Regimento de Artilharia da Guarda Nacional subleva-se contra o governo. Os combates são violentos.

11 de janeiro - Com um efetivo de 1500 homens, Gumercindo Saraiva, inicia o ataque a Tijucas do Sul, defendida por 200 militares. A cidade recebe o reforço de 250 homens, dois canhões Krupp e alguma munição.

14 de janeiro – A Lapa, sob o comando do coronel Gomes Carneiro, é atacada por contingentes chefiados por Gumercindo e Aparício Saraiva, Jaques Ouriques, o temível Juca Tigre, entre outros. A cidade resiste. Inicia-se o trágico Cerco da Lapa.

15 de janeiro – A esquadra de Custódio de Mello ataca Paranaguá. A cidade é dominada praticamente sem resistência.

16 de janeiro – Antonina cai na mão dos revoltosos.

18 de janeiro – Vicente Machado, presidente do Estado, transfere a capital para Castro após a fuga, para São Paulo, do general Argolo, comandante militar da região. Curitiba fica desguarnecida.

19 de janeiro – Tijuca rende-se aos maragatos, após quatro dias de resistência. Na Lapa, a luta é sangrenta.

20 de janeiro – Custódio de Mello e Gumercindo Saraiva (com seu Estado Maior) chegam a Curitiba. Saraiva reúne-se com Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul, líder de maior prestígio na cidade e presidente da Junta do Comércio que dirigia a capital na ausência do governo legalista. O barão assumiu o encargo de levantar fundos para os maragatos, em troca de não saquearem a cidade.

Festas e desavenças

Em fins de janeiro de 1894, somente a Lapa resistia aos maragatos, cujos planos eram, dominado o Paraná, partirem para a conquista de São Paulo. Em Curitiba, os federalistas pareciam mais interessados em festas, espetáculos e diversões. Recebiam recursos da Comissão Especial de Empréstimos de Guerra, criada pelo Barão do Cerro Azul, que também arrecadava em Paranaguá, Antonina, Morretes, Palmas, Guarapuava e Castro. Tudo para frear os saques dos maragatos. E, de fato, freou, embora o velho barão tenha pagado caro por isso. Após dois meses de regalias, os revoltosos deixaram Curitiba. Era abril de 1894. Mas não marcharam rumo à São Paulo, como originalmente pretendiam, impedidos pelo cipoal de divergências em que estavam emaranhados os comandos federalistas. Resignaram-se a enviar contingentes de reconhecimento a Castro, onde Vicente Machado não mais se encontrava, pois havia se transferido para o Rio de Janeiro, e a Piraí do Sul.

A Lapa resistiu com inusitada bravura por 27 dias e 27 noites. Uma comissão do comércio de Curitiba dirigiu-se à cidade para convencer o Coronel Gomes Carneiro de que sua resistência era inglória. Sem sucesso. "Conservai-nos no caminho do dever e da honra, que é também o da vitória", diria o militar aos seus comandados, instando-os a lutar até o fim. Em 23 de janeiro o almirante Custódio de Mello e Gumercindo Saraiva enviavam telegrama a Floriano dando conta de que o Paraná estava tomado. Mas a Lapa resistia.

Logo após o início do cerco, Gomes Carneiro havia pedido auxílio à Curitiba e à Divisão do Norte, de Pinheiro Machado. Não obteve resposta. A resistência lhe pareceu o único caminho. Por quase um mês, a bravura do coronel e seus homens escreveu sobre as colinas da Lapa um épico que marcaria indelevelmente a história brasileira.

Mesmo com a cidade atacada pelo poderoso fogo da artilharia inimiga, num cerco que se apertava cada vez mais, Gomes Carneiro rejeitou todas as propostas de rendição formuladas pelos federalistas. Os combates encarniçados se travavam corpo a corpo, entre os escombros da cidade. Em 28 de janeiro os maragatos já ocupavam posições na rua das Tropas, na cadeia, no cemitério e na estação ferroviária. Dois dias depois, os legalistas retomavam o controle da estação e do cemitério. Em sete de fevereiro, a mais cruenta das batalhas: dois mil maragatos atiram-se nas trincheiras dos pica-paus. Gomes Carneiro, o comandante, luta numa delas, na rua da Boa Vista. Ali foi atingido, morrendo dois dias depois. A resistência perdia fôlego. Em 11 de fevereiro a Lapa rendeu-se. No dia seguinte, Gumercindo Saraiva entrou na cidade e o que se seguiu foram os saques e assassinatos, a desforra dos vencedores.

A resistência dos legalistas na Lapa segurou o avanço dos maragatos, possibilitando que o marechal Floriano organizasse tropas em São Paulo para um contra-ataque, ao mesmo tempo em que conseguia adquirir e aparelhar, nos Estados Unidos, a frota que, a partir de março de 1894, mudou o rumo da guerra. Vencendo a esquadra do almirante Saldanha da Gama, os legalistas evitaram o desembarque de maragatos no Rio de Janeiro e Niterói, e começaram a enviar numerosa tropa e farta munição ao Sul. Diante da aproximação dos contingentes vindos de São Paulo, que ingressaram no Paraná por Itararé, sem enfrentar resistência, os federalistas recuaram para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde foram continuamente batidos, sobretudo depois da morte de Gumercindo Saraiva.

Com a retirada de Gumercindo Saraiva de Curitiba, no início de maio de 1894, a cidade foi tomada pelas tropas legalistas do general Ewerton Quadros, o "sinistro". E tem início a vingança dos pica-paus. Prisões em massa. Fuzilamentos em massa. Mas a chacina que se celebrizou ocorreu em 20 de maio, no quilômetro 65 da ferrovia Curitiba/Paranaguá. Ali os presos, que deveriam seguir ao Rio de Janeiro para julgamento distante das paixões em luta, foram desembarcados e sumariamente fuzilados. Eram eles: o Barão do Cerro Azul, Balbino Mendonça, Lourenço Schaleder, José Francisco Moura, Prisciliano Correia e Rodrigo de Mattos Guedes. Pouco conhecida, porém mais macabra, foi a vingança dos pica-paus contra Gumercindo Saraiva. Morto em agosto de 1894 em Cuarovi, teve seu cadáver desenterrado para que lhe fosse decepada a cabeça.

Em 15 de novembro, Prudente de Morais assume a Presidência. Havia sido eleito em 1º de março, nas primeiras eleições diretas da jovem República brasileira. Alguns chefes maragatos ainda lideravam três mil homens acantonados na fronteira uruguaia. Mas sem armas e sem dinheiro. Exilado na Europa, o almirante Saldanha da Gama volta ao Brasil, em janeiro de 1895, para retomar a luta. Morre em 24 de junho, na batalha de Campo Osório. Dois dias depois, um ataque surpresa, sob o comando do coronel Joaquim Francisco, extermina os revoltosos. Em nove de julho, em Pelotas, a guerra termina.



Bando de jagunços em demonstração de poder.

"Os meus povos devem ir em
minha companhia para
verem as pedras de
Curitibanos chorar sangue".

Monge José Maria



Pelados contra peludos na guerra camponesa do Contestado

Nada menos que 13 expedições militares e a matança de milhares de camponeses em quatro anos de luta encarniçada: eis do que necessitou o Estado brasileiro para massacrar os bravos soldados do Exército Encantado de São João Maria, reunidos sob a cruz verde ao centro da bandeira branca. A mais importante guerra civil brasileira – a guerra do Contestado, no Sudoeste do Paraná e Oeste catarinense, entre 1912 e 1916 – contabilizou de três a cinco mil mortos e outros milhares de feridos e mutilados.

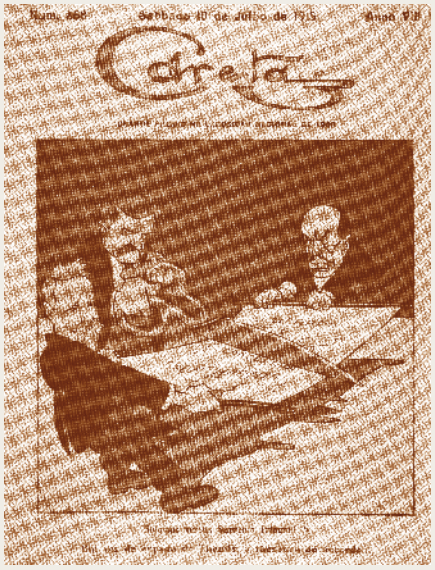
Como afirma Renato Mocellin, em seu *Os guerrilheiros do Contestado* (Editora do Brasil, São Paulo, 1989) "a guerra camponesa do Contestado não foi um conflito armado entre paranaenses e catarinenses, nem uma revolta de 'fanáticos' e 'bandidos', como muitos historiadores a serviço das classes dominantes querem nos fazer crer. Foi, na verdade, uma reação dos sertanejos contra uma ordem social injusta".

Confronto de magnitude extraordinária, a guerra do Contestado tem sido objeto de produção intelectual vasta e variada. Envolve mais de 80 títulos de estudos, relatos, romances e pesquisas científicas, incluindo peças, filmes e discos. Mas, segundo Nilson César Fraga (*Contestado: a grande guerra civil brasileira, em Paraná: espaço e memória*, Editora Bagozzi, Curitiba, 2005), nada disso é suficiente para dar conta do que considera o "genocídio cometido com os camponeses que viviam naquelas terras do Sul do Brasil". Para Fraga, "muitos fatos precisam ser analisados, levantados e debatidos, muitas verdades precisam ser ditas. O Estado Nacional Brasileiro deve explicações sobre os sangrentos anos que vão, sobretudo, de 1912 a 1916".

O cenário

O território em que ocorreu a guerra camponesa – os 48 mil quilômetros quadrados do Sudoeste paranaense e Oeste de Santa Catarina – foi palco de litígios que ocuparam quase todo o século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. A primeira contenda envolveu interpretações diferenciadas do Brasil e da Argentina sobre o Tratado de Santo Ildefonso (1777), que definiu as fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas no Sul do Brasil. Para o Brasil, a fronteira Norte com a Argentina era demarcada pelos rios Peperi-Guaçu e pelo Santo Antônio. Para os argentinos, os limites estavam nos rios Chapecó e Chopim. Com isso, avançavam sobre os mais de 30 mil quilômetros quadrados que os brasileiros reivindicavam como seus. A questão emergiu e submergiu até que, em 1895, arbitrando a questão, o presidente Stephen Grover Cleveland, dos Estados Unidos, deu ganho de causa ao Brasil.

Seis anos depois Santa Catarina ingressou no Supremo Tribunal Federal rei vindicando para si um território que, até então, o Paraná tinha como seu.



Capa da revista Careta quando da assinatura do acordo de partilha do território contestado entre Paraná e Santa Catarina, 1916.

Em 1853 a quinta comarca paulista passou a constituir a província do Paraná, herdeira dos limites meridionais de São Paulo, que se estendiam até às margens do rio Uruguai, fazendo fronteira com o Rio Grande do Sul. A área em litígio passou a ser conhecida como "Território Contestado" ou simplesmente o Contestado. A pendência arrastou-se até 1910, quando o STF deu ganho de causa à Santa Catarina.

Enquanto discutia-se a aplicação da medida – o juiz federal de Curitiba entendeu que ela dependia de lei federal – lideranças do território perdido para Santa Catarina decidiram, com o apoio do governo paranaense, não se submeter à administração catarinense. Se a isso fossem obrigadas, lutariam pela criação de nova unidade federativa, abarcando todo o território Contestado. Seria o Estado das Missões, com capital em União da Vitória, que chegou a possuir bandeira e governo provisório. Ao cabo, um acordo foi assinado em 1916, pelo qual, da área em disputa, 28 mil quilômetros quadrados ficariam com Santa Catarina e 20 mil quilômetros quadrados com o Paraná.

Ao longo do tempo em que se arrastou a pendência entre Paraná e Santa Catarina, a região permaneceu abandonada pelas administrações dos dois estados. Sua população, estimada em 30 mil pessoas, estava à margem da assistência governamental. O sertanejo do Contestado mesclava origens diversas: de tropeiros a refugiados da Guerra dos Farrapos (1835/1845) e da Revolução Federalista

(1892/1894). Eram camponeses – em boa parte posseiros – que criavam porcos e galinhas e plantavam principalmente milho, do qual tiravam a farinha, a quirera e o cuscuz, mas também cultivavam feijão, abóbora e moranga. Coletavam mel, pinhão e, eventualmente, palmito nas florestas. Eram pobres, habitando pequenos ranchos de paus de pinho, cozinhando no chão, sorvendo o mate.

Essa população cabocla era analfabeta e de poucos conhecimentos, ingênua e dominada por superstições fetichistas ligadas a devoções católicas. Para agravar a situação de abandono em que se encontrava, parte dela ocupava terras que vinham sendo tituladas aos norte-americanos da Brazil Railway Company, como pagamento pela construção, a partir de 1908, do trecho de 372 quilômetros entre União da Vitória e Marcelino Ramos (RS) da ferrovia São Paulo – Rio Grande. Eram oito quilômetros em cada margem da ferrovia. Para explorar essas terras – 220 mil hectares de matas ricas em pinheiros, imbuias e cedros, entre outras espécies - foi criada, em 1911, uma subsidiária da companhia, a Southern Brazil Lumber Colonization Company, que ficou conhecida simplesmente como Lumber. A empresa logo se tornaria a maior madeireira da América Latina e, ao longo dos 40 anos seguintes, derrubaria mais de 15 milhões de pinheiros, todos para exportação.

Alta tensão

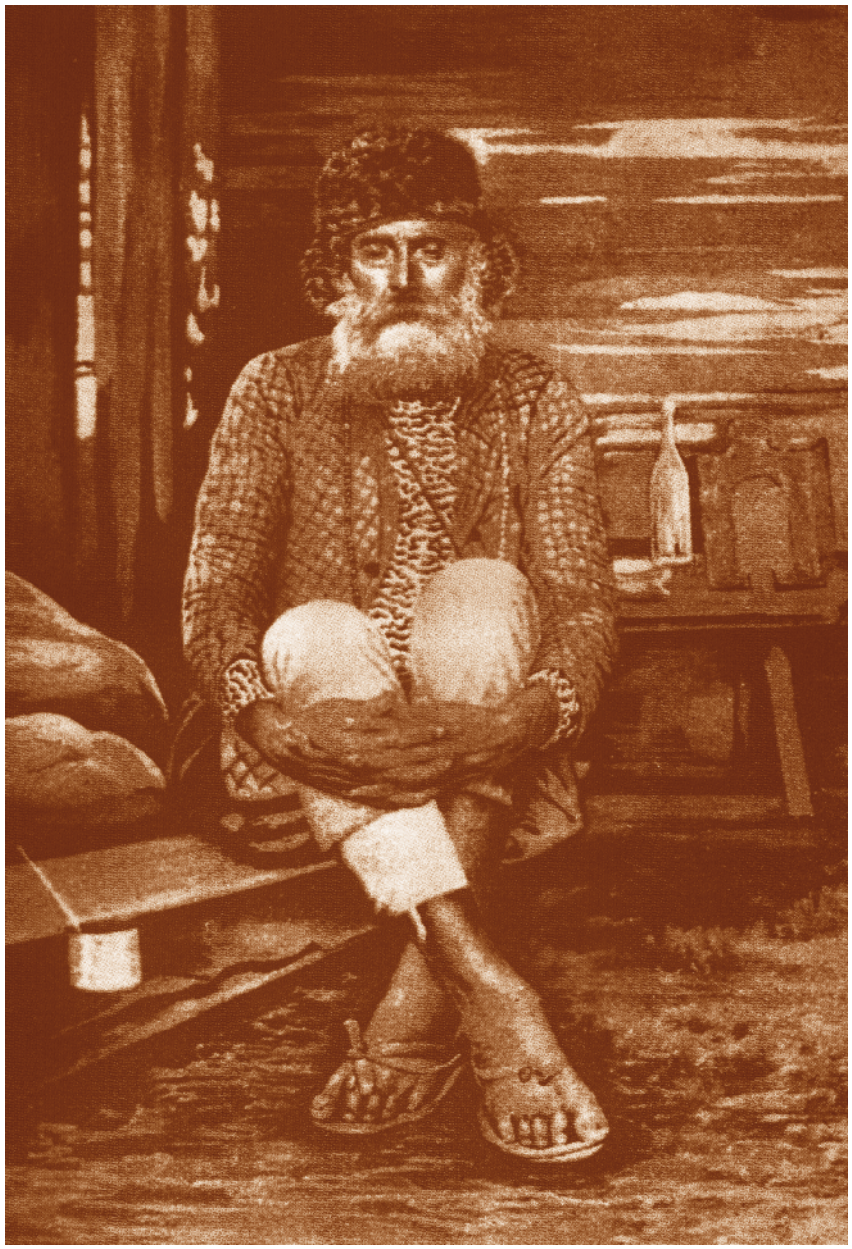
A tensão cresceu quando, com um corpo de segurança de 200 homens e a ajuda da polícia e de capangas contratados por latifundiários, a Lumber passou a expulsar das terras a multidão de caboclos que há muito as ocupava. Os sertanejos viam-se cercados por inimigos: o Governo Federal republicano, os



Seguranças defendendo as instalações da Companhia Lumber

latifundiários e seus capangas, a milícia ilegal dos norte-americanos e as polícias legais de paranaenses e catarinenses. A eles também revoltava o fato do governo catarinense estar vendendo, a preços acessíveis, extensas regiões em lotes para imigrantes europeus. Juntou-se a essa efervescência o descontentamento de cerca de oito mil trabalhadores abandonados à própria sorte nos sertões do vale do rio do Peixe depois que terminou a construção da ferrovia, em 1910. Um contingente de deserdados perambulando pela região, miseráveis e ressentidos.

A tensão política e social avolumava-se assustadoramente, mas iniciativas de resistência organizada esbarravam na inexistência de um líder. Ele surgiu, afinal, na figura de Miguel Lucena Boaventura, um ex-soldado paranaense, desertor e foragido da Justiça que aportou na região dizendo-se monge.



O verdadeiro ‘‘Monge‘‘ João Maria

Conforme relata o historiador Ruy Wachowicz, “os estados sulinos eram percorridos, desde os meados do século XIX até 1912, por figuras exóticas que a população dos sertões chamava de ‘monges’. Viviam mais na floresta, dormiam em grutas, possuíam barba crescida e cerrada, sandálias feitas de couro cru, na cabeça um barrete de pele de onça, um bordão na mão e um terço pendurado no pescoço. A aparência de tais figuras impressionava as mentes dos sertanejos”.

Houve vários monges na região do Contestado. Segundo Renato Mocellin, “o primeiro teria sido João Maria D’Agostini, imigrante italiano que levara uma vida austera, pregara o bem e fizera muitos milagres. Morreu não se sabe quando e nem como. Após sua morte, os sertanejos passaram a chamá-lo de ‘São João Maria’ e passaram a acreditar que ele voltaria. O segundo monge teria chegado à região junto com os federalistas. Seu nome era Anastás Marcaf e, ao que tudo indica, era de origem síria. Usava o nome de João Maria de Jesus, desprezava as coisas materiais, criticava o regime republicano e fazia terríveis profecias”. Tudo isso repercutia bem entre uma população que praticava um catolicismo rústico, que se desviava cada vez mais da ortodoxia da Igreja Romana. Consta que esse monge morreu nos sertões de Santa Catarina, em 1906, deixando marcas profundas na lembrança e nas crenças da população sertaneja.

O terceiro monge – Miguel Lucena Boaventura – apresentou-se como José Maria de Agostinho, irmão do primeiro. Da trinca, foi o guerreiro. “Aliciou ao seu redor”, narra Wachowicz, “os descontentes, os injustiçados, os perseguidos, os desajustados, os desempregados, os bandidos, os facínoras e deu-lhes instrução militar, armando-os com espadas, facões, pica-paus e garruchas. Seus seguidores foram chamados de “pelados” - cortaram barba e bigode e usavam cabelo escovinha - e os adversários, de ‘‘peludos”.



O ‘‘Monge’’ José Maria rodeado por três ‘‘virgens’’.

Começa a guerra

O monge organizou os sertanejos em redutos de resistência, os "quadros santos", como falava. Compôs uma guarda pessoal, que chamou de "os doze pares de França", inspirado nas histórias de Carlos Magno, e adotou uma bandeira, branca com uma cruz verde ao centro. O contingente de adeptos crescia rapidamente, incluindo antigos operários da estrada de ferro, mas a orientação do líder era resistir, não atacar. Sobretudo o reduto de Taquaruçu, município de Curitibanos, chamou a atenção das elites da região, que alardeavam os riscos de uma restauração da monarquia. Nos jornais, manchetes falavam em um novo Canudos. A polícia catarinense enviou tropas para a localidade, mas antes que houvesse um confronto, José Maria e seus seguidores cruzaram o rio do Peixe e seguiram para os Campos do Irani, território paranaense.

Em Curitiba, a presença do monge em terras do Estado causou estardalhaço. Políticos e imprensa garantiam que por trás de José Maria ocultavam-se interesses de Santa Catarina em ocupar terras do Paraná. Os jornais mencionavam, em manchetes, a invasão catarinense. "O Paraná se levantará como um só homem para defender seus direitos, embora odeie derramamento de sangue", bradava um articulista. E em seguida partiu da capital uma expedição punitiva sob o comando do coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho. No confronto em Campos do Irani, os pelados e as tropas travaram na mata um feroz combate corpo a corpo. Cercados, os peludos foram sumariamente derrotados. Mas ambas as forças perderam seus comandantes: morreram João Gualberto e o monge José Maria. Era a manhã de 12 de outubro de 1912.

O monge, sepultaram-no em cova coberta com tábuas para facilitar sua ressurreição. Pois para os sertanejos José Maria apenas desaparecera. Após a batalha nos Campos do Irani, os pelados se dispersaram. Só voltariam à cena no segundo semestre de 1913, depois que se espalhou pela região que o monge

ressuscitaria para comandar o Exército Encantado de São Sebastião, dando início à Guerra Santa. Assim como em Canudos, também no Contestado difundia-se a crença em São Sebastião, o protetor dos fracos e oprimidos e santo da guerra, menção ao rei português D. Sebastião, que morreu na África combatendo os Mouros. E a ressurreição do monge ocorreu, garantiam os caboclos, através de Eusébio Ferreira dos Santos, um jovem de 18 anos que disse ter se encontrado com José Maria no mato e dele recebido a ordem de reunir os fiéis em Taquaruçu. E no começo de dezembro os sertanejos começaram a chegar. Eram milhares, vindos de todos os quadrantes do Contestado.

A convergência dos caboclos, ameaça ao latifúndio e ao coronelismo vigentes na região, foi mais uma vez atacada, agora por um combinado do Exército e da Polícia Militar catarinense. Em 29 de dezembro, desta feita sob o comando do menino Joaquim, o Menino-Deus, os sertanejos impuseram nova e acachapante derrota às tropas governamentais. Em fevereiro de 1914, novo ataque. Segundo Renato Mocellin, "cerca de 750 soldados, armados com duas seções de metralhadoras, muitos fuzis e duas peças de artilharia de montanha (...) tinha a missão de destroçar o reduto sertanejo". Prossegue Mocellin: "Os canhões lançaram sobre o reduto 175 tiros, as metralhadoras funcionavam a todo o vapor. No reduto, casebres iam pelos ares, incêndios se propagavam, matando mulheres e crianças. Os sertanejos tentaram reagir, mas com as armas de que dispunham, a reação foi infrutífera". Bateram em retirada, reunindo-se em Caraguatá, um pouco mais ao Norte.

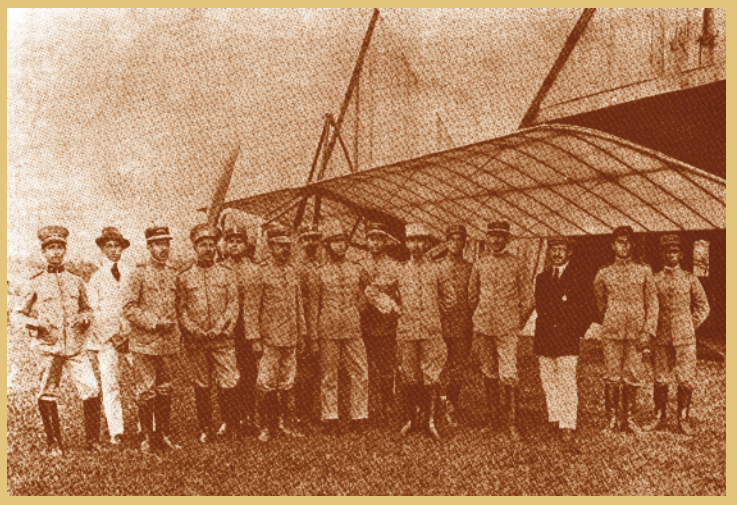
As forças governamentais apresentaram um morto e três feridos. No reduto caboclo, no entanto, a devastação foi assustadora. Citado por Mocellin, o médico da expedição militar relatou: "O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso. Grande número de cadáveres, calculado por uns em quarenta e tantos, e por outros em noventa e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos: bois, cavalos, etc., casas queimadas, etc.".

Caraguatá

Na batalha de Taquaruçu, os sertanejos concentraram-se nas magias do seu catolicismo rústico para combater os invasores. Exemplo disso eram as bandeiras que empunhavam e, segundo eles, podiam destruir 50 soldados cada vez que desenhassem três cruzes no ar. Obviamente as magias não funcionaram. Assim, reorganizados em Caraguatá, passaram a prestar mais atenção nos aspectos militares da luta, já sob o comando supremo da "bela virgem" Maria Rosa. Mocinha dos seus 15 anos, bem falante e perspicaz, dizia transmitir ordem que recebia diretamente do monge.

A primeira investida governamental sobre Caraguatá deu-se no início de março, sob o comando do coronel José Capitulino Pires Gameiro, e foi derrotada. Agora, os sertanejos usavam táticas de guerrilha, desconhecidas pelos soldados. Os guias locais conduziam as tropas para locais opostos ao reduto, enquanto os caboclos, escondidos no meio da mata, evitavam o combate direto. Fustigavam os soldados com ataques inesperados e muito rápidos. As emboscadas aturdiam as tropas. Narra Renato Mocellin: "Sabendo que os soldados estavam há meses no sertão sem ver um rabo-de-saia, alguns sertanejos se travestiam em mulheres e ficaram à beira da estrada, insinuando-se aos 'agitados soldados'. Estes acreditavam que haviam ganho um presente dos céus e saíam atabalhoadamente em disparada atrás das 'beldades'. Logo, porém, a excitação da soldadesca chegou ao fim, pois as tais 'mulheres' esperavam os imprudentes milicianos não para acariciá-los, mas sim para cair sobre eles com seus afiados facões".

O insucesso do novo ataque levou a uma troca de comando, assumindo o general Carlos de Mesquita, que lutara em Canudos. Estava à frente de 1.700 homens. Percebendo a movimentação militar, Maria Rosa, citando ordem do



General Setembrino e seu Estado-Maior, 1915



Locomotiva tombada ao longo da linha São Paulo - Rio Grande do Sul

monge, mandou que os caboclos se retirassem para redutos menores, mais seguros. Os pelados já contavam, como informa Nilson César Fraga, "com mais de três mil homens do 'Exército Encantado', com armas brancas, mais 200 homens do 'Exército de Cavalaria', armados com winchesters e mausers, os 24 "pares de França", 25 homens do 'Piquete da Avançada", cerca de duas mil mulheres com mais de 17 anos, em condições de lutar, e mais 500 crianças aptas a auxiliar as forças na retaguarda".

O general Mesquita atacou Caraguatá e o reduto de Santo Antônio, abandonados pelos sertanejos, que evitavam confrontos diretos e simulavam dispersão. Então, o militar de Canudos deu sua missão por encerrada. Era maio de 1914. A partir daí, Maria Rosa perdeu força para os comandantes militares dos caboclos. Francisco Alonso de Souza, o Chiquinho Alonso, foi aclamado comandante geral. O movimento recebia adesões, de inimigos do "coronel" Francisco Albuquerque, o chefão em Curitibanos, a aventureiros e descontentes. A todos, Alonso recebia de bom grado. O reduto-mor foi transferido para Caçador.

Sem controle

A partir de meados de 1914, o controle dos pelados fugira dos primeiros líderes. Segundo Wachowicz, "nessa altura dos acontecimentos a luta perdeu toda a sua característica religiosa e o fanatismo, aliado ao banditismo, superou qualquer misticismo. O nome de José Maria deixou de ser lembrado, os amotinados tornaram-se simplesmente jagunços, salteadores e facínoras que lutavam para saquear e roubar, não tendo um objetivo definido". Incendiaram a serraria da Lumber, em Calmon, destruíram a localidade de São João e a estação ferroviária de Nova Galícia. Atacaram fazendas e um trem militar e ocuparam Canoinhas, Papanduvas e Itaiópolis. Em setembro, o general Setembrino de Carvalho, nomeado comandante da 11ª Região Militar, em Curitiba, chegou

ao Contestado. E a situação começou a mudar. O militar organizou quatro poderosas colunas para cercar todos os redutos.

A dura ofensiva e alguns apelos a uma rendição negociada afetaram tropas governamentais. Um dos redutos se entregou. Já em 1915, 200 homens sob o comando de Henrique Wolland, o Alemãozinho, apresentaram-se aos legalistas em Papanduvas, enquanto outros três mil sertanejos depunham armas. Mas no reduto de Santa Maria, o novo chefe, Adeodato Ramos, resistia. Não por muito tempo, pois a localidade acabou incendiada pelos efetivos do general Setembrino, que ainda perseguiram – e derrotaram - Adeodato em suas tentativas de formar outros redutos. Em 1916, uma operação limpeza matou e prendeu os pelados que ainda resistiam. A grande guerra, a maior guerra civil brasileira chegava ao fim.

Apesar do forte misticismo que a embalou e de, ao final, ter sido contaminada pelo banditismo, a guerra do Contestado foi uma vultosa insurreição camponesa contra as injustiças que uma ordem econômica, social e política perversa submetia os sertanejos. Enfrentaram, obviamente, limitações históricas então intransponíveis. O isolamento daquelas populações perdidas entre florestas, o analfabetismo que grassava, o coronelismo dominante, a ausência de uma organização que formulasse e conseguisse aplicar um programa político definido, tudo isso limitou o alcance da insurreição.

É verdade que entre algumas lideranças prosperou a idéia de uma monarquia sul-brasileira, envolvendo os três estados do Sul e o Uruguai. Mas o suposto monarquismo dos pelados não era programático. Expressava, isto sim, um forte ressentimento contra a república. Enquanto, sob a monarquia, nunca haviam sido importunados, a república, no dizer de Wachowicz, "parecia-lhes um regime de terror, que impedia suas rezas em comum, dispersava-os à bala e, não satisfeita, procurava expulsá-los de suas terras". Mas o ideal político mantinha-se no estreito e nebuloso limite da mágoa.



Grupo de jagunços e fanáticos após sua rendição



Fanáticos se alimentando após se apresentarem às autoridades.



Greve geral, operários em cena

Num grande comício na Praça Tiradentes, em 18 de julho de 1917, uma quarta-feira, os trabalhadores de Curitiba resolveram aderir à primeira greve geral brasileira, desencadeada em São Paulo, em nove de junho, com mais de 50 mil trabalhadores parados – alguns historiadores mencionam até 70 mil –, e que se espalhou pelas principais capitais do País. Na manhã seguinte, a paralisação dos bondes na Praça Tiradentes e na Rua Barão do Rio Branco marcou o início efetivo do movimento.

Não era a primeira greve em Curitiba. Já em 1900, os trabalhadores da empresa de saneamento pararam por aumento salarial, motivo pelo qual os ferroviários também paralisaram o trabalho no ano seguinte. Em 1902, operários de fábricas de beneficiamento de erva-mate cruzaram os braços contra o projeto de equiparação dos impostos sobre exportação da erva-mate beneficiada e cancheada. Mas o movimento mais significativo ocorreu em 1906, quando a greve dos sapateiros conseguiu agregar outras categorias que, para além das reivindicações econômicas, questionavam a própria ordem burguesa, sob influência das idéias socialistas e anarquistas trazidas da Europa pelos imigrantes. A greve foi vitoriosa e o movimento operário deu um salto à frente com a criação da Federação Operária do Paraná, logo em seguida, e de diversas outras sociedades operárias que iriam desempenhar papel decisivo na grande greve de 1917.

Trabalho e miséria

No final da primeira década do século, o Brasil registrava pouco mais de 13 mil indústrias, que reuniam cerca de 280 mil operários. As condições de trabalho e vida desses trabalhadores eram adversas. "O trabalho assalariado continuava sem nenhuma proteção legal e os trabalhadores sem o reconhecimento de seus direitos mínimos, como repouso semanal, férias anuais, indenização por acidentes de trabalho, aposentadoria, etc.", descreve Francisco M. P. Teixeira em sua *História Concisa do Brasil* (Global Editora, São Paulo, 1993). "Os salários muito baixos", prossegue o historiador, "não acompanhavam o custo de vida, perdendo quase 20% do seu valor real somente na década de 1910. A longa jornada de trabalho (12, 14 horas contínuas, com breve intervalo para uma refeição, feita geralmente na calçada, do lado de fora da fábrica), extenuante para os homens, não perdoava mulheres e crianças, pois seus salários, apesar de muito inferiores aos dos homens adultos, eram componente essencial do sustento familiar". Após a jornada, "os trabalhadores voltavam para suas casas nas pobres periferias operárias. Aí os esperavam moradias quase sempre coletivas e superlotadas, cortiços ou casas de cômodos insalubres e de péssimas condições sanitárias, construídas em terrenos baratos, baixos e alagadiços".

A nascente classe operária paranaense, quase toda concentrada em Curitiba, não vivia sob condições de vida tão ásperas quanto a de capitais maiores e mais desenvolvidas. Mas, sobre ela, também recaíam os rigores das relações de trabalho – relações de severa exploração - e os efeitos econômicos da I Guerra Mundial. A inflação corroía o poder aquisitivo dos trabalhadores, os preços dos gêneros alimentícios subiam vertiginosamente e alguns, como a farinha de trigo, eram racionados, difíceis de encontrar. Havia, portanto, um clima propício ao descontentamento que já tomava conta do País, com manifestações generalizadas contra a carestia de vida.

A greve

Iniciado em São Paulo, com mais de 50 mil trabalhadores parados, trincheiras nas ruas e bondes assaltados, o movimento grevista rapidamente espalhou-se pelo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Mato-Grosso e Bahia. Alguns outros estados – como o Paraná – aderiram em seguida. Os operários de Curitiba, reunidos em comício na Praça Tirandentes, em 18 de julho, aderiram à greve com a seguinte pauta de reivindicações (semelhante à dos paulistas):

1) Jornada de oito horas de trabalho.
2) Abolição completa de multas.
3) Proibição do trabalho de menores de 14 anos.
4) Proibição do trabalho feminino para menores de 21 anos.
5) Aviso prévio de 18 dias, com uma hora de folga para procurar outro emprego em caso de dispensa.
6) Baixa dos preços dos gêneros alimentícios, sobretudo da farinha de trigo e do açúcar.

Na manhã de 19 de julho, foram paralisados os bondes da Praça Tiradentes e da Rua Barão do Rio Branco. No final da tarde de inverno, os grevistas cortaram a luz das 18 às 19h40min. Num tiroteio, um operário e três policiais ficaram feridos. A situação ficou tensa. No dia seguinte, apesar dos líderes pedirem calma e da ostensiva presença das forças de segurança nas ruas, os trabalhadores assaltaram carrinhos de padeiros (para impedir o fornecimento de pão), arrancaram trilhos de trem e dinamitaram a ponte sobre o rio Belém. Do interior do Estado vinham notícias sobre a paralisação de todo o sistema ferroviário. Os confrontos seguiram até segunda-feira, dia 23, quando a repressão policial investiu fortemente contra os operários e prendeu seus líderes. Na terça, 24, a situação voltava à normalidade.

A situação de guerra prejudicou o movimento em Curitiba. Difundiu-se um sentimento anti-alemão bastante forte criando-se, a partir daí, grande hostilidade aos estrangeiros de um modo geral. "As perturbações da ordem passaram a ser vistas como fruto da ação subversiva de inimigos externos", segundo Marion Brepohl de Magalhães *(Paraná: Política e Governo, Coleção História do Paraná,* Curitiba, 2001). E a historiadora completa: "É justamente sob essa acusação, o mito do inimigo externo, que a polícia e a própria imprensa encontram apoio de outros segmentos sociais de Curitiba para fazerem prevalecer a ordem. A greve é reprimida como um feito patriótico, após sete dias de duração; suas lideranças foram presas ou deportadas, medida resultante da aliança entre a polícia e os empresários".

A greve foi derrotada. Apenas alguns trabalhadores, isoladamente, em acordos diretos com seus patrões, tiveram atendidas algumas das reivindicações. Mas ali fora plantada uma semente que germinaria uma dinâmica nova nas relações de classes no Paraná, incluindo aí as relações entre Estado e trabalhadores.

Novos Tempos

Argumenta Marion Brepohl de Magalhães: "O impacto da Revolução Russa, a presença dos partidos socialistas nos parlamentos europeus, as greves ocorridas em toda a Europa e América Latina, bem como os conflitos pela terra, alertam as elites quanto ao fato de não ser mais possível tratar o movimento operário como uma simples questão de polícia. Inicia-se assim, em diversos países, o debate sobre uma legislação trabalhista".

É nesse contexto em que o capitalismo via-se forçado a pelo menos melhorar suas relações com os trabalhadores, suavizando a exploração, que os ferroviários paranaenses deflagraram uma nova greve, em 1919, ano em que foi fundada a União Operária do Paraná (UOP). A experiência dos operários havia crescido e a maturidade das lideranças influiu decisivamente numa greve bastante diferente da anterior, de 1917. A começar pelo fato de que todas as reivindicações foram atendidas. Nos anos de 1919 e 1920, doze greves ocorreram no Paraná, distribuídas por várias categorias.

Da greve de 1917, restou um enigma: que fim levaram os líderes Octávio Prado, Bortolo Scarmagnan e Caetano Grassi? A polícia sempre negou tê-los detido. Mas eles nunca mais foram vistos.



Estação telegráfica de Catanduvas(PR), ocupada pelas forças federais, março de 1924.

Sangue nas matas do Oeste

Por quase um ano – entre 1924 e 1925 - o Oeste paranaense foi cenário de uma das mais importantes lutas político-militares da República. Para lá convergiram os revoltosos, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, que haviam se rebelado em São Paulo, em julho de 1924, os insurgentes gaúchos liderados pelo capitão Luiz Carlos Prestes e as forças legalistas (primeiro o Regimento de Cavalaria Provisório, tendo à frente o coronel Dilermando Cândido de Assis, depois as tropas comandadas pelo general Cândido Rondon). Derrotados, os rebeldes de São Paulo e do Rio Grande do Sul uniram-se na epopéica Coluna Prestes, que dali partiu para sua longa marcha pelo País até 1927.



Revolucionários e habitantes de Foz do Iguaçu junto ao marco das três fronteiras, abril de 1925.

Eram os anos 20 do século XX. Não faltavam, conforme assinalou Francisco M. P. Teixeira, "fatos e símbolos indicativos do estado de espírito do País, inquieto e apreensivo, à beira de uma erupção social e política". A crise do pós-guerra acelerou a inflação e a carestia da vida. Um extenso descontentamento popular varria o País. Operários ingressavam no cenário político, sobretudo com as greves de 1917 e 1919. A revolução russa acenava ao mundo com a idéia de uma nova organização econômica, social e política. A República Velha arfava sob o peso do seu anacronismo.

O ano de 1922 foi emblemático de como o Brasil se contorcia no parto da modernidade. Em fevereiro, em São Paulo, um grupo de artistas e intelectuais ousados, irreverentes e experimentalistas realiza a Semana de Arte Moderna. Em Niterói, em março, é fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB). Em julho, tenentes se revoltam no Forte de Copacabana, quando 18 deles realizam marcha suicida pela avenida Atlântica e são fuzilados pelas tropas legalistas, com exceção de Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Artur Bernardes, presidente eleito, toma posse em novembro, sob estado de sítio. A década seguiria turbulenta rumo à revolução de 1930.

Os anos 20 do século XX no Brasil foram dos tenentes. Era o tenentismo, como o movimento ficou conhecido, que reunia diversas patentes da baixa e média oficialidade do exército, insatisfeitas com as precariedades operacionais da corporação e com a crise que penalizava as classes médias, de onde se originavam. Identificavam a origem dessas adversidades no arcaísmo da velha República, sem voto secreto e marcada pela fraude eleitoral, e com as classes médias praticamente excluídas da participação política.

Volta à carga

Derrotados em 1922, no episódio que ficou conhecido como "Os 18 do Forte", os tenentes voltaram à carga dois anos depois, quando 3.500 revolucionários, liderados pelo general Isidoro Dias Lopes e pelos tenentes Siqueira Campos, João Alberto, Eduardo Gomes e Juarez e Joaquim Távora tomaram São Paulo. Com a adesão da Força Pública, sob a liderança de Miguel Costa, mantiveram-se por três semanas no comando da cidade. Ao final, sem poder resistir a um cerco de 14 mil soldados legalistas, os revolucionários retiraram-se em direção ao rio Paraná, cruzando todo o Estado de São Paulo e descendo pelo rio.

Em combates seguidos com as tropas legalistas do coronel Dilermando Cândido de Assis, os revoltosos tomaram Guaíra e Foz do Iguaçu e enviaram um batalhão para ocupar toda a região de Toledo e Cascavel e instalar o sustentáculo da revolução em Catanduvas. A localidade tornou-se o baluarte da revolução. Ali se localizava uma estação telegráfica, alvo de disputa entre legalistas e revolucionários, pois este era o único meio de comunicação com o resto do Brasil. Ademais, sua localização estratégica impedia a passagem na única via de penetração, que de Guarapuava conduzia a Foz do Iguaçu, porta de entrada para o Oeste paranaense.

Ali entrincheirados, vivendo em barracas, sob o ataque contínuo da artilharia legalista, os revolucionários procuravam retardar ao máximo a luta, à espera da coluna gaúcha de Luiz Carlos Prestes, que já se aproximava do rio Iguaçu. Em conferência promovida pelo Centro de Educação e Assessoria Popular (Cedap) para a produção da série *Lutas Populares do Brasil* (1924-1964), Luiz Carlos Prestes esclareceu: "Não nos avisaram do levante de São Paulo, fomos surpreendidos. Então, intensificamos a conspiração no Rio Grande do Sul para dar a nossa solidariedade aos companheiros de São Paulo que já estavam no Paraná. Na noite de 28 para 29 de outubro, nos levantamos e, no início de abril de 1925, estávamos entrando no Paraná".

Penúria

Em seu livro *A columna da morte,* o tenente João Cabanas, um dos comandantes revolucionários, revelou o estado de penúria em que vivia a população do extremo Oeste paranaense, onde se praticava uma economia extrativista de erva-mate e madeira, baseada na exploração da mão-de-obra escrava. Ali, pouco se falava o português, mas o espanhol ou o portunhol. Na década de 1980 o historiador Ruy Wachowicz relatou, em seu livro *Obrageros e Mensus,* sobre

os grandes latifúndios onde se explorava a terra e escravizava grande número de trabalhadores. Muitos destes, mesmos os estrangeiros, paraguaios na sua maioria, apoiaram os revolucionários que os libertaram da condição de escravos.

Poucos dias antes, em 29 de março, a fortaleza principal dos revolucionários de São Paulo, que resistia em Catanduvas desde novembro do ano interior, mas que já estava sem munição, entregou-se ao general Rondon, o comandante das tropas legalistas, que estava à frente de 17 generais e milhares de soldados. Ao todo, 407 revolucionários foram feitos prisioneiros. Escaparam da rendição o comando e as tropas rebeldes que se encontravam fora de Catanduvas. Esses remanescentes ainda tentaram retardar o avanço dos legalistas. Por fim juntaram-se aos gaúchos, somando cerca de 1.200 homens. Tentaram tomar Guaíra, sem sucesso. Então cruzaram o rio Paraná e internaram-se no Paraguai. Terminavam as operações militares no Oeste paranaense, que duraram dez meses consecutivos. E iniciava-se outro movimento que marcou os anos 20 do século XX: a Coluna Prestes. Após atravessar o Paraguai, a coluna atingiu o Mato Grosso e, pelos dois anos seguintes, percorreu 25 mil quilômetros pelo Brasil, pregando reformas políticas e sociais e combatendo o governo do presidente Artur Bernardes. A empreitada não foi vitoriosa, mas ajudou a abalar ainda mais a já carcomida República Velha e a preparar a Revolução de 1930.

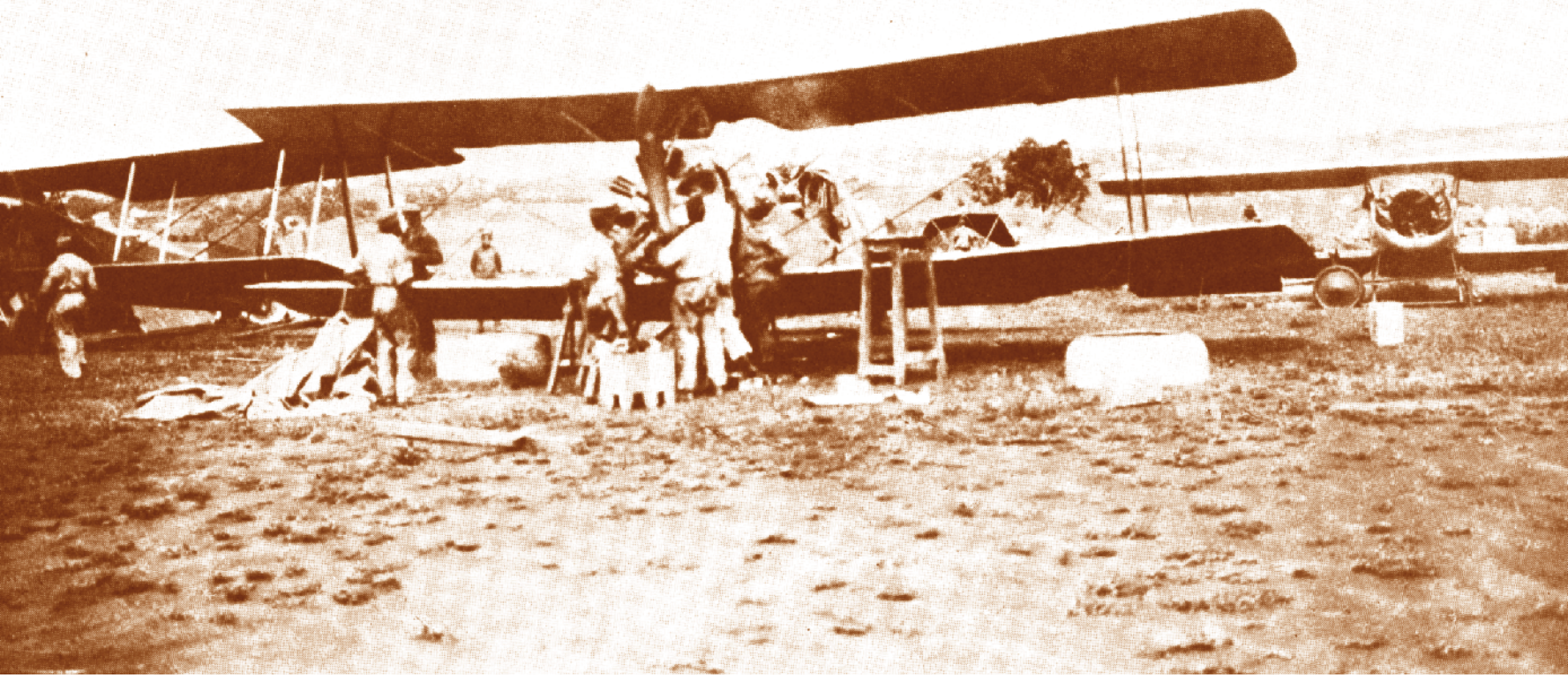
Durante os dez meses em que duraram as lutas de 1924/1925 no Oeste do Paraná, os suprimentos das forças em confronto foram requeridos das empresas exploradoras do mate. A sangria contribuiu para o encerramento deste ciclo econômico. Quando os combates terminaram, os sertanejos, antes prósperos, viram-se na miséria. Muitos perderam tudo o que tinham. Mas, com o restabelecimento da ordem, os carroções dos colonizadores voltam a circular pela região trazendo imigrantes gaúchos e catarinenses. Surgem serrarias e cresce a produção de milho e a criação de suínos.



Revolucionários na região de Medeiros (PR), 1924.



Campo de concentração de revolucionários capturados, março de 1925.



Aviões utilizados na campanha contra os revolucionários. Ponta Grossa (PR), outubro de 1924.



Acampamento das forças federais, Formigas (PR), 1924.



Getúlio Vargas e seu Estado Maior no salão do Grande Hotel, em Curitiba.

"O Estado do Paraná foi o cenário onde se decidiu o destino da Revolução de Outubro de 1930".

Roberto Bondarik



No Paraná se decidiu o triunfo da Revolução de 1930

Na madrugada de cinco de outubro de 1930, sob o comando do major Plínio Tourinho, oficiais da 5ª Região Militar tomaram os quartéis de Curitiba. Pela manhã, contando com a adesão da Força Militar do Estado, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Cívica, já controlavam as repartições públicas, o Tesouro Estadual, a Delegacia Fiscal e os Correios. O presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo, junto com auxiliares diretos e amigos, abandonou a cidade. Quem permaneceu, entre membros do governo e seus partidários, foi preso. Em poucas horas, a Revolução de 30 se instalara no Paraná, rumo a um desfecho fulminante 20 dias depois.

A vitoriosa *blitzkrieg* dos revolucionários paranaenses, súbita apenas na aparência, resultou de minuciosa articulação conspiratória que, por sua vez, respondia ao agravamento de severa crise econômica, social e política que assolava o Brasil ao longo da década anterior (mais detalhes da época no capítulo *"Sangue nas matas do Oeste"*), e atingira ponto de fervura com a crise mundial de 1929 e os imprevistos caminhos da sucessão presidencial.

Oligarquias divididas

A desastrosa política econômica de Washington Luiz, eleito em novembro de 1926 como o oitavo presidente da jovem República brasileira, somada aos efeitos da grande depressão mundial de 1929, alimentaram crises e confrontos. Principal esteio da economia nacional, criando e sustentando milhares de empregos e financiando boa parte da indústria e do comércio, a cafeicultura sofreu turbulências a partir de 1925. Muita produção, pouca exportação: eis o cenário da desolação que se seguiu, com dramáticas repercussões políticas, sociais e econômicas.

"Não obstante o ainda incipiente desenvolvimento industrial capitalista, 579 fábricas fecharam suas portas em São Paulo e no Rio de Janeiro por falta de compradores dos seus produtos. Muitas indústrias procediam a demissões em massa, funcionando apenas dois ou três dias por semana, e as cotações do café no mercado internacional iam por água abaixo. Tudo isso colocava o governo na maior crise da história da República. O pânico se alastrava: fome e desemprego assombravam o povo" (Rosa Filho, 2002).

A despeito dos progressos em sua agricultura, dominada pela imigração européia e seus descendentes, o Paraná sofria os resultados da situação econômica

e política do País. Desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conforme relata o historiador Ruy Wachowicz *"ocorriam manifestações públicas de inspiração social.* A situação do operariado, surgido como consequência do início da industrialização, era dificílima. Havia no País somente uma lei social: a do seguro ferroviário; trabalhava-se de 12 a 14 horas por dia (...); para os operários não havia domingos, nem feriados – eram obrigados a fazer, nesses dias, a limpeza nas instalações da fábrica; não havia nenhuma estabilidade no emprego e nem salário mínimo; as mulheres e as crianças eram preferidas aos homens por receberem salário menor e executarem a mesma tarefa. Esta situação agravou-se ainda mais com a crise mundial de 1929", (Wachowicz, 2002).

A ruína econômica tornava-se ainda mais grave por ocorrer no delicado momento político então vivido pelo País, o da sucessão presidencial. Pelo acordo entre os setores da oligarquia agrária e latifundiária que então dominava o Brasil – a política do "café-com-leite", vigente desde 1913 – o sucessor de Washington Luiz, um paulista, deveria ser um representante de Minas Gerais, na figura do presidente do Estado, Antonio Carlos de Andrada. Mas os turbilhões da economia iriam quebrar a praxe acordada.

"Do lado da oligarquia paulista, a premência estava no agravamento da crise da cafeicultura e dos setores associados, combinada com uma explosiva situação social, com desemprego crescente e rebaixamento de salários. Nesse contexto, valia mais apostar no eixo São Paulo/Capital Federal que no eixo São Paulo/Minas Gerais" (Teixeira, 1993). Assim, Washington Luiz indicou, como candidato oficial a sucedê-lo, o presidente de São Paulo, Júlio Prestes. Reagindo à quebra do "café com leite", o presidente mineiro rompe com os paulistas e articula uma nova aliança eleitoral, indicando o presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, como candidato, e o paraibano João Pessoa como vice. Era junho de 1929 e estava criada a Aliança Liberal.

Na eleição de 1º de março de 1930, em pleno carnaval, Júlio Prestes derrotou Vargas por 200 mil votos, expressiva diferença num total de dois milhões de votos apurados. De parte a parte sobravam acusações de trapaças eleitorais, prática comum na República Velha do coronelismo e do latifúndio. Para além das denúncias de irregularidades, a Aliança Liberal resistia em aceitar o destino dos vencidos na política brasileira da época: um naco inexpressivo do poder ou o ostracismo e a perseguição reservados à oposição. A idéia de impedir a posse de Júlio Prestes começou a prosperar, já a partir de maio, com as articulações conspiratórias de Oswaldo Aranha, então secretário de Governo do Rio Grande do Sul.

Mas foi o assassinato de João Pessoa, no Recife, em 26 de julho de 1930 (ainda que provocado mais por razões passionais que propriamente políticas) a fagulha a acender a pradaria seca não só dos oposicionistas derrotados em março, como da grande massa da população que se defrontava com o peso da crise econômica e social. Oswaldo Aranha conclamou o povo gaúcho a desensarilhar as armas, enquanto o presidente mineiro Antonio Carlos, proclamava: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Entre os aliancistas, a determinação era conquistar pelas armas o que haviam perdido nas urnas.

Começa a revolução

Sexta-feira, três de outubro de 1930, 17h30min. Forças da Brigada Militar gaúcha, Guarda Civil, militares rebeldes e voluntários civis, sob o comando de Oswaldo Aranha e Góes Monteiro, tomam de assalto o Quartel General do Exército em Porto Alegre. O general Gil de Almeida, comandante da Região Militar, é preso no ato. Numa sincronização previamente organizada, o movimento revolucionário deflagra-se em todo o estado. Horas antes, tropas rebeldes seguiam por trem em direção a Porto União, na divisa de Santa Catarina

com o Paraná, com a missão de dominar rapidamente a antiga região do Contestado (leia sobre a Guerra do Contestado no capítulo *Pelados e peludos na guerra camponesa do Contestado)* e, com isso, garantir o deslocamento seguro do grosso das tropas que viriam depois, utilizando-se para tanto, do único caminho disponível (já que não contavam com o apoio da Marinha de Guerra): a ferrovia São Paulo-Rio Grande.



Comando militar revolucionário no Paraná. Curitiba, outubro 1930.

No dia seguinte ao início da revolução – quatro de outubro – o contingente de rebeldes já havia atingido Porto União, onde recebeu a pronta adesão do Batalhão de Caçadores de Joinvile, ali estacionado. No mesmo dia, o 13º Regimento de Infantaria, sediado em Ponta Grossa, também se rebelou e assumiu o controle da cidade. Em Curitiba, na madrugada do dia 5, o major Plínio Tourinho, à frente de um grupo de oficiais revolucionários, tomava de assalto o Quartel General e os demais quartéis da cidade.

Com a adesão paranaense, as tropas gaúchas alcançaram Ponta Grossa em seis de outubro. O avanço rebelde, no entanto, foi atrasado pelo 5º Regimento de Cavalaria Divisionária, sediado em Castro, que se mantivera fiel à legalidade (denominação genérica dos que permaneceram ao lado do Governo Federal). Mas, acossados pelas forças do 13º Regimento de Infantaria e pela Polícia Militar do Paraná, os legalistas recuaram em direção a São Paulo, não sem antes destruir pontes e danificar trechos de ferrovia.

Em sua marcha, os rebeldes foram seguidos pelas tropas gaúchas que, a partir de Jaguariaíva, e utilizando o Ramal Ferroviário do Paranapanema, atingiram o Norte Pioneiro. De Curitiba, tropas revolucionárias seguiram para o Vale do Ribeira. Formaram-se, então, três frentes de batalha entre os rebeldes e os chamados legalistas (que reuniam unidades do Exército sediadas em São Paulo e Rio de Janeiro e da Força Pública Paulista, atual Polícia Militar do Estado de São Paulo), além de voluntários civis, chamados de legionários: Vale do Ribeira, Sengés-Itararé e Norte Pioneiro. A meio caminho entre o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro e controlando a entrada para São Paulo, Itararé era particularmente estratégica tanto para o avanço rebelde, quanto para a resistência legalista.

Governo revolucionário

Na tarde de cinco de outubro de 1930, horas após o major Plínio Tourinho submeter o comando da região militar e tomar todos os quartéis da guarnição de Curitiba, o Paraná já dispunha de um governo provisório, chefiado pelo general da reserva Mário Monteiro Tourinho. Urgia implantar a ordem revolucionária. Atos foram baixados imediatamente com o objetivo de ajustar a realidade política e administrativa do Estado aos pressupostos moralizadores da revolução. "Deste modo, foram dissolvidos o Congresso Legislativo Estadual e as câmaras municipais, cassados os mandatos dos prefeitos e nomeados outros de confiança do governo revolucionário. Comissões de sindicância foram instaladas, entre outras, no Tesouro do Estado, no Banco do Estado do Paraná, no Porto de Paranaguá e no Departamento de Terras" (Dicionário Histórico, 1991).



Revolucionários paranaenses na hora do rancho, outubro de 1930.

O chefe do governo provisório, depois interventor federal no Paraná, desde logo denunciava "as concessões realizadas, a título gratuito ou por preço reduzido, de terras devolutas a empresas de construção de estradas e de colonização, bem como a legitimação de extensas áreas que contribuíram para a formação de latifúndios prejudiciais aos interesses da Nação. Deste modo, foram anuladas ou declaradas caducas, por inadimplemento de cláusulas contratuais, várias concessões de terras, entre as quais as conhecidas concessões feitas à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, sucedida pela Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco) e à Companhia Matte-Laranjeiras.

A revolução avança

Enquanto o Paraná ajustava-se a uma nova ordem ainda não vitoriosa, a revolução avançava. A caminho da estratégica Itararé marchou um esquadrão da Brigada Militar gaúcha, cerca de 300 homens fardados e bem armados sob o comando do capitão Trajano Marinho. Com amplo apoio local, o chamado Esquadrão Marinho ultrapassou a estação Quatiguá, tomando logo adiante a Colônia Mineira (hoje Siqueira Campos) e Affonso Camargo (atual Joaquim Távora) e empossando as novas autoridades municipais. Mas ali enfrentaram, pela primeira vez, as forças legalistas. Obrigados a recuar, os revolucionários acantonaram-se na estação Quatiguá, a espera do destacamento comandado pelo coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen. Era o dia 11 de outubro.

A idéia era seguir pelo Norte Pioneiro e atingir Bauru, cujo controle dividiria o Estado de São Paulo. Dali os revolucionários poderiam estabelecer a junção com as tropas mineiras e, através de Minas Gerais, atingir o Rio de Janeiro. Mas as forças legalistas avançaram a partir de Joaquim Távora e, de surpresa,

cercaram Quatiguá, onde o Esquadrão Marinho havia se refugiado e aguardava o Destacamento Etchegoyen. Era o entardecer de 12 de outubro. E nas horas seguintes, madrugada adentro e até meados da manhã seguinte, ocorreria um dos mais violentos combates da Revolução de 1930.

Em maior número, os legalistas formaram uma meia lua em torno da Estação Ferroviária de Quatiguá, onde aquartelara-se a tropa de Trajano Marinho. Relata o revolucionário Vanderley Véras, citado por Bondarik: "O tiroteio cerrou nas suas linhas. Era formidável a sua potência de fogo! As suas metralhadoras pesadas em rajadas sucessivas metralhavam o pequeno lugarejo, completamente aberto, constituído de pequenas casas, distanciadas umas das outras. Os nossos pelotões que estavam na frente responderam ao fogo dos sitiantes com um desassombro admirável ...". Com a chegada do Destacamento Etchegoyen, a vantagem inverteu-se e os revolucionários obrigaram os legalistas a recuar em direção à divisa com São Paulo. Nessa marcha, os derrotados destruíram as pontes sobre o rio Paranapanema e outras – inclusive ferroviárias – para dificultar o avanço dos revolucionários.

Vencedores em Quatiguá, os rebeldes ocuparam a região. Dominaram Carlópolis em 16 de outubro, dia em que Getúlio Vargas transpunha a fronteira entre Santa Catarina e Paraná, na altura de Porto União (SC) e União da Vitória (PR). Três dias depois, na frente norte, os revolucionários tomam Ribeirão Claro e Jacarezinho. No dia seguinte Vargas chega a Curitiba, recepcionado por grande manifestação popular.

Os paranaenses também lutaram, e bravamente, em Sengés e na estação e na fazenda Morungava, na região da estratégica Itararé. Nos arredores de Sengés as refregas começaram em nove de outubro, prolongando-se até a expulsão dos legalistas e a ocupação da vila, dia 15. Em Morungava, as tropas revolucionárias derrotaram as da legalidade após um cruento combate que durou mais de dez horas, e ali se mantiveram prontas para marchar sobre Itararé, sob o comando do general Miguel Costa. Na cidade fronteiriça, encontravam-se 6.200 soldados das tropas governistas, apoiados por aviões e canhões, diante de 7.800 homens da revolução, com o suporte de 18 canhões dos mais poderosos e modernos.

No dia 24 de outubro o comandante dos governistas, coronel Pais de Andrade, recebe ordens superiores: "Defenda Itararé a todo transe". Marcou o início dos combates para o dia seguinte.

"Logo pela manhã, porém, um emissário dos revolucionários, portando uma bandeira branca, pede para falar com Pais de Andrade. Traz um ultimato: exige rendição incondicional. Pais de Andrade recusa. O emissário argumenta que há fatos novos vindos do Rio: o presidente Washington Luiz fora deposto no dia 24, não havendo mais razão para o confronto. Incrédulo, Pais de Andrade vai parlamentar com Miguel Costa, em Sengés, onde se confirma a veracidade do informe: O País está sob o comando de uma junta governativa composta pelos ministros militares. Acabou a batalha de Itararé, que a partir desse desfecho ficou sendo conhecida como "a batalha que não houve". (Rosa Filho, Curitiba, 2002).

Na tarde do dia três de novembro, no Rio de Janeiro, no Palácio do Catete com salões lotados, Getúlio Vargas, chefe do movimento triunfante, assumia o comando do governo provisório "em nome da revolução, das Forças Armadas e do povo". Iniciava-se o que para muitos historiadores constituiu-se num verdadeiro salto civilizatório no Brasil, com a abolição do anacronismo da República Velha.

"A derrota diante das tropas revolucionárias em São Paulo fez ver aos generais que se rebelaram em 24 de outubro no Rio de Janeiro, que estavam diante de uma revolução diferente das outras que se haviam iniciado no Rio Grande do Sul. Ao contrário da Guerra dos Farrapos, que ficou restrita àquele Estado e à Santa Catarina e a Revolução Federalista que não teve forças para transpor o Paraná, os revolucionários de 1930 estavam apenas aguardando o momento propício para marchar sobre São Paulo e atingir o Rio de Janeiro. O combate de Quatiguá demonstrou a capacidade de logística de transporte e operacional de combate dos rebeldes, mostrou sua organização e a disciplina de suas tropas, além de sua determinação em vencer pelas armas seus opositores". (Bondarik, 2009).

No doloroso, mas necessário parto do novo Brasil, mais moderno, urbano e industrial, mais progressista e democrático que emergiu de lutas antigas e das armas de 1930, o Paraná sustentou posição de escala estratégica. Como disse Vargas, ao falar ao povo de Curitiba, em 20 de outubro:
"Salve Paraná, terra jovem e vitoriosa, cujos filhos derramaram na fronteira de São Paulo o seu sangue generoso pela redenção da Republica".



Inauguração do ‘‘Chimarrão Getúlio Vargas’’, em benefício dos combatentes revolucionários. Curitiba (PR). Outubro, 1930



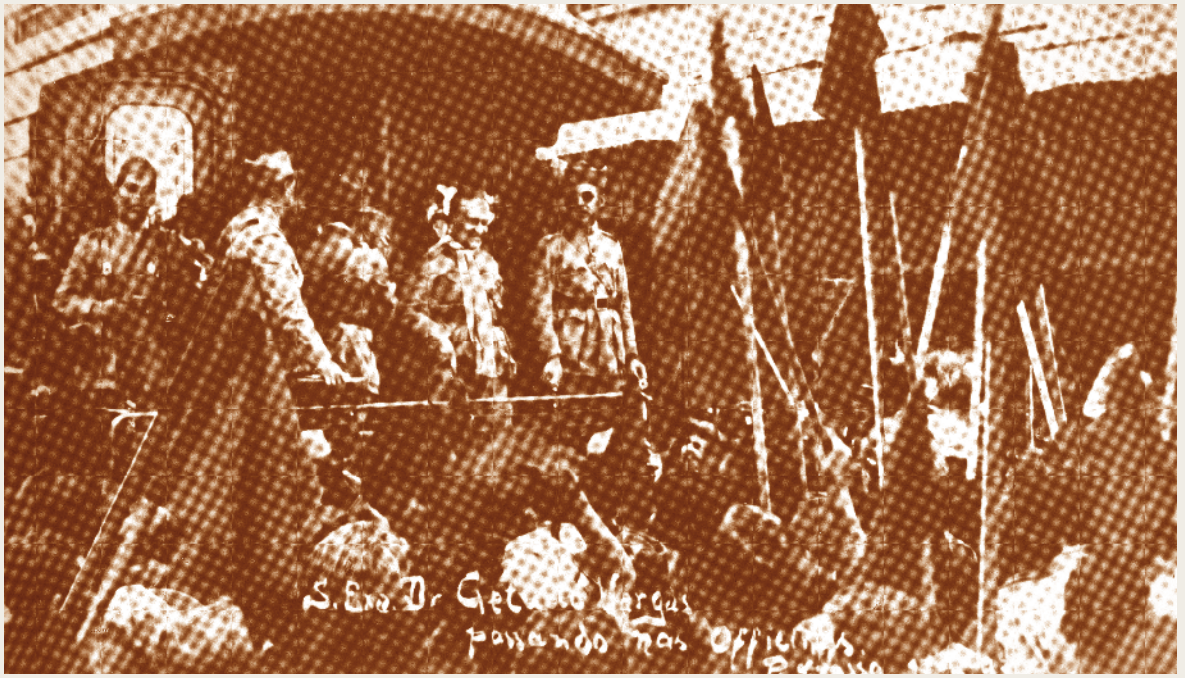
Revolucionários em marcha para Itararé (SP). Curitiba, outubro de 1930.



Forças revolucionárias paranaenses, Mallet (PR), outubro de 1930.



Multidão esperando Getúlio Vargas na estação ferroviária, Curitiba (PR), 1º de outubro 1930.



Getúlio Vargas em Ponta Grossa (PR), 17 de outubro de 1930.



Getúlio Vargas em Ponta Grossa (PR), 17 de outubro de 1930.



Iguaçu, a utopia separatista

Em 1º de outubro de 1943, o Paraná amanheceu menor. Havia perdido 25% do seu território para a nova unidade federativa criada menos de 20 dias antes pelo presidente Getúlio Vargas. Com 51.452 quilômetros quadrados tomados do Paraná, e 14.402 quilômetros quadrados de Santa Catarina, o território federal do Iguaçu reunia pouco mais de 96 mil habitantes de cinco municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná e extremo Oeste catarinense. Como capital, primeiro Foz do Iguaçu, depois Iguaçu, atual Laranjeiras do Sul.

No mesmo ato – o Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943 – foram criados quatro outros territórios (Ponta Porã, no Mato Grosso; Guaporé e Rio Branco, no Amazonas; e Amapá, no Pará), que se somaram ao mais antigo, o Acre, instituído em 1904. A criação dessas unidades resultou da concepção geopolítica de centralização do poder, predominante no Estado Novo, cujo eixo era a ocupação e nacionalização dos sertões vazios do Oeste, particularmente a longa faixa de fronteira, que a Constituição de 1937 fixou em 150 quilômetros de largura. Essa reencarnação do bandeirantismo, subordinada diretamente ao poder central, ficou conhecida como a Marcha para o Oeste.

Abandono dos sertões

Já no século XIX, o despovoamento do Oeste paranaense preocupava o Estado brasileiro. Em 1888, o Governo Imperial mandou instalar uma colônia militar na foz do rio Iguaçu, de modo a firmar a autoridade nacional sobre a chamada "fronteira guarani" – vastidão de florestas isolada do restante do Brasil, desde 1881 explorada livremente por ervateiros argentinos e paraguaios. Quando, dias após a proclamação da República, a expedição comandada pelo capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo chegou à foz do rio Iguaçu, ali encontrou 324 habitantes, dos quais apenas nove brasileiros.

Na publicação *Empreendedores do Paraná – Oeste e Sudoeste,* editada em 2008 pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), um texto sob o título "Brasileña, graças a Dios", mostra bem a situação da fronteira:
"Argentinos e paraguaios chegaram em fins do século XIX para explorar a erva-mate, abundante no Oeste paranaense. Aqui montaram numerosas obrages, ou seja, um tipo de latifúndio comum no Paraguai e nas províncias argentinas de Corrientes e Missiones. Aqui, segundo o historiador Ruy Wachowicz, "essa frente extrativa de erva-mate era pois de capital argentino, mão-de-obra paraguaia e matéria-prima brasileira". Nas obrages trabalhavam os mensus, recrutados nos portos argentinos e paraguaios dos rios Paraná e Paraguai. Wachowicz estima que, em 1930, "a população dessas obrages ultrapassava 10 mil habitantes, quase todos eles estrangeiros.

Primeiro a erva-mate; a partir de 1930, a madeira. A região era desnacionalizada, com predomínio completo de argentinos e paraguaios. Conta Wachowicz que, indagada por um viajante sobre sua nacionalidade, uma cabocla brasileira respondeu: "Soy brasileña, senhor, graças a Diós". Em Foz do Iguaçu o português só era falado por funcionários públicos. O dinheiro circulante era o peso argentino. A Prefeitura, o correio e a receita federal cobravam taxas e impostos em moeda argentina. Algumas obrages chegaram a cunhar seu próprio dinheiro".

Entregue à própria sorte, não é de se estranhar que a região testemunhasse, desde cedo, iniciativas separatistas, desde a esdrúxula Monarquia Sul Brasileira (leia capítulo *Pelados e peludos na guerra camponesa do Contestado* a partir da página 33) até a pretendida criação do Estado das Missões, englobando parte do Sudoeste paranaense e mais de dois terços do território de Santa Catarina. A idéia foi acalentada depois que o Paraná perdeu 28 mil quilômetros quadrados para o Estado vizinho. Chegou-se a criar uma junta governativa provisória e a fixar, como capital, a cidade paranaense de União da Vitória. Mas uma sublevação para criação do novo Estado, marcada para o dia 30 de junho de 1916, acabou abortada e, com ela, a idéia separatista.

Nacionalização

Com a revolução de 1930, impôs-se mais enfaticamente a necessidade de nacionalizar a "fronteira guarani". O interventor no Paraná, general Mário Tourinho, tomou as primeiras providências nesse sentido. Determinou que todos os documentos que dessem entrada na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu só seriam despachados se escritos em português; que todos os anúncios comerciais, listas de preços, avisos, só seriam permitidos se versados no idioma nacional; e que os impostos e taxas só admitiriam pagamento em moeda brasileira. Em seguida, Tourinho decretou a retomada, pelo Estado, das terras concedidas à companhia Braviaco pela construção do ramal ferroviário entre Ponta Grossa e Guarapuava.

Mas, segundo o historiador Ruy Wachowicz, "não convinha, ao grupo político liderado por Getúlio Vargas, o fato de serem essas medidas nacionalizadoras tomadas pelo próprio Governo do Paraná". Pretendia, ao contrário, o grupo getulista, criar um território federal, de modo a facilitar aos capitalistas gaú-

chos a realização de vantajosos negócios imobiliários, além de "escoar para a região o excedente da mão-de-obra agrícola já detectado no Rio Grande do Sul", sendo ao mesmo tempo destino para os produtos industrializados naquele Estado.

Mário Tourinho colocava-se, portanto, na contramão dos interesses hegemônicos no pós 1930. Foi demitido e substituído por Manoel Ribas, paranaense há muito radicado em Santa Maria (RS) e amigo pessoal de Vargas. A repercussão negativa dessa troca de comando no Estado, no entanto, obrigou o Presidente a deixar a decisão sobre o pretendido território federal para momento mais oportuno, o que só viria a ocorrer no início da década seguinte, com o Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943.

Apesar do seu curto período de existência, de apenas três anos, o território federal produziu transformações importantes na região historicamente abandonada, em particular nas áreas de educação, saúde e transportes. Foram erguidas casas, escolas, bibliotecas e ainda criado o Curso Normal Regional para a formação de professores. Num tempo em que as mercadorias básicas eram trazidas de Curitiba, no lombo de mulas, a construção de estradas impulsionou decisivamente o desenvolvimento da região, atraindo forte corrente migratória, com a consequente ocupação produtiva da terra e o fortalecimento do comércio. No território, a Justiça criou a comarca de Iguaçu e recebeu o 1º Batalhão de Fronteira. Obras em saúde, saneamento e comunicações foram iniciadas. A população local estava satisfeita por ver atendidas boa parte das suas reivindicações.

A existência do Iguaçu, no entanto, sempre desagradou a paranaenses e catarinenses. Após o fim do Estado Novo, com a deposição de Vargas em outubro de 1945, cresce o movimento pela reintegração da área do território a ambos os estados. Os paranaenses, liderados pelo deputado federal (e futuro governador) Bento Munhoz da Rocha Neto, escolheram como palco privilegiado do movimento a Assembléia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1946. Após memoráveis pronunciamentos, Bento apresentou, em junho daquele ano, o Projeto de Emenda Supressiva do Território do Iguaçu, afinal aprovada. E em 18 de setembro, pelo artigo 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, o território deixou de existir. O Paraná recuperava um quarto da sua área.

Para integrar definitivamente o Oeste e Sudoeste ao restante do Estado, o governo paranaense criou, em 1947, o Departamento Administrativo do Oeste. A ocupação do território e a intensificação da exploração econômica deu-se com base em forte corrente imigratória, com destaque para agricultores descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Mais tarde, uma segunda leva ocupou a região, desta vez proveniente da grande área cafeeira do Norte do Estado. Iniciou-se a implantação de um sistema viário, formaram-se importantes centros urbanos, a produção agrícola passou a contar com excedentes comercializáveis, ampliou-se a capacidade técnica dos produtores. Mas todo esse percurso sempre esteve acompanhado pela idéia separatista, que de tempos em tempos saía à superfície.

Separatismo resistente

A idéia, de início, era a recriação do território federal do Iguaçu, movimento que começou já em 1947, com um abaixo-assinado a ser enviado às autoridades federais no Rio de Janeiro. À frente da articulação, um grupo pequeno e circunscrito à ex-capital Iguaçu, atual Laranjeiras do Sul, razão pela qual a iniciativa não repercutiu. Dez anos depois, a revolta dos posseiros no Sudoeste paranaense fez com que a aspiração separatista retornasse. Mas apenas a partir de 1960 é que o movimento se organiza com maior substância, agora reivindicando a criação, não do território, mas do Estado do Iguaçu. Em 1962 surge a Comissão para o Desenvolvimento e Emancipação do Estado do Iguaçu (Codel). O golpe militar de 1964, no entanto, amortece o ânimo dos separatistas.

Com a promulgação da Constituição de 1967, que atribuía ao Congresso Nacional e não mais às assembléias estaduais a competência para criar novas unidades federativas, a bandeira em favor do Estado do Iguaçu é erguida novamente. Em abril de 1968, em Pato Branco, durante o I Congresso das Forças Vivas Pró-Criação do Estado do Iguaçu, é criada a Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Estado do Iguaçu (Sodel), que realiza três meses depois, em Xanxerê (SC), o segundo congresso, marcando o terceiro para janeiro de 1969, em Cascavel. Mas o Ato Institucional número 5, editado em dezembro de 1968 pelos militares, colocou as articulações separatistas em banho-maria.

Os "iguaçuistas" só voltariam à carga a partir de 1983, mobilizando a sociedade local mediante eventos que procuravam reavivar e fundamentar o separatismo. A iniciativa desembocou na Assembléia Nacional Constituinte em 1987,

quando o movimento encaminhou uma proposta de emenda de plebiscito para decidir sobre a criação do novo Estado. A proposta foi derrotada já na Comissão de Organização do Estado da ANC. Nova tentativa – a apresentação de emenda popular, que reuniu mais de 50 mil assinaturas – nem chegou ao plenário, embora conseguisse preferência para a votação, com o aval de 343 parlamentares. O deputado Nilso Romeu Sguarezzi, do PMDB de Pato Branco, que assinara a emenda, a retirou (à revelia do movimento) antes mesmo de iniciada a discussão.

O último suspiro do separatismo ocorreu em 1991. Eleito deputado federal no ano anterior, Edi Siliprandi, principal líder do movimento, reapresenta na Câmara um projeto de decreto legislativo para a realização do plebiscito frustrado na ANC. Nova derrota. O parlamentar ainda tentou reeleger-se em 1994, sob a bandeira da criação do Estado do Iguaçu, mas não obteve sucesso, o mesmo ocorrendo em 2002. O separatismo esfumava-se definitivamente diante de um Paraná que conseguira integrar todas as suas regiões.

BRASIL - Divisão Política - Administrativa em 1943

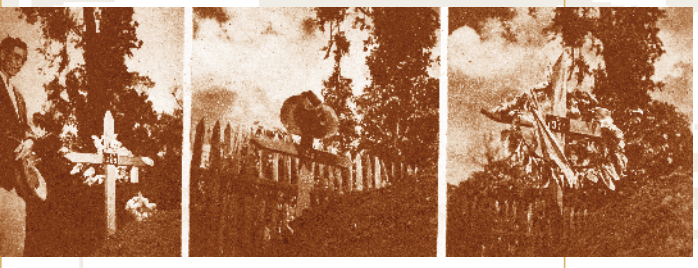


Mapa movimentos sociais no Paraná




PORECATU PR
35·20·46

Fogo e sangue sobre a terra roxa



Na ocupação das fertilíssimas terras roxas do Norte do Paraná – o extenso território entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí que se estende da região de Londrina à de Maringá e Campo Mourão - racionalidade e barbárie caminharam lado a lado. A colonização capitaneada pelos ingleses da Companhia de Terras Norte do Paraná, baseada na venda, com titulação legal, de pequenas propriedades agrícolas, conviveu por algum tempo com a bandalheira e a truculência da grilagem de terras, decorrendo daí pelo menos dois graves confrontos armados entre posseiros e jagunços, em Jaguapitã e Porecatu. Não é por menos que os historiadores Brasil Pinheiro Machado, Cecília Westphalen e Altiva Pilatti Balhama afirmaram, em trabalho acadêmico publicado no final dos anos 60, que “capítulos da história da ocupação das terras do Paraná moderno, foram escritos com fogo e sangue”.

O fluxo migratório para o Norte paranaense tornou-se onda – quase uma avalanche - povoadora a partir das primeiras décadas do século XX, quando a terra roxa revelou-se de excepcional fertilidade para a expansão da cafeicultura nacional. Em 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da britânica Brazil Plantations Syndicate, adquiriu extensas glebas na região, ali inaugurando uma colonização singular. Algumas dessas glebas os ingleses pagaram até três vezes: ao Estado, ao posseiro e aos que possuíam títulos verdadeiros ou mesmo duvidosos. Faziam questão de que as escrituras fossem incontestáveis.

Em 1928 a empresa comprou a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná e, dali por diante, a ocupação do território seria acompanhada pela extensão da ferrovia. Assim nasceu, em 1929, o núcleo que daria origem a Londrina poucos anos mais tarde. O comércio de terras tão férteis e tão baratas tornou-se intenso. No início da década de 30, a companhia chegou a vender 60 mil alqueires em apenas um ano. Segundo o historiador Ruy Wachowicz, "os lotes rurais eram traçados em forma de longos retângulos, tendo quase todos frente para uma estrada e fundos para um regato rio. (...) O tamanho dos lotes variaram de cinco a 15 alqueires, mas todos dentro do limite da pequena propriedade rural". O sistema foi mantido pelos capitalistas paulistas que, em 1943, adquiriram a companhia inglesa, substituída pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Assim nasceram, depois de Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, Maringá, Cianorte, Umuarama, entre outras cidades que prosperaram vertiginosamente sob o ciclo do café. A organização espacial do território era impecável. Ainda segundo Wachowicz, "as cidades destinadas a se tornarem núcleos de maior importância foram localiza-

das de cem em cem quilômetros aproximadamente: Londrina, Maringá, Cianorte e Apucarana. Entre essas, de dez a 15 quilômetros foram fundados centros urbanos e comerciais de menor importância. Em volta das áreas urbanas maiores, foram criados cinturões verdes, ou chácaras para a produção de subsistência. Todas essas cidades foram planejadas antecipadamente, possuindo aspecto de cidades modernas, bem traçadas geometricamente e de aparência agradável".

Outro lado da moeda

Além do projeto colonizador da Companhia Melhoramentos, havia os de outras empresas privadas e também os do Estado. No início da década de 40, o interventor Manoel Ribas decidiu lotear um território de 120 mil hectares de terras devolutas na região de Porecatu. A proposta era ceder a terra a quem derrubasse a mata, plantasse, produzisse, pagasse impostos e ali vivesse por pelo menos seis anos. Cumprida essa parte do compromisso, o ocupante receberia o título definitivo da propriedade.

O resultado desse anúncio provocou uma corrida desordenada à região. Não só agricultores, sem ou com pouca terra aportaram na área, mas também numerosos pequenos lavradores, aventureiros, especuladores e até mesmo grandes proprietários avançaram sobre um território tido como terra de ninguém, mas que também incluía propriedades particulares.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a confusão aumentou durante o Governo Moisés Lupion, com a distribuição de terras a amigos e correligionários dos que então detinham o poder político no Estado, muitas delas já ocupadas e

desbravadas pelos posseiros, que só aguardavam o sexto ano para conseguirem o título da propriedade. Como, no geral, as questões de terras envolvem relações de poder e quase sempre geram violência, a região de Porecatu cobriu-se de ameaças, brigas, tocaias e assassinatos.

O conflito central envolvia, de um lado, posseiros que defendiam direitos legítimos e, de outro, grileiros e fazendeiros que se aproveitavam da situação para alargar seus domínios, contando com a truculência de jagunços e o beneplácito das autoridades. A tática para forçar os posseiros a deixar suas terras eram as clássicas: jagunços, muitas vezes com o concurso da política, promoviam espancamentos, incêndios em casas, matança de animais, destruição de colheitas.

Às armas

A partir de 1946, a onda de violência desandou sobre cerca de 1.500 famílias de posseiros e pequenos sitiantes de Jaguapitã, alguns quilômetros ao sul de Porecatu. A situação se agravou no ano seguinte, quando os sitiantes da fazenda Guaracy reagiram à bala a um grupo armado que tentava ocupar suas terras. O tiroteio durou vários dias, resultando em vários mortos e feridos. Os agricultores esconderam suas famílias na floresta e, atocaiados, mantiveram-se prontos para enfrentar novos assaltos. A muitos desses lavradores, o Governo do Estado havia prometido terras de dez alqueires por família na região de Porecatu, incluindo uma casa de madeira e transporte gratuito até lá. Muitos deles aceitaram a proposta, ultimaram as colheitas, prepararam os ranchos para o desmonte e nada mais plantaram.



Porecatu em pé de guerra.

Mas o Governo não cumpriu sua parte e os pequenos agricultores e suas famílias ficaram sem colheita e sem alimentos. Quando houve o assalto à fazenda Guaracy, o ambiente já era, portanto, de grande tensão. E seguiria assim até que uma solução fosse encontrada. Mas antes houve a "guerrilha de Porecatu".

Assim como em Jaguapitã, e na mesma época, em Porecatu, o Governo do Estado também prometeu propriedades de dez alqueires cada aos posseiros que desejassem abandonar a região conflituosa. A quem decidisse ficar, era só pagar os impostos e, com isso, receber o título de propriedade. Quem aceitou a proposta, deixou de plantar e derrubar mata. Ao cabo, o Governo não cumpriu o acordo e a situação se agravou.

Auxiliados por militantes do Partido Comunista do Brasil (então sob a sigla PCB), em 1948 os posseiros passaram a se organizar em grupos armados para defender suas terras. Quando as forças policiais tentaram alcançá-los, foram atocaiadas. Mantendo recuados os jagunços e policiais, os lavradores passaram a atacar grandes fazendas. Estavam em vantagem. Conheciam a região, circulavam com desenvoltura pelas matas que os protegiam e de onde atiravam. Cerca de 100 homens da Polícia Militar guarneciam Porecatu, cuja população encontrava-se atemorizada.

Os confrontos entre posseiros, jagunços e policiais-militares se sucederam em 1950 e 1951. Em março deste ano, Bento Munhoz da Rocha Neto assumiu o Governo do Paraná. Temendo a generalização dos conflitos, desapropriou parte das terras em disputa na região de Porecatu e Jaguapitã e criou uma comissão especial para realizar o assentamento dos posseiros. Foi a primeira

desapropriação com base no interesse social havida no Brasil. Mas a luta prosseguia, com cerca de 400 posseiros armados no interior das matas, de onde saiam para confrontar-se com jagunços. Em junho de 1951, o Governo do Estado reforçou o efetivo policial-militar em Porecatu, apertando o cerco aos revoltosos. A "guerrilha de Porecatu" terminava com a prisão de alguns líderes do movimento e a fuga de outros. Os posseiros receberam lotes de terras em outros locais do Norte e Oeste do Estado. E as melhores terras ficaram com os grandes fazendeiros, que consolidaram definitivamente suas propriedades.



Presença da Polícia Militar em Porecatu.

Nos anos seguintes, novos conflitos agrários sacudiriam o Paraná. Em Guaraniaçu (1955), Guaíra (1956), o grande levante dos colonos do Sudoeste, em 1957, Medianeira (1961) e Três Barras, em 1964. Nos anos 70, a construção de grandes hidrelétricas, a veloz concentração da propriedade da terra e a modernização conservadora (e excludente) da agricultura foram fatores importantes para a formação de novos contingentes de deserdados no campo. Essa gente se organizou em diversos movimentos em defesa dos seus interesses, afinal reunidos, a partir de 1984, no Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), criado em Cascavel, e que até hoje luta pela democratização da propriedade fundiária no Brasil.





Fronteira em armas[1]

Na casa do farrapo (foragido da polícia) João Saldanha chegaram, de surpresa, oito dos melhores jagunços da Companhia Comercial e Agrícola do Paraná, liderados por Lourenço José da Silva, o Maringá. O colono evitou o confronto, escapou pelos fundos, junto com um filho de oito anos, internou-se no mato. Os jagunços encontraram a mulher e duas crianças de cinco e dois anos. A mulher, seviciaram-na os oito. Depois cortaram um seio, em seguida outro e, por fim, decapitaram-na. As crianças choravam e gritavam em volta da mãe que se esvaía em sangue. Os homens pilharam a casa e incendiaram-na. Um deles atirou na cabeça do menino de cinco anos, enquanto o outro lançou para o ar o menor, de dois anos, e Maringá o espetou com a adaga. O colono João Saldanha, metido no mato, a tudo assistiu. Perdeu a razão.

Eram os primeiros dias de outubro de 1957. A região – o Sudoeste do Paraná – estava virtualmente conflagrada. A violência contra o farrapo João Saldanha e sua família apenas coroava o longo e truculento processo de atrocidades que vinham sendo cometidas por companhias de terras contra os colonos, em sua grande maioria pequenos agricultores gaúchos e catarinenses ali chegados há pouco tempo, na expectativa quase desesperada de reconstruir suas vidas no novo Eldorado paranaense. Mas havia as companhias, instaladas na região a partir de 1951. Elas trouxeram uma violência endêmica que atingiu inusitado paroxismo entre março e outubro de 1957.

Poucos escaparam das garras dessa violência. O vereador Pedro José da Silva, o Pedrinho Barbeiro, de Pato Branco, preparava-se para ir ao Rio de Janeiro – então Capital da República – enviado pelos colonos do distrito de Verê para indagar às autoridades federais sobre a legalidade das exigências das companhias. Era o mês de maio de 1957. Foi assassinado em sua casa pelo jagunço João Alves da Silva, o Pé de Chumbo, pouco antes de seguir viagem. Em agosto, um grupo de colonos também de Verê dirigia-se aos escritórios das companhias. Seguia pela avenida principal, tendo à frente um colono conhecido como Alemão. Não queriam confronto, apenas explicações a respeito de suas posses. Alemão enrolou-se numa bandeira do Brasil, melhor assim para demonstrar propósitos pacíficos. Envolto na bandeira, marchando na avenida principal do distrito de Verê à frente do grupo de posseiros, com a cabeça cheia de intentos ordeiros, foi trespassado pelas balas dos jagunços.

Vigia, de fato, a lei do mais forte, a "lei do cão", a lei das poderosas companhias imobiliárias. Protegidas pelo Governo Moisés Lupion, do PSD, beneficiadas pela cumplicidade da polícia estadual, armaram sanguinário exército privado e instalaram, no Sudoeste paranaense, terror jamais visto. A despeito das dificuldades impostas pela situação de beligerância, o então senador Othon Maeder (UDN), conseguiu documentar, entre março e outubro de 1957, 14 mortes, dois desaparecimentos e 47 outros casos de espancamentos, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, etc.

O povo, de sua parte, nunca se manteve passivo. À espiral de violência perpetrada pelas companhias, reagiu. Primeiro reclamando providências das autoridades, encaminhando cartas e abaixo-assinados. Depois, quando tais instrumentos se revelaram, afinal, inócuos, até porque autoridades e companhias se constituíam num único interesse espoliador, partiu para a luta aberta. Era o que restava fazer. E o povo fez, então, a guerra pela posse da terra, eclodida poucos dias após a chacina da família de João Saldanha. Fez o que os atuais moradores do Sudoeste do Paraná ainda chamam, com indisfarçável orgulho, de "a revolução", e o que a imprensa da época, com estardalhaço compreensível, qualificou de "movimento revolucionário popular". Era o dia 10 de outubro de 1957.

Terra de guerras e disputas

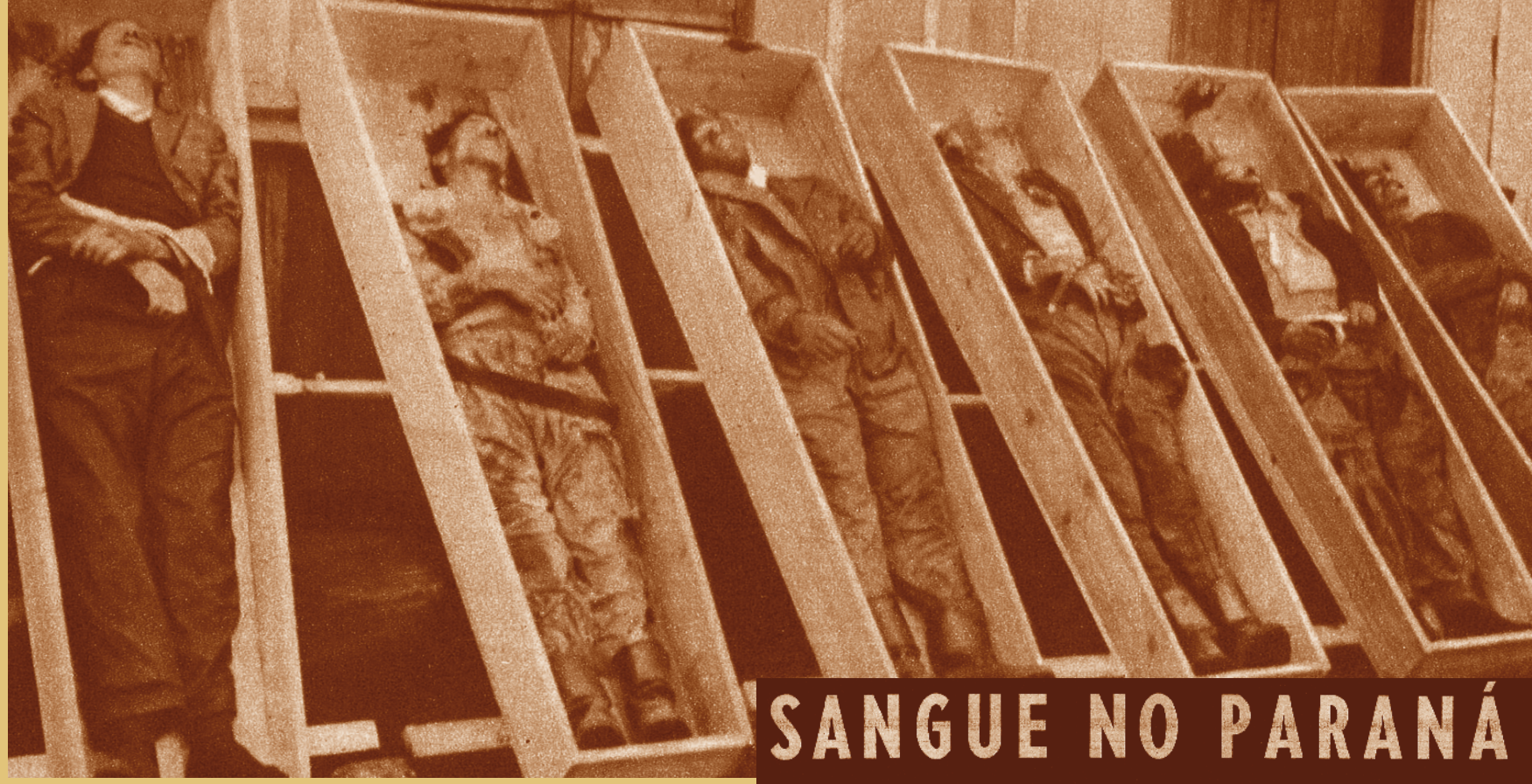
O Sudoeste paranaense sempre foi palco de exacerbadas disputas, a começar pela chamada "Questão de Palmas", litígio territorial entre Brasil e Argentina envolvendo uma área que hoje corresponde a praticamente todo o Oeste catarinense e Sudoeste do Paraná. Dissenções a respeito da interpretação dos tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), que demarcaram as fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas na América do Sul, conduziram à exaustiva polêmica entre ambos os países que se arrastou de 1881 a 1895, quando finalmente o presidente Stephen Grover Cleveland, dos Estados Unidos, árbitro da questão, deu ganho de causa ao Brasil.







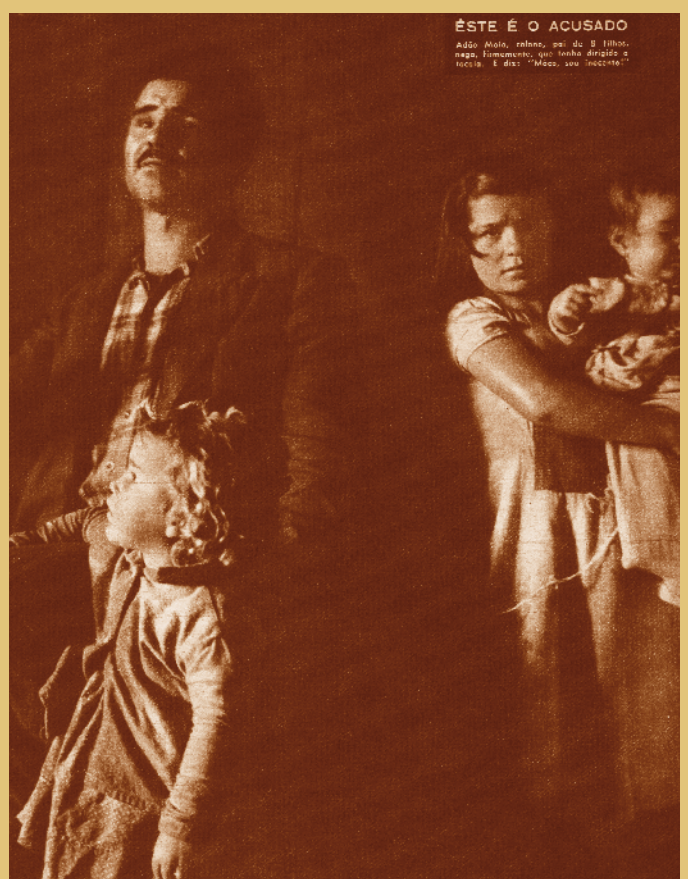




SANGUE NO PARANÁ

"O CRUZEIRO" venceu todos os obstáculos para chegar à "cidade ocupada" de Capanema, localizada no Sudoeste do Estado do Paraná, onde uma velha questão de terras provocou um sangrento choque entre colonos e empregados das companhias colonizadoras — Sete foram mortos na armadilha à margem da estrada — O próprio Chefe de Polícia marcou encontro fora da cidade que, no momento, se encontra coberta por uma onda de banditismo.

Texto e fotos de MÁRIO DE MORAES



ÊSTE É O ACUSADO

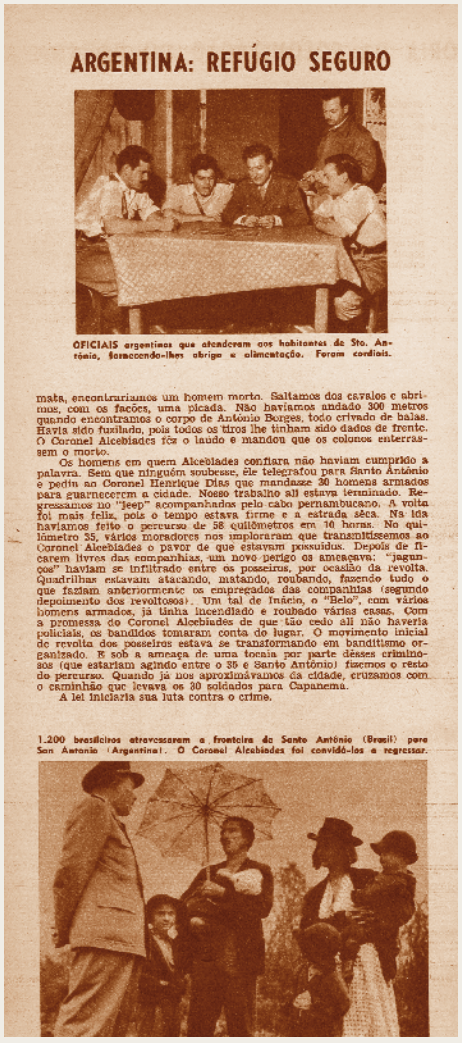
Adão Motá, colono, pai de 8 filhos, nega, firmemente, que tenha dirigido a tocaia. E diz: "Moço, sou inocente!"



Esta mesma área, na época, pertencia ao Paraná, cujas fronteiras meridionais originalmente se estendiam até o rio Uruguai, encontrando o Rio Grande do Sul. Era, no entanto, território reivindicado por Santa Catarina a partir de 1901, o que demandou prolongada pendência entre os dois estados, somente resolvida em 1916. O Paraná perdeu, para o Estado vizinho, 28 mil quilômetros quadrados do seu território original.

A região contestada era, verdadeiramente, uma terra de ninguém. À população mais antiga, nativa, somavam-se os ex-integrantes das tropas federalistas de Gumercindo Saraiva, ali estabelecidos após a derrota da revolução de 1893/95, desertores das polícias estaduais, foragidos da Justiça dos estados meridionais, negros e mulatos descendentes de escravos. Praticamente ignorados pelas administrações do Paraná e Santa Catarina, trabalhavam em posses, ou então como peões de latifundiários, agregados nas fazendas, tropeiros.

Essas terras do Sudoeste do Paraná e do Oeste catarinense compuseram, na segunda década do século XX, o cenário da encarniçada guerra do Contestado (leia, *Pelados contra peludos na guerra camponesa do Contestado* na página 33) e do movimento separatista - ou autonomista, como querem alguns – representado pela instalação do território federal do Iguaçu e, mais tarde, pelo movimento em favor da criação do Estado do Iguaçu. (leia, *Iguaçu, a utopia separatista,* na página 80)



ARGENTINA: REFÚGIO SEGURO

OFICIAIS argentinos que atenderam aos habitantes de Sto. Antônio, fornecendo-lhes abrigo e alimentação. Foram cordiais.

mata, encontraríamos um homem morto. Saltamos dos cavalos e abrimos, com os facões, uma picada. Não havíamos andado 300 metros quando encontramos o corpo de Antônio Borges, todo crivado de balas. Havia sido fuzilado, pois todos os tiros lhe tinham sido dados de frente. O Coronel Alcebíades fêz o laudo e mandou que os colonos enterrassem o morto.

Os homens em quem Alcebíades confiara não haviam cumprido a palavra. Sem que ninguém soubesse, êle telegrafou para Santo Antônio e pediu ao Coronel Henrique Dias que mandasse 20 homens armados para guarnecerem a cidade. Nosso trabalho alí estava terminado. Regressamos no "jeep" acompanhados pelo cabo pernambucano. A volta foi mais feliz, pois o tempo estava firme e a estrada sêca. Na ida havíamos feito o percurso de 58 quilômetros em 10 horas. No quilômetro 35, vários moradores nos imploraram que transmitíssemos ao Coronel Alcebíades o pavor de que estavam possuídos. Depois de ficarem livres das companhias, um novo perigo os ameaçava: "jagunços" haviam se infiltrado entre os posseiros, por ocasião da revolta. Quadrilhas estavam atacando, matando, roubando, fazendo tudo o que faziam anteriormente os empregados das companhias (segundo depoimento dos revoltosos). Um tal de Inácio, o "Belo", com vários homens armados, já tinha incendiado e roubado várias casas. Com a promessa do Coronel Alcebíades de que lá cedo alí não haveria policiais, os bandidos tomaram conta do lugar. O movimento inicial de revolta dos posseiros estava se transformando em banditismo organizado. E sob a ameaça de uma tocaia por parte dêsses criminosos (que estariam agindo entre o 35 e Santo Antônio) fizemos o resto do percurso. Quando já nos aproximávamos da cidade, cruzamos com o caminhão que levava os 30 soldados para Capanema.

A lei iniciaria sua luta contra o crime.

1.200 brasileiros atravessaram a fronteira de Santo Antônio (Brasil) para San Antonio (Argentina). O Coronel Alcebíades foi convidá-los a regressar.

Revista O Cruzeiro,
Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 58,
9 dez. 1950.

As companhias em cena

Em novembro de 1950, a Clevelândia Industrial Territorial Limitada (Citla) recebeu da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPN) a titulação de duas grandes glebas que correspondiam a quase todo o território do Sudoeste paranaense, num total de 484.680 hectares de terras. Tratava-se de espaço inteiramente contestado, já que, em determinados períodos, para a mesma área chegaram a existir, concomitantemente, nada menos que cinco "proprietários": a Citla, a firma Pinho e Terras Limitada, o Governo do Paraná, a União e os posseiros. A terra titulada à Citla englobava uma faixa de fronteira com a Argentina, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), criada pelo Governo Federal em 1942, diversas propriedades particulares, as posses dos agricultores acolhidos pela Cango (cerca de três mil famílias) e ainda as sedes distritais dos municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Capanema e Francisco Beltrão.

Além disso, a transação em si entre a Citla e a SEIPN abrigava numerosas irregularidades. A Constituição Federal proibia a venda de terras na faixa de fronteira sem a devida autorização do Conselho de Segurança Nacional e exigia, para a concessão de terras públicas com mais de dez mil hectares, a indispensável autorização do Senado Federal. Um decreto de 1946, por outro lado, obrigava a SEIPN

a realizar a venda de terras situadas no Paraná e Santa Catarina através de concorrência pública. A transação entre a Citla e a SEIPN burlou todas estas disposições legais. Por isso, foi logo contestada e iniciou-se complicada e longa disputa judicial.

A companhia, no entanto, não esperou nenhuma definição da Justiça para instalar-se na região, em 1951. Afinal, o Sudoeste paranaense era região riquíssima. Abrigava, na época, a invejável quantidade de seis milhões de araucárias. Era a maior reserva mundial. A quantidade de pinheiros era, de fato, tão pródiga, que no inverno as pinhas se soltavam e o solo ficava inteiramente coberto por um tapete avermelhado de pinhões. Ademais, eram pinheiros enormes, de 80 centímetros de diâmetro aproveitável, o suficiente para 20 dúzias de tábuas.

Acontece que, logo após sua instalação na região, a Citla viu-se golpeada por ato do então governador Bento Munhoz da Rocha Neto, impedindo as transações da companhia até que houvesse a devida decisão judicial sobre a questão da propriedade daquelas terras. A Citla só veio a ter livre curso na área a partir de 1955, com a eleição, ao Governo do Paraná, de Moisés Lupion, a ela ligado. Até esse momento dedicou-se a fazer propaganda dos seus direitos sobre e região e a promover encontros, reuniões, churrascadas, farto foguetório e muita festa para ampliar sua força política local. Já nesta época, a população procura garantir seus direitos. Cerca de 250 cidadãos do povoado de Marrecas (futura Francisco Beltrão) assinaram manifesto criando uma comissão permanente encarregada de articular a defesa dos seus interesses diante do litígio de terras.

A partir de 1955, a Citla começou a atuar além das suaves programações sociais e da mera propaganda. Liberada pelo Governo Moisés Lupion, tendo a cobertura da polícia e demais autoridades estaduais, além de políticos do PSD, rapidamente contratou truculento exército de jagunços – ex-presidiários e assassinos profissionais que já haviam atuado nas disputas fundiárias ocorridas alguns anos antes no Norte do Paraná. Trouxe para a região duas subsidiárias: a Companhia Comercial e Agrícola do Paraná, ou simplesmente Comercial, e a Companhia Imobiliária Apucarana. A Citla passou a atuar basicamente na sede de Francisco Beltrão; a Comercial ficou com o interior deste município e ainda Verê e Dois Vizinhos; a Apucarana ficou com Capanema e Santo Antônio. E assim articuladas, instalaram o terror.





Os sonhos do novo Eldorado

A ocupação intensiva do Sudoeste paranaense deu-se a partir da década de 40, em especial na década seguinte, quando ali aportaram os migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de europeus. Até então a população era formada predominantemente por caboclos de origem paranaense. Nos anos de 1954/55 a corrente migratória avoluma-se ainda mais, com o elemento gaúcho – que o caboclo nativo chama de gringo – sendo o predominante.

A partir de 1938, mediante uma política de ocupação de espaços vazios, Getúlio Vargas tentou viabilizar a estratégia da chamada "Marcha para o Oeste". Era política conjunta dos governos federal e estadual visando a integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Dentro dessa estratégia, é criada, em 1942, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), de importância decisiva para a colonização do Sudoeste do Paraná. Foi ela a principal responsável pela vinda dos posseiros – verdadeiramente o elemento básico no povoamento e colonização desta região paranaense. Mas como a área encontrava-se sub-judice, a Cango não pôde fornecer aos agricultores o título da terra. Municiava-os tão somente de um protocolo, de modo que estes agricultores eram uma espécie de posseiros oficiais. Outros, não vinculados ao projeto da Cango, também chegaram aos montes à região, assentavam-se em algum pedaço de terra, erguiam ranchos e punham-se a produzir.

Em março de 1957 a Citla começou a realizar medições e fazer ruidosa campanha pelas emissoras de rádio de Pato Branco e Francisco Beltrão no sentido de que os colonos se dirigissem aos seus escritórios para regularizarem suas situações. Isto é: para tratarem da compra das terras do "legítimo proprietário". Muitos desses colonos já haviam adquirido suas posses de posseiros anteriores. Políticos da UDN e PTB, de oposição ao Governo Moisés Lupion, começaram a recomendar aos agricultores que nada assinassem. Estes políticos e ainda os guardas florestais da Cango, que circulavam muito pela região, advertiam os colonos para o fato de que a legalidade do título de propriedade da Citla sobre aquelas terras estava sendo questionada judicialmente. Esta era a questão: os colonos queriam ser proprietários legítimos de suas posses e pagar por isso, mas julgavam conveniente aguardar que a Justiça decidisse sobre quem legalmente detinha a propriedade da terra.

Além disso, havia a questão dos preços. O preço normal da propriedade de dez alqueires (a chamada colônia) estava entre dez e 15 mil cruzeiros (valores e moeda da época), enquanto as companhias cobravam de 60 a 80 mil cruzeiros, isto é, seis vezes mais que o preço de mercado.

Os primeiros emissários das companhias a entrarem em contato com os colonos era gente bem vestida e polida. Explicavam que parte do pagamento poderia ser feita em produtos agrícolas ou gado. A boa aparência e a polidez, no entanto, não impressionaram os colonos. Eles pareciam decididos mesmo a aguardar a palavra da Justiça e defender seus interesses a qualquer preço. Tanto que alguns deles contrataram os serviços de Edu Potiguara Publitz, uma espécie de advogado itinerante na região, o único a aceitar a causa dos agricultores (os demais ou estavam comprometidos com as companhias ou tinham medo de opor-se a elas), o que viria a lhe custar represálias posteriores, inclusive prisão.

Por bem ou por mal: a vez dos jagunços

Sem obter sucesso junto aos colonos, as companhias substituíram os emissários engomados e gentis pelos jagunços. Eram verdadeiros corretores armados. Percorriam a região montados em jipes DKW amarelos, portando ostensivamente metralhadoras e pistolas 44 e 45 com as quais investiam contra os colonos. Comentava-se que entre eles havia presos retirados da Penitenciária do Ahú, de Curitiba, e postos a serviço das companhias. Somente em agosto de 1957, aportaram ao Sudoeste cerca de 80 jagunços, pistoleiros truculentos vindos do Norte do Paraná onde, alguns anos antes, haviam massacrado os camponeses rebelados na região de Porecatu.

O clima era de terror crescente. Em Santo Antônio, por exemplo, o administrador da Apucarana, Gaspar Kraemer, arrotava nos bares, hotéis e nas ruas que bastaria matar 20, 30 colonos, para os demais se intimidaram, pois tal experiência já havia sido feita no Norte e dado certo. Enquanto isso, no campo, famílias inteiras eram botadas para fora das suas casas. Os jagunços queimavam ranchos e galpões, matavam animais, destruíam plantações, espancavam crianças e mulheres. Quando o colono assinava, afinal, o compromisso de compra, era-lhe fornecido, como recibo, um pedaço de papel de embrulho, de carteiras de cigarro, sem qualquer timbre ou carimbo, assinado apenas pelo jagunço, que ali grafava a alcunha: Lapa, Maringá, Chapéu de Couro, Quarenta e Quatro. Chegavam a vender duas, três vezes a mesma terra e, cada pedaço vendido, lhes rendia porcentagem paga pelas companhias.

Ao recorrerem aos poderes constituídos, os colonos encontravam delegados submissos às ordens das companhias, ou então diretamente assalariados por elas. Todos os inspetores de quarteirão eram vinculados às empresas, ou então funcionários delas. Os agricultores estavam atormentados. As companhias dominavam, por completo, a região. A partir de determinado momento, elas se apossaram dos entroncamentos das poucas estradas existentes: só circulava colono que houvesse assinado o contrato e as promissórias. Era um processo de espoliação de grande envergadura: incluía ainda pedágio para quem transitasse pelo Sudoeste (até mesmo motoristas de taxi em serviço) e porcentagem sobre toda a produção local de madeira.

A situação se agravava. Aterrorizados, muitos colonos começaram a assinar os contratos e as promissórias. Mas não tinham como pagar. Os que não assinavam, sofriam violências. Muitos fugiam para o mato e era freqüente os jagunços se vestirem de mulher para mais facilmente poder abordar colonos evadidos. Outros asilavam-se na Argentina, vivendo em completa miséria na província de Missiones. Outros ainda retornavam ao Rio Grande do Sul. Um colono trocou sua posse de dez alqueires por uma sanfona e retornou ao Rio Grande.

Os colonos, de fato, não sabiam o que fazer. Os políticos diziam para não pagar. Mas se não pagassem, eram espancados junto com suas famílias. A polícia era omissa. Os colonos de Verê decidiram mandar o vereador Pedrinho Barbeiro ao Rio de Janeiro. Nem foi. Os jagunços o assassinaram em casa, em 21 de maio de 1957. Essa morte comoveu a região e fortaleceu a consciência de que, para se opor à ação das companhias, era necessário fazer algo mais contundente. As esperanças de uma solução pacífica, institucional, terminaram quando o farrapo que reagiu à ameaça dos jagunços foi amarrado, castrado, tendo sua mulher e duas filhas, de nove e 11 anos, estupradas. A polícia nem inquérito abriu. Foi a gota d'água.

Os agricultores, na verdade, estavam largados à própria sorte. Os políticos do PTB e UDN, os únicos partidos políticos na região, limitavam-se a aconselhar os posseiros a encaminhar denúncias sobre a situação. Mas isso não bastava. Enfrentar as companhias, para resolver os problemas, implicava organização. E organização para um confronto armado, já que esta era a única alternativa para acabar com a espoliação e a violência. Para resolver tal problema crucial, eles foram buscar, em Sierra do Mico, na província argentina de Missiones, o farrapo Pedro Santin. Tratava-se de um ex-posseiro que se refugiara na Argentina e que vivia do contrabando de carne argentina para os açougues do Sudoeste paranaense. Numa dessas viagens, foi assaltado por dez jagunços da Apucarana que queriam roubar suas reses. Santin matou dois deles e pôs o restante para correr. Era do que os colonos realmente precisavam. Também aderiram à luta os irmãos Bello, pistoleiros famosos no Rio Grande do Sul, agora agricultores no Sudoeste do Paraná, e Robertinho, valentão argentino muito conhecido na fronteira e que vivia refugiado numa das ilhas do rio Iguaçu.

Santin era pragmático. Numas das suas primeiras ações reuniu 11 colonos e atacou os escritórios da Apucarana em Lageado Grande. Cercou os escritórios e ateou fogo. Os que iam pulando através de portas e janelas para safar-se do

fogo, iam sendo tiroteados. Agora era o tempo das escaramuças. Na localidade de Esquina Gaúcha, 40 colonos entraram em conflito com agrimensores das companhias; em 11 de agosto, colonos tentaram queimar o escritório da Citla em Rio Claro, atual município de Pranchita; em seis de setembro, o gerente da Apucarana em Lageado Grande, Arlindo da Silva, foi morto em emboscada.

Ainda em setembro, Santin reuniu cerca de dois mil colonos para tomar Capanema, de onde expulsou as companhias e seus jagunços. As estradas foram bloqueadas e o campo de aviação interditado com tambores e toras de pinheiro. Eram, digamos, o ensaio da revolta final. Depois, entregaram a cidade às autoridades governamentais que, diante da correlação de forças visivelmente desfavorável às companhias, retiraram-nas definitivamente de lá e apaziguaram os ânimos.

Expulsos de Capanema, os jagunços foram transferidos para Santo Antônio – seu principal santuário -, Pato Branco e Francisco Beltrão, onde intensificaram a violência. A situação era insustentável. Os agricultores estavam sem condições de plantar, a produção foi duramente reduzida, do que se ressentiram também os comerciantes, quase todos dependentes da produção agrícola. Sobre a população urbana começava a pesar a violência até então exclusivamente dirigida contra os colonos. A forma de atuação das companhias já não colocava mais em jogo apenas o domínio sobre a terra, mas o direito à vida, à liberdade, à segurança.

Francisco Beltrão era uma cidade morta. Ninguém circulava pelas ruas a partir do anoitecer, quando uma bruma densa e úmida encobria praticamente toda a cidade. Apossava-se de todos o medo de um súbito ataque dos jagunços que, nos bares, armados até os dentes, esparramavam ameaças e contavam valentias. Assim, o morador da cidade uniu-se ao colono na luta contra as

companhias e seus pistoleiros. Dessa união surge a iniciativa de tomar as principais cidades do Sudoeste. Foi decisão tomada logo após a matança da família do farrapo João Saldanha.

Faltava, no entanto, o momento oportuno. Ele chegou no dia 9 de outubro. Pela manhã, foram trazidas da localidade de Águas do Verê três crianças surradas pelos jagunços em açoiteira. Tinham vergões pelo corpo inteiro. O delegado Alberto Geron, de Pato Branco, disse que nada poderia fazer. O povo, então, foi chamado a agir. No dia seguinte, o Sudoeste do Paraná estava amotinado. Em Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antônio foram constituídas juntas governativas provisórias que passaram a exercer o poder. Eram compostas por 26 pessoas e uma executiva de cinco membros.

Em Pato Branco a Junta formou piquetes nas entradas e saídas da cidade e constituiu pelotões de 25 a 30 homens encarregados de guarnecer as instituições públicas, o banco do Estado, a emissora de rádio, etc. Casas comerciais cederam, mediante recibos e compromissos de posterior devolução, armas para os rebelados. Também o armamento depositado no Fórum foi requisitado. Comércio e indústria cerraram suas portas e a venda de bebidas alcoólicas foi rigorosamente proibida. A Junta expediu telegramas às autoridades estaduais e federais. Com a chegada da imprensa, a opinião pública nacional passou a ser copiosamente informada a respeito. As manchetes eram incisivas: “Revolução rural no Sudoeste do Paraná”, “Guerra dos camponeses contra os grileiros”, “Revolta agrária”, “Guerrilha no Paraná”, “Levante de colonos” e daí por diante.

O ministro da Guerra, General Teixeira Lott, ameaçava o governador Moisés Lupion de intervenção federal no Estado. Este, então, resolveu recuar. Enviou para a região um militar, Major Reinaldo Machado, encarregado de entender-

se com os colonos e retirar as companhias e seus jagunços da área. O major cumpriu à risca as determinação e ainda prometeu instalar inquérito para apurar as responsabilidades das empresas imobiliárias. Assim, recebeu o comando das cidades das mãos da Junta, que se dissolveu. Os colonos retornaram para suas posses. "Nós tínhamos atingido os nossos objetivos" Tínhamos fechado os escritórios, prendido os jagunços. Nós não tínhamos mais adversários, não tínhamos mais contra quem brigar. Nossa missão estava cumprida", reconheceu, mais tarde, Jácomo Trento, o Porto Alegre, um dos líderes da revolta, então com 25 anos.

Em Francisco Beltrão a rebelião começou tão logo chegou a notícia do espancamento das crianças de Águas do Verê e das primeiras movimentações em Pato Branco. Walter Pecoits[2] era um dos líderes. Despachou estafetas ao interior para chamar as lideranças. A emissora de rádio conclamava intermitentemente os colonos para se reunirem na sede do município. Era uma espécie de senha. Era uma tarde de garoa, a de 10 de outubro de 1957 e, antes dos agricultores, começaram a chegar os jagunços. Vinham montados nos temidos jipes DKW amarelos, armados, fazendo correrias pelas ruas, esbanjando força, esparrame de intimidação.

No final da tarde aportaram os primeiros caminhões, atopetados de colonos. Muitos outros vieram a pé, a cavalo, em carroças, percorrendo 20, 30 quilômetros, armados com paus, foices, enxadas, espingardas de caça. Ao anoitecer já eram mais de cinco mil homens vindos do Rio do Mato, Verê, Nova Concórdia, Jacaré, Seção Progresso, reunidos na praça central de Francisco Beltrão. Não parava de chegar caminhão. A Junta mandou bloquear as estradas e interditar o aeroporto. O prefeito e o delegado fugiram. O juiz foi mantido em prisão do-

miciliar e sua mulher e filho conduzidos ao hospital, que se tornou uma espécie de campo de refugiados. O gerente da Citla, Júlio Assis Cavalheiro, fechou rapidamente o escritório e escondeu-se numa chácara das cercanias.

A cadeia foi ocupada e os 12 presos comuns foram soltos, avisados de que, após o movimento, deveriam voltar. Voltaram. No escritório da Comercial encontravam-se aquartelados cerca de 40 jagunços. Os posseiros, reunidos na praça, queriam linchá-los. Pecoits negociou a retirada dos jagunços, a rendição incondicional. "Dêem uma olhadinha pela janela", disse, acrescentando: "Vejam o que tem de povo aqui na rua. Esse povo quer matar vocês a dentadas, têm ódio de vocês. Hoje é o dia deles. Vocês tiveram dois anos. Agora começou o outro lado. Vocês não têm escolha". Desarmados, os jagunços foram afinal retirados da região.

No dia seguinte, os colonos invadiram o escritório, quebraram e queimaram tudo. Contratos e promissórias assinadas sob a pressão das armas foram rasgados e lançados à rua. A avenida principal de Francisco Beltrão ficou coberta por um tapete de papéis picados. Já eram cerca de seis mil colonos reunidos na cidade, começaram a surgir problemas de alimentação, a rádio passou a pedir que não viessem mais posseiros.

Acuado, o governador Moisés Lupion mandou para Francisco Beltrão seu secretário de Segurança (então chamado de chefe de polícia), Alfredo Pinheiro Júnior. Chegou arrogante. No aeroporto especialmente aberto para a aterrissagem do táxi aéreo que o conduzia, mandou o piloto aguardar, pois em meia hora terminaria com aquela bagunça. A caminho da cidade, viu o pequeno aparelho decolar e desaparecer na rota de Curitiba. Pecoits havia mandado embora sob ameaça de explodir o avião.

Depois, já na sede da emissora de rádio, onde se desenrolariam as conversações com Pinheiro Júnior, deu voz de prisão ao chefe de polícia e começou a negociar. Exigia, em nome dos posseiros, a substituição do delegado, a exoneração do promotor, a transferência do juiz, a saída da polícia estadual da cidade, a não reabertura dos escritórios das companhias e a não punição de nenhum dos revoltosos. O chefe de polícia, obviamente, aceitou. Pecoits foi nomeado delegado, anunciou o teor das negociações ao povo, da sacada da rádio. Todos ficaram satisfeitos e no momento, toda aquela furiosa rebelião que pôs o povo do Sudoeste do Paraná em armas, acabou. Aliviados, os posseiros retornaram para as suas terras.

Em Santo Antônio os colonos marcharam sobre a cidade na noite de 12 de outubro, quando em Francisco Beltrão e Pato Branco os ânimos já estavam serenados. A cidade ficou, durante três dias, em poder de uma Junta Governativa Provisória. Entendimentos entre a Junta e o Governo do Estado conduziram à retirada das companhias, à expulsão dos jagunços e à desmobilização dos agricultores.

O movimento, a despeito da forma radicalizada que assumiu, concentrou suas reivindicações no fechamento dos escritórios das companhias, na expulsão dos jagunços e no fim da violência. Terminado o levante, nenhum colono projetou-se no campo político estadual ou regional. Nesse aspecto, os beneficiários do movimento foram as lideranças urbanas. Ivo Thomazoni, de Pato Branco, e Walter Pecoits, de Francisco Beltrão, por exemplo, tornaram-se deputados estaduais, o primeiro pela UDN, o segundo pelo PTB.

Os colonos continuaram posseiros. Em 1960, Jânio Quadros e Ney Braga, candidatos, respectivamente, à Presidência da República e ao Governo do Paraná, fizeram campanha na região prometendo resolver o problema e foram muito bem votados. Foram eleitos e não resolveram. João Goulart, em março

de 1962, criou o Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP). Três meses depois, União e Estado abriram mão de suas pretensões de serem proprietários das terras. O GETSOP distribuiu aos colonos mais de 40 mil títulos de propriedade, respeitando as áreas ditadas pelos interessados. Cumprida sua missão, foi extinto em janeiro de 1974.

O número de proprietários rurais no Sudoeste do Paraná cresceu de 6.342 em 1960 para 41.374 em 1970. De posse dos seus títulos de propriedade, os antigos posseiros foram incluídos no processo de desenvolvimento agrícola nacional, obtendo financiamentos para aquisição de máquinas, adubos, inseticidas. A agricultura modernizou-se, a produção cresceu. Em 1970 havia 380 tratores na região; em 1975 tal número saltou para 2.960, num aumento de 679%. Junto com a modernização, no entanto, veio a concentração da renda e da propriedade, a expulsão do homem do campo. Em meados de 1985, nas margens das rodovias que cortam o Sudoeste do Paraná, mais de cinco mil famílias acampavam reivindicando terras. Ex-proprietários, vítimas da concentração fundiária, trabalhavam nas grandes fazendas da região. Despedidos, lutavam por um pedaço de terra, ameaçavam tornar-se posseiros em pedaços de latifúndios. Mas esta já é outra história.

NOTAS

[1] Este artigo foi produzido pelo jornalista e escritor Luiz Manfredini e veiculado na revista Princípios, número 14 (São Paulo, outubro/novembro de 1987). Do texto original só foram suprimidos alguns parágrafos que se referiam à guerra do Contestado e ao movimento separatista provocado pela criação do Território Federal do Iguaçu, temas que são objeto de capítulos da presente publicação.

[2] Walter Alberto Pecoits, médico, chegado em Francisco Beltrão no início dos anos 50. Foi um dos principais líderes da revolta dos posseiros em Francisco Beltrão. Pelo PTB, foi vereador, prefeito e deputado estadual, sendo cassado logo nos primeiros dias após o golpe militar de 1964. Na prisão, teve um olho vazado e, em 1977, o Estado foi obrigado a indenizá-lo. Na década de 80, exerceu as funções de chefe da Casa Civil e secretário Extraordinário para a Reforma Agrária do Governo do Paraná. Morreu em Francisco Beltrão em 2004.
Anotações do autor sobre conversas mantidas com Walter Alberto Pecoits, em Francisco Beltrão e Curitiba, entre 1976 e 1985, sobre a revolta dos camponeses do Sudoeste do Paraná.




PROPRIEDADE DA CITLA
DIA INDUSTRIAL E TERRITORIAL
REFORMA


E PROGRESSO



Um pente, o estopim da guerra

Um pente de 15 cruzeiros, uma briga na porta da loja e o centro da pacata Curitiba tornou-se uma praça de guerra durante três dias. Até hoje, 61 anos depois, a "guerra do pente", que só cessou frente aos tanques, metralhadoras e baionetas caladas do Exército, mantém sua marca de violenta explosão social na memória da cidade.

Como todos os paranaenses no final dos anos 50, o subtenente da Polícia Militar Antônio Haroldo Tavares sonhava abiscoitar o milhão de cruzeiros oferecido pelo Governo do Estado a quem fosse sorteado na campanha de incentivo à arrecadação tributária *Seu talão vale um milhão.* O consumidor que juntasse comprovantes fiscais de compra de três mil cruzeiros, recebia um cupom e concorreria à fortuna.

O PM Antônio Tavares guardava suas notas, mesmo as de ínfimo valor, como a do pente de 15 cruzeiros que comprou no Bazar Centenário, na praça Tiradentes, no dia 8 de dezembro de 1959. Mas ao invés da nota fiscal pedida ao comerciante libanês Ahmed Najar, recebeu apenas um comprovante com o preço, sem discriminar a mercadoria.

Antônio reclamou. Najar não gostou, a discussão degenerou para uma troca de ofensas, empurrões e sopapos que ganhou a rua. Ao cair, o PM fraturou a perna. Nesse instante a cidade explodiu. E explodiu menos pelo entrevero na frente do bazar do que por uma potencialidade revoltosa que lhe percorria subterraneamente o espírito.

Os que aguardavam ônibus nos pontos da Praça Tiradentes, indignados com a violência, avançaram sobre Najar que, apavorado, fechou as portas do bazar. Mas o que já era multidão não se conteve, arrombou a loja e a depredou. Como um rastilho de pólvora, a horda atacou nada menos que 120 lojas da região, não distinguindo descendências e nacionalidades dos comerciantes. Algumas das lojas foram totalmente destruídas. Fartamente noticiada pelos jornais e rádios, a revolta expandiu-se por bares, bancas de revistas, carrinhos de pipoca. A revolta sequer poupou órgãos públicos como a Biblioteca Pública do Paraná e mesmo os prédios da Chefatura da Polícia e da Delegação de Falsificações e Defraudação em Geral.

Já incontrolados, os ânimos acirraram-se ainda mais quando a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros saíram às ruas para reprimir o movimento. O quebra-quebra generalizou-se por todo o centro, avançando para um segundo dia de tumultos que pareciam fugir ao controle das polícias do Estado. Somente o forte aparato do Exército conseguiu deter a revolta já em seu terceiro dia. Pelotões de soldados armados com fuzis, baionetas e metralhadoras conseguiram esvaziar e isolar o centro da cidade. Foi decretado toque de recolher às oito da noite. Muitos dos manifestantes foram presos. O arcebispo metropolitano D. Manoel da Silveira Delboux apelou à juventude para "não comprometer-se nesta tragédia triste de vandalismo". O movimento, então, foi declinando, até esgotar sua latência de revolta e a cidade reencontrar a cotidiana quietude de província.



Contra a carestia da carne

Sete anos antes da "guerra do pente", Curitiba viveu outro confronto, desses que ocorrem subitamente e que, num piscar de olhos, ganham a inesperada envergadura de explosão social. Em 1952 a carne foi o estopim. A carne cara e uma cena prosaica.

Em fevereiro daquele ano, donas-de-casa desencadearam um movimento contra a carestia, particularmente da carne. Uma "greve branca", um boicote contra os traficantes da fome, como elas definiam os comerciantes, que obteve boa acolhida na população. Na Avenida João Pessoa, atual Luís Xavier, um comício contra a carestia foi promovido pela União Paranaense de Estudantes (UPE), a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) e a Federação das Mulheres do Paraná. Mas foi num açougue no bairro do Cajuru que a guerra começou. Ao pedir um cruzeiro de fígado, uma mulher foi hostilizada pelo açougueriro.

O jornal Gazeta do Povo, em sua edição de 20 de fevereiro, narrou o fato, em nota reproduzida em 1987 pelo jornalista Aramis Millarch, em sua coluna "Tablóide", de O Estado do Paraná.

"- Então - teria dito ele -, chiaram! E vai custar mais caro ainda, povo idiota.

Brilharam os olhos daquela humilde cidadã que gastava o último dinheiro para fazer alguma coisa capaz de aliviar a fome que, de há muito, ronda seu lar. Lembrou do marido exausto ao chegar em casa e encontrar mais um ralo feijão, misturado com couve, colhida no quintal, à margem da valeta, que serve de esgoto e abriga o tifo e outras doenças. Estremeceu à lembrança dos filhinhos, soltos à mercê da fúria incontrolável dos monstros movidos à gasolina.

Mesmo sem saber porque, dando vazão a um sentimento que ignorava existir, em seu íntimo, aquela mulher esqueceu o cutelo com que se armava o açougueiro e lançou ao rosto daquele homem, salpicado de sangue e enodoado de sujeira, o miserável pedaço de fígado e foi assim que começou toda a história".

Noticiava o jornal A Tarde:

"O movimento popular foi iniciado no Cajuru e na zona do Prado, onde os açougues foram invadidos e depredados, sendo as carnes neles expostas atiradas à rua. Vários açougues ante a aproximação da massa popular, cerraram suas portas, porém estas foram arrebentadas. Iradas com a atitude da polícia, várias mulheres, apanhando carnes espalhadas pela Praça Zacarias, lançaram-nas sobre as autoridades policiais que procuravam acalmar os ânimos das mais exaltadas. Armados de facas e cassetetes, funcionários do açougue da firma Garmatter procuraram defender o aludido estabelecimento. A polícia, porém, interveio e impediu que o incidente tivesse trágicas consequências. Em vários açougues ainda havia, ao anoitecer, pedaços de garrafas que continham combustível e que eram destinadas a incendiar as carnes. Na Praça Tiradentes, nas imediações das Casas Pernambucanas, um grupo de guardas participou de uma rixa com populares, havendo trocas de socos e cacetadas".

A tensão continuou nos dias seguintes. Na avenida João Pessoa, a Polícia Militar investiu fortemente contra manifestantes que se aglomeravam diante do Braz Hotel. A pancadaria atingiu mesmo os que saíam da sessão do Cine-Teatro Palácio.

Em nota oficial, do dia 20 de fevereiro o chefe da polícia, coronel Albino Silva, punha a culpa nos comunistas. Segundo o militar, os "agentes de Moscou", "travestidos em defensores das causas justas, buscam, entretanto, a sua ação criminosa e impatriótica, e para isso abusam da boa fé e se apropriam dos motivos de reivindicações que mais de perto falam ao coração do povo, no afã de arrastá-lo e compartilhar de seus propósitos inconfessáveis".


ANISTIA TOTAL!
FEDERAÇÃO DOS SINECLUBES
DO ESTADO DO RIO DE
PARCIAL
TODO
GREVE
RAIMUNDO
SOARES

"Vem, vamos embora
que esperar não é saber,
quem sabe faz a hora,
não espera acontecer"

[Para não dizer que não falei das flores, de Geraldo Vandré,
hino da rebelião estudantil de 1968]



1968: a rebelião nas ruas

As chamas que consumiram a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Flamengo, Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1964, foi a mais cabal sinalização de como o recém instalado regime militar trataria o movimento estudantil brasileiro. E mais: a invasão, saque, depredação e, por fim, incêndio por simpatizantes do golpe de um prédio tão simbólico da luta democrática, patriótica e popular no Brasil, prenunciavam as trevas da ditadura. A ordem: calar a voz rebelde dos estudantes. Em todo o País, universitários seriam perseguidos, presos e torturados. Editada no final do ano, a Lei Suplicy vedava manifestações políticas e greves nas instituições de ensino superior. Em lugar das organizações estudantis tradicionais foram criados os diretórios acadêmicos, as uniões estaduais de estudantes tornaram-se diretórios centrais, sendo a UNE substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes.

Em 1965, o movimento estudantil começou a reagir. Num plebiscito nacional, os estudantes votaram maciçamente contra a Lei Suplicy. Na Universidade Federal do Paraná, o Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito, o único que contava com sede própria e, portanto, força para enfrentar a lei autoritária, resistiu, não alterou sua denominação e passou a ser um território de resistência. A União Paranaense dos Estudantes (UPE) também manteve o nome. Logo as demais representações estudantis, mesmo com os novos nomes, passaram a ignorar – não sem confrontos – as restrições da ditadura e o movimento estudantil retomou o fôlego.

Mas foi em 1966 que a luta foi para a rua. O auge deu-se em setembro, com manifestações por todo o País em protesto pela invasão da Universidade de Brasília e a prisão de estudantes. Em Curitiba, estudantes ocuparam as ruas centrais denunciando a repressão política. Clandestina, mas atuante, a UNE estabeleceu o dia 22 daquele mês como Dia Nacional da Luta Contra a Ditadura. Convocou greve geral dos estudantes e passeata no Rio de Janeiro. Abrigados na Faculdade Nacional de Medicina, após o protesto, cerca de 600 estudantes foram cercados e massacrados por tropas da Polícia Militar. Eram as "setembradas", o primeiro grande confronto entre estudantes e regime militar.

O ano de 1967 marcou certa calmaria. Um congresso clandestino da UNE em Valinhos, São Paulo, lutas de importância meramente regional, num quadro em que a classe média brasileira ainda nutria ilusões sobre o golpe que apoiara tão freneticamente. Em 1968, a explosão. A partir do assassinato do secundarista Edson Luiz de Lima Souto no Rio de Janeiro, durante um protesto pela preservação do restaurante estudantil Calabouço. Grandes protestos tomaram o País, cuja sequência, ao longo do ano, foi alimentada sobretudo pela repressão cada vez mais severa contra as manifestações.

Anuidades na UFPR

Nesse clima de radicalização é que os estudantes paranaenses reagiram à decisão do reitor Flávio Suplicy de Lacerda de introduzir o pagamento de anuidades aos calouros que ingressariam naquele ano na UFPR. Como o fim da gratuidade do ensino era ameaça posta já a partir dos acordos MEC-USAID, assinados em 1966 e em 1967, conforme relata Stênio Sales Jacob, presidente da UPE em 1968, "iniciamos um processo de discussão com secundaristas interessados na universidade". Uma pesquisa entre eles mostrou que o fim da gratuidade mataria o sonho da formação superior da maioria. "Fizemos um trabalho sério", conta Stênio, "e encaminhamos para a Reitoria, pleiteando que não fosse introduzido o pagamento de anuidades". Como não recebeu resposta alguma, a UPE resolveu estimular os estudantes a requerer a isenção da taxa, possibilidade que a legislação previa. A própria entidade providenciou requerimentos e instalou mesas nas portas das faculdades. Houve uma enxurrada de pedidos.

"De repente", prossegue Stênio, "o reitor Suplicy resolveu introduzir dois cursos noturnos na Universidade Federal do Paraná, um de Engenharia e um de Direito, com taxas altíssimas". Liderados pela UPE, os estudantes decidiram impedir que o vestibular para os dois cursos se realizasse, uma luta que desembocou, em 14 de maio de 1968, na tomada da Reitoria e na vitória final (conheça a história mais adiante, no texto *Nós, de estilingue, atrás das barricadas*).

Até o final do ano, o movimento estudantil ferveu em Curitiba, com destaque para a grande passeata de 19 de outubro, onde os estudantes se juntaram a outros setores da sociedade, incluindo trabalhadores que vieram da vila Nossa Senhora da Luz, na época reduto de operários, para um grande protesto contra

a ditadura. O confronto com a pesada repressão policial transformou o centro de Curitiba numa praça de guerra. Comícios relâmpagos se sucederam durante o ano. Jovens sobre caixas de frutas discursavam contra o regime militar, moviam-se com rapidez de praça em praça, impossível para a polícia persegui-los. Bancas de jornais, estátuas, muretas, pontos de ônibus, tudo era usado pela guerrilha verbal dos estudantes. Panfletagens e pichações se seguiam, numa atividade diuturna. Nas universidades e nos colégios, assembléias debatiam o Brasil do presente e do futuro. Respirava-se inconformismo.

Mas logo – em 13 de dezembro - o País viu-se aprisionado pelo manto do Ato Institucional número 5. E o movimento social – os estudantes incluídos - refluiu sob o tacão da ditadura sem disfarces, aberta, truculenta, que avançou com voracidade assassina sobre as vozes que ousavam contestar. Reunidos num congresso, na "chácara do Alemão", nas cercanias de Curitiba, 42 estudantes – a liderança do movimento estudantil no Estado – foram presos, dos quais 17 foram processados com base na Lei de Segurança Nacional. Muitos deles foram condenados a penas de um a um ano e meio de prisão. O movimento só viria a se rearticular anos depois.



Estudantes unidos pela democracia, 1968.

Nós, de estilingue, atrás das barricadas *

Luiz Manfredini

Enlaçado por cordas, sob a pressão de pés-de-cabra e alavancas de madeira, o busto em bronze do reitor Flávio Suplicy de Lacerda resistiu por alguns minutos, ao cabo dos quais descolou-se lentamente do pedestal de pedra e despencou para estatelar-se no chão de petit-pavé. Juntamo-nos para hastear a bandeira e cantar o Hino Nacional. Havíamos tomado de assalto a Reitoria da Universidade Federal do Paraná e comemorávamos o feito com certa solenidade e irreprimível febre juvenil. Passava um pouco das oito horas da manhã tépida de terça-feira, 14 de maio de 1968. A instituição universitária - olímpica, vetusta e autoritária - arquejava diante da súbita fúria estudantil.

Havíamos perpetrado, desde o início do ano letivo, algumas ações para boicotar o pagamento da anuidade instituída, pela primeira vez, na UFPR. Imaginávamos - não sem razões - tratar-se de ponta de lança para a extinção - que não admitíamos - da tradicional gratuidade do ensino brasileiro, fruto dos acordos MEC-USAID assinados um ano antes. Na semana anterior, resolvêramos impedir o vestibular de uma turma noturna - e paga - da Faculdade de Engenharia. Na primeira investida, no Centro Politécnico, obtivemos sucesso. Na segunda, dia 12 de maio, domingo, 1.200 policiais militares nos aguardavam. E éramos tão somente 500 guris. A polícia nos atacou a cavalo e armada com espadas. Durante mais de quatro horas lutamos com tenacidade e coragem, transformando os campos vizinhos ao Centro Politécnico numa praça de guerra. Mas fomos vencidos.

Tomamos a Reitoria porque desejávamos criar um fato suficientemente arrojado e eficaz para garantir nossos objetivos. Algo que não redundasse no desvantajoso confronto em campo aberto onde éramos invariavelmente derrotados pela repressão. Fizemo-lo, também, porque enfrentar as instituições, tomá-las de assalto de quando em quando, era o influxo

hegemônico dos anos 60, que regurgitavam rebeldia. Muito do que se fez naquela década foi verdadeiramente revolucionário, tinha o sentido audaz e demolidor que não raro decorre de contradições históricas em estado de aguda exacerbação.

O mundo capitalista e os países onde desgraçadamente o socialismo havia sido traído tremiam diante do furor de mais de 600 milhões de jovens que resolveram torpedear as ruas e afrontar as instituições com o pujante brado do seu inconformismo. No Brasil, os estudantes iam à forra com o regime militar instalado quatro anos antes. No Rio de Janeiro, a 28 de março, o secundarista Edson Luiz de Lima Souto fora assassinado pela polícia. Havia um clima de sedição juvenil.

Concentramo-nos na praça Santos Andrade, a partir das sete horas da manhã de 14 de maio. Curávamo-nos, ainda, das feridas provocados pelo confronto de domingo, no Centro Politécnico. Dos quase três mil estudantes - entre universitários e secundaristas - reunidos na praça, apenas 80 de nós sabíamos que a convocação inicial - juntar-se ali para, em seguida, marchar ao Centro Politécnico - era manobra diversionista para engambelar a polícia. Nosso destino era a Reitoria. Marchamos até lá em duas espessas colunas, uma seguindo pela rua XV, outra pela Amintas de Barros. Às oito horas já estávamos ocupando as quatro esquinas da quadra e erguendo barricadas.

Obtivemos a solidariedade dos operários de uma construção na esquina das ruas XV e Dr. Faivre. Empregamos as barras de ferro que os trabalhadores nos ofereceram, para descalçar as ruas dos paralelepípedos e construir barricadas de mais ou menos 60 centímetros de largura por quase metro e meio de altura. Interceptamos veículos oficiais e os usamos para reforçar o bloqueio. Seriam explodidos, caso houvesse repressão. Estávamos armados, estupidamente armados com bolas de gude, rolhas de cortiça, estilingues e rojões. E éramos milhares. E nos protegiam barricadas indevassáveis.

Pouco depois das nove horas, um estudante estrategicamente disposto na cobertura de um prédio no centro da cidade, munido de walkie-talkie, em contato com outro postado no terraço da Reitoria, dava o alarme: as tropas estavam chegando. Primeiro a Companhia de Operações Especiais da Polícia Militar, armada com máscaras e bombas de gás; depois, a infantaria, portando cassetetes; finalmente a cavalaria e suas espadas. Vinham de todos os lados, estacionaram a alguns metros das barricadas. Estávamos silenciosamente serenos. A correlação de forças - sabíamos - estava equilibrada. Nada lembrava o combate desvantajoso no descampado do Centro Politécnico.

Um carro-pipa do Corpo de Bombeiros estacionou na esquina das ruas XV e Dr. Faivre. A brigada secundarista, que estava sob meu comando, havia consumido a madrugada fabricando uma meia dúzia de bombas molotov. Orientei que as bombas fossem lançadas sob o caminhão ao primeiro sinal de que as mangueiras esguichariam contra nós. Sabíamos que os rojões semeariam pânico e dispersão entre soldados e cavalos, que os estilingues dos quase três mil estudantes arremessariam milhares de bolas de gude contra as tropas. No alto dos prédios vizinhos, sacos plásticos, cheios de água, estavam prontos para despencar sobre os policiais militares. Medíamos forças, de igual para igual. Sabíamos disso e a PM também.

Tão logo a Reitoria foi tomada, e enquanto erguíamos nossas barricadas, começamos a negociar através do presidente da UPE, Stênio Salles Jacob. Primeiro por telefone, depois pessoalmente, no Palácio Iguaçu, Stênio advertiu o então governador Paulo Pimentel: “Sua responsabilidade, agora, é muito maior do que o senhor imagina. Se houver repressão, o senhor vai entrar na história como assassino de estudantes”. Pimentel orientou o secretário de Segurança, desembargador José Munhoz de Mello, para que tentasse uma solução de consenso com o diretor da Faculdade de Engenharia, Ralph Leitner. Foram três horas de negociações. Enquanto isso, vivíamos na harmonia da nossa comuna. Passeávamos pelo território conquistado, conversávamos em grupos, alguns jogavam cartas, outros namoravam. Sentíamo-nos em paz.

Às 11 horas e cinco minutos, o desembargador Munhoz de Mello chegou para comunicar, pessoalmente, o resultado dos entendimentos.

- Vocês tem a garantia, minha e do diretor da Faculdade de Engenharia, de que as matrículas para o curso noturno não serão abertas até se conseguir a gratuidade do curso.

- E as tropas, secretário? - indagou Jurandyr Rios Garçoni, presidente do DCE.

- Serão recolhidas, todas elas - afiançou o secretário.

Depois, arrematou:

- Podem ficar descansados, ninguém vai ser preso.

A liderança comunicou aos demais o teor do acordo. Ouviu-se um brado quase uníssono de "Vencemos! Vencemos!" e o espoucar ensurdecedor dos rojões que seriam destinados à polícia. Rapidamente desocupamos os prédios, desfizemos as barricadas e saímos em passeata pela rua XV, até a praça Osório, puxando conosco, atado à mesma corda que ajudara a derrubá-lo, o busto arranhado do reitor Suplicy, subtraído do nariz e de uma das orelhas.

Dias mais tarde, o Conselho Universitário reuniu-se e extinguiu o pagamento de anuidades na Universidade Federal do Paraná. Nós, verdadeiros communard-s da simplória Curitiba, enchíamo-nos de satisfação e glória.

** Texto publicado no jornal NICOLAU, da Secretaria de Estado da Cultura, em maio de 1985.*





Diretas Já! Curitiba sai na frente

Um primeiro grande comício pela volta das eleições diretas para presidente da República, idéia perseguida pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB. Profético, ele vislumbrava naquele final de 1983 um país maduro para deixar, finalmente, a ditadura para trás.

Mergulhado na inflação e na recessão econômica, o Brasil assistia ao lento esgotamento da ditadura já a partir do final da década anterior. Pela primeira vez após o golpe de 1964, o movimento operário voltara a articular-se, tendo agora como centro o poderoso ABC paulista. Os estudantes expunham abertamente suas entidades - a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UBES). Os partidos de oposição se fortaleciam, sindicatos e entidades de classe ganhavam força e expressão política.

O regime – ou o Sistema, como se dizia então – fora derrotado fragorosamente nas eleições de 1974 e, a despeito dos casuísmos da época, a oposição elegeu bom número de senadores em 1978. A pressão popular forçou a concessão da anistia em 1979, exilados retornaram ao país e, em 1982, importantes estados da federação elegeram governadores oposicionistas: Franco Montoro, em São Paulo; Tancredo Neves, em Minas; Leonel Brizola, no Rio de Janeiro; José Richa, no Paraná, entre outros. E o presidente da República, General João Figueiredo, dizia gostar mais do cheiro de cavalo do que do cheiro de povo.


APELARIA
MEC·FAE


RELOTÉCNICA
GERAL DOS MORADORES
QUEM É DO POVO,

Hora da mudança

O deputado Ulysses Guimarães percebeu que a hora da mudança final havia chegado. Não mais avanços parciais, localizados, mas a substituição completa do regime militar pelo democrático. Caminho sem escalas, nem percalços. Então consultou o presidente do PMDB do Paraná, o jovem senador Álvaro Dias, sobre a possibilidade de realizar-se um primeiro grande comício em favor das eleições diretas em Curitiba. Talvez julgasse temerário promovê-lo num centro maior, Rio ou São Paulo. O PT já havia promovido um, em 27 de novembro, reunindo cerca de 15 mil pessoas em frente do estádio do Pacaembu, em São Paulo. Bom sinal, mas 15 mil pessoas para São Paulo ainda era pouco. O primeiro comício da campanha por iniciar-se deveria ser impactante. Quem sabe o modesto espaço curitibano fosse mais seguro, valendo-se do prestígio do governador José Richa e do prefeito Maurício Fruet, ambos do PMDB.



"Eu, como presidente do partido no Paraná, me dispus a organizar o evento", recorda-se Álvaro Dias. "E o fizemos em 12 dias", completa. O próprio governador José Richa, um dos ícones da oposição à ditadura, tinha lá suas dúvidas. A ditadura ainda vigia, embora agônica, Curitiba, segundo Richa, não tinha tradição de grandes comícios e, para complicar, as férias de verão haviam carregado metade da cidade para o litoral. "Mesmo assim, assumi a responsabilidade. Combinei com o Richa que ligaria para dizer como estava o evento. Dependendo do número de pessoas, ele apareceria", conta Álvaro.

Povo na rua

No final da tarde de 12 de janeiro de 1984, os curitibanos que transitavam pelo centro e deixavam o trabalho começaram a se reunir diante do palanque armado na Praça Osório, de frente à Avenida Luiz Xavier. O deputado Ulysses Guimarães chegara à cidade pela manhã. O governador Tancredo Neves desembarcou às 16h30min no aeroporto Afonso Pena. Hora e meia depois seria a vez de Franco Montoro, governador de São Paulo. O ex-deputado Léo de Almeida Neves, trabalhista histórico, representou o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. A luta pelas Diretas-Já atraíra para Curitiba uma constelação de celebridades, incluídos artistas como Martinho da Vila, Raul Cortez, Dina Sfat, Ruth Escobar, Bete Mendes (então deputada federal pelo PT paulista), entre outros. Isto sem falar em senadores, deputados federais e estaduais e prefeitos. Mais de 60 entidades de classe assinaram conclamação para a luta pelas diretas.

Diante do palanque, o povo crescia. Mas foi subitamente, pouco depois das 18h30min, que o calçadão foi tomado. Caravanas do interior e dos bairros de Curitiba, levas de estudantes e trabalhadores, uma população anônima e silenciosa, mas munida de faixas, placas, camisetas foi ocupando os espaços da Boca Maldita, fazendo antever o sucesso do comício. Então Álvaro Dias foi ao Hotel Del Rey, de onde ligou ao governador José Richa, que estava no Palácio Iguaçu com seus convidados.

- A Polícia Militar conta que há mais de 60 mil pessoas aqui – disse o senador.
E Richa:
- Está brincando!

Às 19 horas chegava ao palanque a comitiva de notáveis. Políticos, artistas, lideranças sociais e corporativas revezavam-se em discursos inflamados. Aplausos e um vozerio rouco estrondeava pela noite. A palavra de ordem *Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil,* reproduzida pelos auto-falantes, ribombava por todo o centro da cidade, puxada pelo locutor Osmar Santos que, a partir de então, se tornaria o apresentador oficial dos comícios que ganhariam o Brasil. Da janela dos prédios, uma assistência privilegiada lançava papéis picados, até rolos de papel higiênico eram desenrolados em pleno ar, fazendo as vezes de serpentinas.

Curitiba parou para o comício-monstro, mancheteavam os jornais do dia seguinte. A cidade dera o pontapé inicial, mostrara que a campanha repercutira na alma do povo. Mas era apenas o começo, pois 17 dias depois, São Paulo também pararia, reunindo 250 mil pessoas na Praça da Sé. A campanha pelas eleições diretas correu as principais cidades brasileiras, atraindo multidões crescentes. No dia seis de abril, novo comício em São Paulo levou 1,3 milhão de pessoas ao vale do Anhangabaú. Quatro dias depois, um milhão na Praça da Candelária, no Rio de Janeiro. Em 17 de abril, outra vez em São Paulo, quase dois milhões de pessoas no mesmo Anhangabaú, vestidos com camisetas amarelas – cor símbolo do movimento – e trovejando *Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil* que, ensurdecedor, ecoava pelo resto do país.

No Congresso

As manifestações procuravam sensibilizar o Congresso Nacional para a aprovação de uma emenda do deputado Dante de Oliveira, apresentada em março

do ano anterior, prevendo a eleição do presidente e vice-presidente da República por voto universal, direto e secreto. Uma pesquisa do Instituto Gallup, realizada em janeiro de 1984, mostrava que 81% dos entrevistados apoiavam as Diretas-Já. Apenas 10% eram contra. Mas nem as manifestações, nem a pesquisa levaram o Congresso Nacional a aprovar a emenda, afinal derrotada no dia 25 de abril, depois de uma sessão de 16 horas e 60 discursos. Placar: 268 votos a favor, 65 contra, 113 ausências e três abstenções. O PDS, partido do governo, provocou as ausências. A emenda precisava de 320 votos favoráveis para ser aprovada.

Da frustração nacional com a derrota da emenda Dante de Oliveira, nasceu a candidatura do governador mineiro Tancredo Neves, escolhido pelas oposições para derrotar o candidato governista Paulo Maluf no terreno imposto pela ditadura: o Colégio Eleitoral. Do PDS desgarrou-se uma força – a Frente Liberal – que viria a apoiar o candidato oposicionista, numa composição pela qual a Vice-Presidência coube ao Senador José Sarney, um dos dissidentes do Sistema. Novos comícios agitaram o país, em favor de Tancredo, que venceu com folga. Mas, doente, viu-se impedido de assumir, em 15 de março de 1985. Com sua morte, em 21 de abril, a Presidência passou a ser definitivamente exercida pelo vice José Sarney, chefe do partido que sustentara a ditadura. Mas esta é outra história, emblemática dos insondáveis paradoxos desse grande país.

Nos palanques das Diretas-Já, dois personagens se tornariam presidentes da República, eleitos pelo voto direto dos brasileiros: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998, e o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002 e 2006, ocupando ambos campos opostos no arco político brasileiro.



Em ano de impeachment, estudantes enfrentam a PUC

Os jornais de 8 de agosto de 1992, dedicaram generosos espaços a dois acontecimentos que movimentaram Curitiba no dia anterior.

Quatro mil no Centro de Convenções por impeachment de Collor

Um amplo leque de partidos políticos e entidades representativas, que havia convocado o ato no antigo Cine Vitória, esperava com isso dar o pontapé inicial para um vasto movimento nacional e de massas pelo *impeachment* de Fernando Collor, algo semelhante ao comício de 12 de janeiro de 1984 que, a partir de Curitiba, impulsionou as Diretas-Já. A ruidosa multidão não coube nos quatro mil lugares do Centro de Convenções. Parte dela ocupou o saguão, outra concentrou-se no lado de fora. Bandeiras de variados matizes ideológicos, faixas e cartazes, palvras-de-ordem, coros, um efervescente *happening* político.

À frente do ato, uma comitiva de celebridades, a começar pelo legendário dirigente comunista João Amazonas, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A figura miúda do velho revolucionário de 80 anos, cabelos brancos e traços indígenas, agigantou-se num discurso incisivo, de enérgica contundência: "Collor vai ter que sair do Planalto pela lei ou pela força. Prefiro que seja pela lei", trovejou, para o ruidoso aplauso da multidão. Ao seu lado, o bispo Ladislau Biernaski defendeu uma "sociedade justa e igualitária". Lula garantiu que o Governo estava politicamente morto. "Ou se enterra o Collor ou se permite que o Brasil morra junto", acrescentou.

O ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, argumentou que "numa democracia participativa, a sociedade tem o direito de eleger e fiscalizar o presidente, destituindo-o se não cumprir seus compromissos". O governador Roberto Requião afirmou que, "se não pusermos os ladrões na cadeia e o Presidente não responder a um processo que, tenho certeza, o levará ao mesmo lugar dos seus companheiros, estaremos invertendo a ética e a moral no Brasil". E arrematou: "Quando o Estado não responde aos desejos do povo, cabe à sociedade se organizar e tomar conta do Estado".

Estudantes da PUC tomam Reitoria contra aumento das mensalidades

Após discursar no ato do Centro de Convenções, pedindo o impeachment de Collor, o presidente da UNE, Lindbergh Farias, anunciou o que lhe fora comunicado minutos antes do início do ato:

- Hoje à tarde, aqui em Curitiba, os estudantes da PUC tomaram a Reitoria em protesto contra o aumento absurdo das mensalidades!
Lindbergh deixou o Centro de Convenções entre abraços e vivas. No Prado Velho, juntou-se aos que haviam detonado o movimento.

Na manhã daquela sexta-feira, 7 de agosto de 1992, cerca de três mil estudantes, reunidos em assembléia convocada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), decidiram ocupar o prédio de 11 andares da administração da PUC, conhecido como o "prédio azul". Para muitos, o reajuste de 95,5% no valor das mensalidades, anunciado pela Reitoria implicava o abandono do curso. "Impossível pagar esses valores", garantia Francisco Zanicotti, presidente do DCE. Os estudantes pressionavam para negociar uma redução dos índices, argumentando estarem em desacordo com a política salarial vigente.

Nos 33 anos de existência da PUC, o reajuste de mensalidades sempre fora o pomo da discórdia entre estudantes e Reitoria. A briga já levara os alunos a se instalarem na Reitoria por 24 dias, em julho de 1984. Um ano antes, 300 estudantes de Odontologia entraram em greve. Em 1989, alunos de Comunicação Social acamparam durante um mês no campus, recebendo imediata adesão de colegas dos demais cursos.

O sexto andar do prédio azul era praticamente vazio. Além das instalações do vice-reitor comunitário, José Geraldo Lopes de Noronha - o gabinete e sua ante-sala, a sala da secretária, mais outra, o banheiro e um *hall* - nada mais havia senão um imenso vazio de cerca de 400 metros quadrados. Ali se concentraram os estudantes. No final da tarde, diante do impasse nas negociações, o vice-reitor Comunitário determinou que todos os funcionários deixassem o prédio, que assim ficou todo ele sob total controle dos estudantes.

Fartamente noticiado pela mídia, o movimento na PUC atraiu, já na manhã de sábado, dia 8, uma romaria de universitários (até mesmo de outras escolas), pais e professores, além de manifestações de apoio de centros acadêmicos, DCEs e UEEs de vários pontos do país, incluindo a incomum solidariedade da Associação Paranaense de Body Boarding.

Instalada, desde o dia da ocupação, no Hospital Cajuru, propriedade de sua mantenedora, a Sociedade Paranaense de Cultura, a direção da PUC lamentava a situação. O reitor Euro Brandão declarava-se surpreso com a atitude dos universitários, já que as portas do seu gabinete nunca estiveram fechadas ao diálogo, e insistia na necessidade de entendimentos para a obtenção do consenso. Mas negava a possibilidade de redução no índice de reajuste das mensalidades, reafirmando o propósito da Reitoria de estudar os casos individualmente. Nesse mesmo dia, suspendeu as aulas até que a ocupação terminasse.

Nas ruas, unidos pelo mesmo drama

Milhares de estudantes reuniram-se, na manhã de terça-feira, 11, na Praça Santos Andrade, para uma passeata pelo centro da cidade, sob o impacto do que os jornais do dia publicavam: a Reitoria, na tarde anterior, ingressara na Justiça com uma ação de reintegração de posse do prédio azul, anunciando medida posterior, indenizatória, pelos estragos eventualmente perpetrados pelos alunos durante a ocupação.

À passeata que saiu da Santos Andrade em direção à Boca Maldita, somaram-se os alunos da Faculdade de Direito de Curitiba, da Evangélica de Medicina e das Faculdades Tuiuti, também envolvidas com mensali dades exorbitantes. Os quase três mil estudantes da Tuiuti - que pos-

suia na época, oito cursos - entraram em greve naquele dia, contra reajustes de 25% e 22% previstos, respectivamente, para setembro e outubro. Um dia antes suas lideranças haviam visitado a ocupação da PUC.

CPI avança contra Fernando Collor

Ao mesmo tempo em que os estudantes da PUC do Paraná desencadeavam seu movimento, em Brasília uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso avançava em direção ao impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. O senador Almir Lando, do PMDB, preparava o relatório final com a disposição de vincular Collor ao esquema de corrupção de PC Farias e, assim, permitir que qualquer cidadão solicitasse o impeachment por corrupção e quebra do decoro do cargo.

O barco do presidente começara a adernar em fevereiro, quando seu irmão Pedro anunciou possuir um dossiê sobre PC Farias e suas falcatruas. No início de maio, divulgou documentos sobre os negócios no exterior do ex-tesoureiro da campanha de Collor e, duas semanas depois, concedeu explosiva entrevista afirmando ser PC o instrumento do irmão presidente para a realização de negócios escusos, corrupção e assalto aos dinheiros públicos. Foi o bastante para o Congresso entrar em fervura e, 48 horas depois, criar finalmente a CPI.

Mas faltava um estopim capaz de colocar nas ruas a indignação que medrava na sociedade. Ele foi aceso a partir de 14 de julho, quando a Rede Globo começou a exibir a mini-série *Os Anos Rebeldes.* Pela primeira vez a TV mostraria, com ação, drama e humor, a mais de 30 milhões de telespectadores, a resistência da juventude brasileira ao regime militar de 1964. Foi um petardo na cabeça dos teens dos anos 90. Foram à luta e carregaram o povo junto.


ANOS REBELDES. PRÓXIMO
FORA Collor!
IMPEACHMENT JÁ!


FORA
COLLOR
COLLOR
STIÇA!

A "comunidade alternativa" do sexto andar

Diariamente o "prédio" azul vinha sendo ocupado por cerca de 500 universitários, dos quais pelo menos 150 passavam a noite no sexto andar. Estavam organizados. As comissões (organização, segurança, alimentação, limpeza, imprensa, porta-voz, pedágio e diversões) eram a ossatura do movimento. A comissão de segurança, por exemplo, colocou gente em cada andar, na porta da escada e do elevador, evitando o trânsito dos estudantes para além do sexto andar e protegendo o patrimônio de cada pavimento. A turma da limpeza, realizava mutirões quase cotidianos para manter o local em estado pelo menos habitável. Os estudantes instalaram uma cozinha, com menu praticamente invariável: arroz, feijão e carne.

Com frequência, levas de estudantes deixavam o campus, ocupavam o centro da cidade para arrastões de pedágio nos principais cruzamentos. Numa ocasião, defrontaram-se com o vice-reitor Noronha que não teve como escapar: contribuiu com Cr$ 10 mil, soma razoável na época.

Como diria mais tarde Casemiro Laporte, um dos líderes, "a ocupação era uma comunidade estudantil alternativa". Tão poderosa em relação ao espaço e à situação em que viviam, que acirrados debates eram travados sobre a real natureza da experiência. A miscelânea ideológica, própria dos anos 90, propiciava extensa variedade de opiniões. Jovens socialistas especulavam se a ocupação porventura identificava-se com um poder revolucionário. Anarquistas elocubravam a respeito de eventuais semelhanças com modelos de auto-gestão. Outros imaginavam o movimento de modo mais prosaico, com a prazerosa ruptura dos limites de comportamento, usualmente estreitos, impostos pela sociedade a jovens de natureza insubmissa. De fato, o poder dos alunos instaurado no campus da PUC formulou regras próprias de vida, normatizou procedimentos,

estabeleceu códigos e, sobretudo, exerceu em plenitude o mando conferido pela ocupação. O controle dos estudantes sobre o campus era absoluto.

Assim, editavam seus panfletos nos computadores e na gráfica da Universidade, valiam-se do centro de imprensa em favor do movimento, dispunham do almoxarifado, especialmente para necessidades de alimentação. A administração, transferida para o Hospital Cajuru, nada decidia sobre o campus. Tanto que a realização do concurso da Receita Federal nas instalações do Prado Velho foi acordada com a direção da ocupação - que recebeu as taxas correspondentes. Era comum brigadas de estudantes deixarem o sexto andar, em plena madrugada, para esquadrinhar a área à procura de possíveis sabotadores.

Com liminar concedida ao seu pedido de reintegração de posse, o reitor Euro Brandão lavou as mãos: "A decisão de como agir agora cabe à Justiça e não à Universidade". Enquanto isso, os estudantes se articulavam. Visitas à Assembléia Legislativa e ao Palácio Iguaçu, conversas, telefonemas, emissões de telex, apelos: disso tudo resultou o compromisso do chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Caíto Quintana, de não intervir na PUC, com aval do comandante da Polícia Militar, coronel Miguel Capriotti. "A solução do impasse deve ser obtida no âmbito da Universidade. Este não é um caso de polícia", disse Quintana. Mais tarde, o próprio Governador Roberto Requião descartou a possibilidade de envio de força policial para despejar os estudantes. E mais: escreveu carta a Dom Pedro Fedalto, arcebispo metropolitano de Curitiba e grão-chanceler da PUC, solicitando a "sustação imediata do pedido de reforço policial requerido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná", evitando que o Governo do Estado se obrigasse a, "mais uma vez, em função da ética, deixar de cumprir um mandado judicial". Secretário de Segurança, Moacir Favetti afiançou: "Não vamos, em hipótese alguma, mandar a polícia bater em estudante. Polícia não é para isso".

A organização dos ocupantes permitiu que enfrentassem, com sucesso, situações próprias de um confronto como o que viviam. O corte da água pela Reitoria, por exemplo, foi neutralizado por uma equipe do curso de Engenharia que conseguiu utilizar a parte da água reservada às mangueiras de incêndio. Quando se esgotou a reserva, convocaram o Corpo de Bombeiros sob a alegação de que o prédio estava sujeito a pegar fogo a qualquer momento. Mas quando essa água também acabou, o batalhão da Engenharia usou as mangueiras de incêndio para buscar água de uma caixa ao lado do ginásio de esportes, a 100 metros do "prédio azul", fazendo-a subir por uns 50 metros com o auxílio de uma pequena bomba que colocaram em funcionamento.

Marcos Aurélio Souza Pereira, estudante de Direito no Campus II, notabilizou-se por resolver todos os problemas, razão pela qual carregou, durante toda a ocupação, o apelido de McGyver. Formado, no segundo-grau, em eletroeletrônica, era fonte de todas as soluções técnicas necessárias para enfrentar o bloqueio cada vez mais pesado da Reitoria. Quando a luz foi desligada, alguns dias após o corte da água, McGyver entrou em ação. De início, sabotadores que os estudantes juravam estarem a serviço da PUC lançaram ferro nos transformadores e a luz se apagou. A Copel foi chamada e a religou. Depois os sabotadores passaram a desativar as chaves. Os estudantes religavam. Em seguida, a própria Copel passou a interromper a luz. Recrutaram, de início, o Paraíba para religar no próprio poste. Era um eletricista de primeira, responsável pelo sistema de iluminação da Ferrovila, uma ocupação dos sem casa. Depois McGyver repetiu a operação pelo menos por 15 vezes.

No cotidiano da ocupação, as noites geralmente eram precedidas por reunião na sala do vice-reitor Noronha, congregando a liderança e quem mais desejasse participar. Por uma hora, não mais que isso, avaliavam o movimento e pautavam as tarefas para o dia seguinte. Em seguida, alguém ia ao microfone e passava as resoluções aos demais. Depois, festa.

A rapaziada esfalfava-se de rir com o sujeito que imitava o Sílvio Santos e com o que reproduzia o vozeirão macabro de Gil Gomes, um repórter policial de São Paulo, famoso na época. Havia um aluno cuja feiura excepcional, por si só, fazia sucesso brutal. "E agora, Lin-di-nho, o rei das meninas", apresentava o locutor. Delírio total. Lindinho apenas se mostrava, a platéia feminina em peso ululava: "Lin-do! Lin-do! Lin-do". O *show* foi incrementado quando surgiu o Cocada. Estudante de Comunicação Social, 29 anos, Marcos Kindler, também conhecido como John Lennon, era alto, magro, cabelos lisos escorrendo até os ombros, óculos grandes, quadrados. Alguns o achavam idêntico ao Frankenstein. Dublou de modo tão hilariante uma fita do *Kiss*, que o sucesso foi imediato e duradouro. Mais tarde ele se consagraria como reitor da PUC ocupada em acirrada disputa de pênaltis. Cocada intitulava-se pregador de ideologias. Mas a única que alardeava relacionava-se com Saddan Hussein, de quem se confessava admirador desde os 13 anos. Praticava seu proselitismo com maior desenvoltura durante madrugadas insones, abordando um e outro, fazendo rodas, enquanto os demais dormiam.

A turma da Filosofia animou inúmeras noites com seus violões e cantorias, contracenando com a sensibilidade e a afinação dos da Arquitetura, que se juntou aos da Publicidade e ao pessoal do batuque e tantos outros. Executava-se música clássica, declamava-se poesias, até um gaúcho desconhecido apareceu entoando versos da cultura regional. As paredes do sexto andar cobriram-se de quadros, charges, poemas, inusitada revelação de valores até então encobertos pelo contido dia-a-dia acadêmico.

As festas atraíram multidões para o campus. De início quase diárias, depois foram rareando. Ocupavam o enorme oco do sexto andar, animadas por diversas bandas. Lá se apresentaram a Ramones Cover; a Gospel, com suas músicas religiosas; a Amargedon, de rock pesado; uma integrada por estudantes da

PUC, com repertório calcado nos Beatles. O sucesso foi absoluto. Houve noite em que o sexto andar abrigou mais de 500 jovens, festejando até amanhecer. As festas da ocupação tornaram-se novo *point,* atração para jovens de toda a cidade. Muitos afluíam, atraídos pela mera diversão, acabavam sensibilizados com a determinação dos ocupantes, aderiam a eles, tocados pela solidariedade e pelo sentimento de também poderem ser úteis.

O sexto andar era tão amplo e tão vazio que, em horas de maior calmaria, os estudantes o transformavam em campo de futebol de salão, ou canchas para vôlei, com rede e tudo. Instalaram mesas de ping-pong, realizaram corridas de bicicleta e cadeiras com rodinhas, competições de cabo-de-guerra. As sessões de vídeo envolviam uma parte séria - as reportagens que as TVs realizavam sobre o movimento - e uma de pura esbórnia, como vídeos produzidos pelos próprios acadêmicos.

A rádio pirata, FM, esteve no ar durante 12 dias. O equipamento pertencia ao Centro Acadêmico de Comunicação Social da UFPR, que há três anos o utilizava na Rádio Liberdade Vigiada, através da frequência 107,3 MHz, e fora emprestado aos estudantes que haviam ocupado o prédio da Reitoria da PUC. Nas transmissões diárias, a rádio mesclava a seriedade com o deboche. A programação séria envolvia música e informações. Diariamente apresentava um resumo do noticiário sobre a ocupação veiculado pela imprensa, além de opiniões próprias sobre o movimento. Atendia a pedidos de músicas e transmitia recados. E patrocinava campanhas - como a da limpeza, por exemplo - essenciais para manter a vida interna ao menos razoável. Por ter permanecido oito horas seguidas no ar, foi localizada e apreendida pela Polícia Federal.

O impasse suga as energias do movimento

Desde meados de agosto, uma comissão de dirigentes da PUC e dos alunos mantinham conversações sem, no entanto, remover os impasses, o que não interessava aos estudantes. Afinal a ocupação, em fins de agosto, já apresentava sintomas de esvaziamento. Era atacada por parcela dos professores e pelos formandos que viam ameaçadas as solenidades de final de curso. As festas, responsáveis por enormes mobilizações, praticamente cessaram. Muitos estudantes com família no interior, antevendo o prolongamento da ocupação, deixavam Curitiba. A população do sexto andar minguava.

Então os ocupantes lançaram uma cartada decisiva: provar que a intransigência era da direção da PUC, desocupando o "prédio azul". Ao menos temporariamente. Se os entendimentos não prosperassem, voltariam a ocupar. Na manhã do dia 26, deixaram o sexto andar, concentrando-se na concha acústica, ao lado do prédio. Mas as conversações que se seguiram revelaram-se infrutíferas. O impasse prosseguia. Reocuparam.

Ardia a febre cívica do Brasil

No final de agosto de 1992, o Brasil ardia em febre. No mesmo dia em que os estudantes desocupavam temporariamente o "prédio azul", em Brasília a CPI aprovava, por 16 votos contra cinco, o relatório do senador Amir Lando. No calhamaço de 369 páginas que começara a ler dois dias antes no plenário da comissão, Lando garantia que "o nexo entre o esquema PC e o senhor presidente da República surge preciso e mantém-se íntegro". E arrematava que Collor havia se omitido "no cumprimento do dever funcional consistente

em zelar pela moralidade pública, em impedir a utilização do seu nome para obstar que os crimes - de que ele tinha ciência pelas quantias depositadas nas contas utilizadas em seu proveito e de seus familiares - continuassem a ser cometidos". Ao todo, o relatório envolvia Collor em cinco delitos: corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa, formação de quadrilha e estelionato. Estava aberto o caminho para o *impeachment.*

Desde as primeiras denúncias de Pedro Collor, a situação do presidente só fazia agravar-se. No início de agosto ele convocou os brasileiros para, no domingo seguinte, 16, ostentarem em público o verde-amarelo em protesto ao que ele considerava um golpismo capitaneado pelo Congresso Nacional. Anunciava, na verdade, a senha para o domingo negro, dia em que o povo entrou de sola na guerra do *impeachment.* A população, em massa, entupiu ruas, praças e avenidas das principais cidades, vestiu o Brasil de negro em repúdio a Collor. A juventude pintou seus rostos com guache, ornando-os com desenhos ou inscrições. Tomava corpo o movimento dos caras pintadas, que dali para a frente seria presença essencial na vida política e social brasileira.

A voz do povo fazia-se ouvir. Era um clamor gigantesco Brasil afora. Na primeira semana imediatamente após o domingo negro, 39 manifestações explodiram no País. Na semana seguinte, 41. Em São Paulo, 250 mil manifestantes, em sua maioria jovens, ocuparam a cidade, 100 mil no Rio, 60 mil em Brasília, 50 mil em Belo Horizonte, 100 mil em Recife, 24 mil em Porto Alegre. Em Curitiba, o domingo negro reuniu 40 mil pessoas em manifestação no centro da cidade. Ali também estavam os ocupantes da PUC, que tomaram a feirinha do Largo da Ordem carregando tarjas negras. Os que permaneceram de guarda no sexto andar, ornaram com preto a bandeira que ali mantinham.

Sem comer, no coreto da Boca Maldita

Em 31 de agosto, novo fato criado pelos estudantes para forçar negociações favoráveis com a direção da PUC: quatro alunos, entre os quais o impagável Cocada, iniciaram greve de fome no coreto da Boca Maldita. A greve durou poucos dias. "Desistimos da greve, mas não do movimento", garantiria Francisco Zanicotti. E era verdade. Tanto que já preparavam piquetes a serem instalados nas agências do banco Bamerindus, para evitar o pagamento das mensalidades de setembro. Segundo a própria Reitoria, os piquetes de agosto evitaram que 60% dos nove mil alunos realizassem os pagamentos, o que levou Casemiro Laporte a comentar: "Se mais de 5 mil alunos não pagaram, não somos a minoria que Euro Brandão vive citando".

Os estudantes eram astuciosos. Avançavam e recuavam de acordo com suas conveniências táticas, resistiam na ocupação, mas não deixavam de articular politicamente por fora. Forçaram um encontro "com quem realmente decide", o grão-chanceler da PUC, arcebispo D. Pedro Fedalto. Foi uma conversa franca em que ambas as partes expuseram suas razões, tornando o ambiente menos tenso. No primeiro dia de setembro, a Assembléia Legislativa criou uma comissão encarregada de intermediar um acordo.

No dia 11, levas de estudantes deixaram o prédio azul, sobraçando 10 mil panfletos impressos no dia anterior. Missão: instalar piquetes nas agências do Bamerindus para evitar o pagamento das mensalidades de setembro, cujo prazo final expirava naquele dia. Os cerca de 40 que permaneceram no sexto andar não puderem evitar sua invasão por cerca de 150 funcionários que desejavam a desocupação, temendo por seus empregos. Expulsos do prédio, os ocupantes apenas esperaram a vinda de colegas convocados por telefone e o

retorno dos que foram aos piquetes para reocupar o "prédio azul". A pancadaria foi forte. Homens atracaram-se com homens, mulheres com mulheres, homens com mulheres, farta distribuição de murros, bofetões, pontapés, gritos, xingamentos, objetos atirados de parte a parte, corpos rolando pelo chão. Mas a supremacia numérica dos estudantes logo se impôs. Subiram no prédio e, andar por andar, foram expulsando os funcionários aos chutes.

Na tarde desse dia, no Hospital Cajuru, a comissão dos estudantes encontrou com a cúpula da Reitoria e representantes dos funcionários. Eram cerca de 15 pessoas, que ocuparam uma sala de aula para conversar. O confronto com os funcionários, pela manhã, repercutia intensamente nas negociações. Ademais, a PUC acabara de receber a informação de que apenas 15% dos alunos haviam pago as mensalidades de setembro. A exaustão atingia ambas as partes. Depois de esgrimirem argumentos e acusações por algum tempo, a Reitoria e os estudantes chegaram a um acordo: as mensalidades de outubro, novembro e dezembro sofreriam reduções de 9%; as parcelas de outubro viriam descontadas em 17%; os pagamentos dos valores de agosto e setembro poderiam ser feitos até o dia seguinte, isentos de juros; no exame das punições aos participantes do movimento estaria excluída a pena máxima de expulsão sem direito à transferência.

Collor sem autoridade moral para governar a Nação

O pedido de *impeachment* de Fernando Collor de Mello chegou à Câmara dos Deputados na manhã de terça-feira, 1º de setembro, pelas mãos dos seus dois respeitáveis proponentes: Marcello Lavenère Machado, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, e Barbosa Lima Sobrinho, 95 anos, jornalista e escritor, presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Redigido por 18 renomados advogados e juristas, o documento lastreava-se nas conclusões da CPI e garantia ter perdido o presidente da República a autoridade moral para governar a Nação. Vinte e oito dias depois, a Câmara decidiu pela instauração do processo, a cargo do Senado Federal. Collor foi temporariamente afastado da Presidencia, assumindo o vice-presidente Itamar Franco. Na sessão do Senado de 29 de dezembro, antes mesmo do veredito, Fernando Collor de Mello renunciou ao cargo. Ainda assim, na mesma sessão, que varou a madrugada, o ex-presidente foi condenado por crime de responsabilidade, perdeu o direito de concorrer a cargos eletivos e ficou impedido de ocupar cargos públicos por oito anos.

Ao fim, vitória e punições

O prédio da administração da Pontifícia Universidade Católica do Paraná foi lacrado pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil às 20 horas de sexta-feira, 11 de setembro, para a perícia que, acompanhada por uma comissão de alunos, começou na segunda-feira, quando os funcionários retornaram ao trabalho. Na terça-feira, técnicos do MEC iniciaram a vistoria dos documentos acadêmicos. Na quinta, 17, as aulas reiniciaram às 7h30min, com o campus

guardado por homens armados com cassetetes e cães pastores alemães de três empresas privadas de segurança. Um novo calendário marcou para 5 de janeiro o término das aulas, originalmente previsto para 19 de dezembro.

Em 15 de fevereiro de 1993, o reitor Euro Brandão assinou a Portaria 008/93, punindo estudantes que haviam participado da ocupação do prédio azul. Sete deles foram desligados da Universidade e alguns outros suspensos, uns por 30 dias, outros por 45.



PARANÁ - locais dos acontecimentos

Legendas

1 O brado de Bento Viana, o capitão das milícias

2 Voluntários para o front

3 Dor e sangue no rastro de pica-paus e maragatos

4 Pelados contra peludos na guerra camponesa do Contestado

5 Greve Geral, operários em cena

6 Sangue nas matas do Oeste

7 No Paraná se decidiu o triunfo da Revolução de 1930

8 Iguaçu, a utopia separatista

9 Fogo e sangue sobre a terra roxa

10 Fronteiras em armas

11 Um pente, o estopim da guerra

12 1968, a rebelião nas ruas

13 Diretas Já Curitiba sai na frente

14 Em ano de impeachment, estudantes enfrentam a PUC


São Paulo
Mato Grosso do Sul
Paraguai
Argentina
Santa Catarina
São Paulo
PARANÁ
9
PORECATU
9
JAGUAPITÃ
7
QUATIGÁ
7
ITARARÉ/SP
6
CAMPO MOURÃO
6
GUAÍRA
7
SENGÉS
6
SANTA HELENA
6
CASCAVEL
6
CATANDUVAS
6,8
LARANJEIRAS DO SUL
6
GUARAPUAVA
3
CASTRO
3
PONTA GROSSA
2,3,5,7,
11,12, 13, 14
CURITIBA
6
FOZ DO
IGUAÇU
3
PARANAGUÁ
3
LAPA
3
TIJUCAS DO SUL
10
FRANCISCO
BELTRÃO
10
SANTO
ANTÔNIO DO
SUDOESTE
4
UNIÃO DA VITÓRIA
3
RIO NEGRO
10
PATO BRANCO
Autores: ARANTES, Aimoré & SCHIMIDLIN, Henrique (2010)

Referencias bibliográficas

A PARTE DO PARANÁ que foi e voltou, Gazeta do Povo, Curitiba, 3 out. 2009.

ARAUJO, Silvia P. de & CARDOSO, A. L. 1º de Maio: cem anos de solidariedade e luta-1886-1986. Curitiba: Beija Flor Ed., 1986.

AS LUTAS pela terra no Paraná. Disponível em http://profcmazucheli.blogspot.com/2009/11/conflitos-sociais-no-campo-um-historico.html

BATISTA, Roberto Leme, (org). Impactos da história. Londrina: Praxis, 2005.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO. Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, . v. 1, 1969.

BONDARIK, Roberto. Confronto Armado da revolução de 1930 no Paraná: o combate de Quatiguá. In: Anais do IV Congresso Internacional de História. Maringá: EDUEM, 2009.

CABANAS, João. A columna da morte sob o comando do Tenente Cabanas. Assumpção-Paraguay, 1926.

_____. Os phariseus da revolução. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1932.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. O governo Collor. São Paulo: Editora Três, 1999.

CURITIBA parou para o comicio monstro. Diário Popular, Curitiba, p.3, 13 jan.1984.

CURITIBA, 310 ANOS – A história que nunca foi contada, suplemento da Gazeta do Povo, Curitiba, 13 abr. 2003.

DICIONÁRIO histórico-biográfico do paraná. Curitiba: Chain, Banestado, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. A coluna Prestes; rebeldes errantes. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. Brasília: MEC, 2002.

FENALON, Dea Ribeiro. 50 textos de história do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1974.

FERREIRA, João Carlos V. Municípios Paranaenses: origens e significados de seus nome. In: Cadernos Paraná da Gente n.º 5. Curitiba: SEEC, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. A Revolução de 1930 e seus antecedentes. Org. Ana Maria Murakami. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GENTE DO SUL. A revolta dos posseiros. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S.A., 1997.

GOMES, Iria Zanoni. 1957, a revolta dos posseiros. Curitiba: Edições Criar, 1986.

GUERRA de Porecatu. Disponível em http://www.faculdadedeparapanema.com.br/historia.html

GUERRA de Porecatu. In: SERRA, Elpídio. Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná. Rio Claro: UNESP, 1992. Tese de Doutorado.

HELLER, Milton Ivan. De Catanduvas ao Oiapoque. Curitiba: IHGPr., 2006.

HISTÓRIA do Paraná, formação territorial. O início da colonização: a disputa entre Portugal e Espanha. suplemento da Gazeta do Povo, Curitiba, 27 out. 2003.

_____. O contexto do contestado, suplemento da Gazeta do Povo, Curitiba, 17 nov. 2003.

_____. O Paraná mutilado suplemento da Gazeta do Povo, Curitiba, 24 nov. 2003.

_____ O Paraná moderno, suplemento da Gazeta do Povo, Curitiba, 1O dez. 2003.

HISTÓRICO do distrito de vila Progresso: município de centenário do Sul. Disponível em www.centenariodo-sul.pr.gov.br/historico.html.

JORNAL DA LAPA. Ano do bicentenário da Lapa: Lapa:, ano XV, jun. 1969.

LAZIER, Hermógenes de. Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná,1986.

LEAL, José. Rebelião no Paraná. In: Revista O Cruzeiro: Rio de Janeiro, p. 59/64, 9 dez. 1950.

LEAL, J. Sangue nas terras proibidas. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 58, 9 dez. 1950.

LOPES, Sérgio. Estado do Iguaçu: a trajetória de um movimento. In: Revista Informe Gepec, nº 2, v.8, jul./dez. 2004.

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Paraná: política e governo. Coleção História do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2001.

MANFREDINI, Luiz. Nós, Atrás das Barricadas. In: O Nicolau: Curitiba, maio1985.

_____.Fronteiras em armas. In: Revista Princípios, São Paulo, n.º 14, out./nov.1987.

_____. A história da ocupação da Puc/Pr. Curitiba: 1994. (inédito)

MARTINS, Ana Luiza. República: um outro olhar. São Paulo: Contexto, 1996.

MOCELLIN, Renato. Os guerrilheiros do Contestado. São Paulo: Ed. Brasil S/A, 1989.

MONTEIRO, Claudia. Ferroviários em greve: relações de dominação e resistência na RVSP. In: Revista de História Regional. n.º 1, v. 12, p.13-18.

MORAES, Mário de. Sangue no Paraná. In: Revista O Cruzeiro: Rio de Janeiro, p. 69 a 80, 12 out. 1957.

NOSSA HISTÓRIA. Rio de Janeiro: Editora Vera Cruz, 2004-05.

PARANÁ. ITCF. Coletânea de mapas históricos do Paraná. Curitiba: ITCF, 1988.

PECOITS, Walter Alberto (entrevista a Luiz Manfedini). Francisco Beltrão, Curitiba, 1976 - 1985. (notas).

PMDB inicia hoje campanha das diretas. Gazeta do Povo, Curitiba, 12 jan./1984. p.7.

REIS FILHO, Daniel A. 1968, a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

RETRATO do Brasil. São Paulo: Política Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda., 1984.

ROSA FILHO, João Alves da. Epopéia da Lapa. Curitiba: Associação da Vila Militar/Episódios da História da PMPR, v. 3. 1999.

_____. Guerra do Paraguai. Curitiba: Associação da Vila Militar, Episódios da História da PM/PR, v. 4. 2000.

_____. Atuação da Polícia Militar do Paraná na revolução liberal de 1930. Curitiba: Associação da Vila Militar/Episódios da História da PMPR, v. 5, 2002.

SANTA CATARINA. Contestado. Florianópolis: Imprensa Oficial de Santa Catarina, 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ. Maio 68, desejos de transformação: 30 anos do maio de 68. Curitiba: 1998.

SILVA, Joaquim Carvalho da. Terra roxa de sangue: a guerra de Porecatu. Londrina: UEL, 1996

SCORTEGAGNA, Adalberto. REZENDE. Claúdio J. & TRICHES. Rita Inocêncio (Org.) Paraná, espaço e memória. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. O tenentismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TEIXEIRA, Francisco M.P. História concisa do Brasil. São Paulo: Global, 1993.

TREVISAN, Leonardo. O que todo cidadão precisa saber sobre instituição militar e Estado brasileiro. São Paulo: Global, 1987.

TRONCA, Ítalo. Revolução de 1930; a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1988.

1894: REVOLUÇÃO federalista, crise da república, Prefeitura Municipal de Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

WACHOWICZ, Ruy C. Paraná. Sudoeste: Ocupação e Colonização do Paraná. Curitiba, IHGEP, 1985.

_____. História do Paraná. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1988.

_____. História do Paraná. Curitiba: Impressora Oficial do Paraná, 2002.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Formação histórica do Paraná. In: Simpósio de Cultura Paranaense Terra, Cultura e Poder. Cadernos do Paraná da Gente nº4. Curitiba: SEEC, 2005.







Governo do Paraná
Secretaria de Estado da Cultura



Governo do Paraná
Secretaria de Estado do Paraná